



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

CLÁUDIA DA LUZ CARVELLI

**(DES)EMPODERAMENTO DAS MULHERES RURAIS DO ESTADO DO
TOCANTINS A PARTIR DO ACESSO À POLÍTICA PÚBLICA DE CRÉDITO
RURAL “PRONAF”**

Palmas, TO

2023

Cláudia da Luz Carvelli

**(Des)empoderamento das mulheres rurais do estado do Tocantins a partir do
acesso à política pública de crédito rural “Pronaf”**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins (UFT) como requisito para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^a. Dra. Temis Gomes Parente

Palmas, TO

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

D152(da Luz Carvelli, Cláudia.

(Des)empoderamento das mulheres rurais do estado do Tocantins a partir do acesso à política pública de crédito rural "Pronaf". / Cláudia da Luz Carvelli. – Palmas, TO, 2023.

122 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Desenvolvimento Regional, 2023.

Orientadora : Temis Gomes Parente

1. Empoderamento Feminino. 2. Mulheres Rurais. 3. Pronaf Mulher. 4. História Oral. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

É isto que faz o feminismo: lança novas perguntas ao passado, escuta outras vozes para deslocar o presente e imaginar o futuro.

[...] A história oral, a lembrança e o testemunho são elementos para desafiar os vazios que assombram as histórias únicas.

Diniz e Gebara (2022)

AGRADECIMENTOS

A **Deus** por ter me mantido sã até o momento, pois essa jornada foi um tanto árdua;

Aos **meus pais**, que, sem sombra de dúvida, me permitiram chegar até aqui, incentivando-me sempre na dedicação aos estudos. Vocês são minha referência de vida e de mundo, exemplos de que posso chegar onde eu quiser. Essa conquista é prova do amor e apoio incondicional de vocês. Certamente, não teria chegado até aqui sem os pais dedicados e amorosos que tenho. Amo vocês. O meu muito obrigada;

Aos **meus filhos**, Maria Vitória e João Antonio, por compreenderem as várias horas em que estive ausente por conta do desenvolvimento deste trabalho. Vocês são o farol que sempre me guia;

À **minha orientadora**, Temis Parente, pela grande atenção dispensada, tornando-se essencial para que este projeto fosse concluído. Obrigada por acreditar em mim, mesmo quando achei que já não era mais capaz;

Ao **corpo docente da Universidade Federal do Tocantins (UFT)**, que sempre transmitiram seu saber com muito profissionalismo;

Aos **dirigentes da Universidade de Gurupi (UnirG)**, que, de forma direta ou indireta, apoiaram essa pesquisa.

Gratidão!

RESUMO

CARVELLI, Cláudia da Luz. **(Des)empoderamento das mulheres rurais do estado do Tocantins a partir do acesso à política pública de crédito rural “PRONAF”**. 2023. 122 p. Tese (Doutorado) – Programa de Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2023.

O objeto de estudo desta pesquisa consiste na análise do programa de crédito rural Pronaf como um instrumento de empoderamento das mulheres rurais no estado do Tocantins. O contexto em questão é o período de 2013 a 2020, sobre o qual foram analisados os contratos do Pronaf Mulher em diferentes municípios do estado do Tocantins. O problema de pesquisa buscou compreender de que forma o Pronaf atua como um agente de empoderamento das mulheres rurais no Tocantins, tendo em vista a promoção da sua autonomia econômica, política e social. O objetivo desta pesquisa foi, portanto, analisar como o Pronaf interfere no empoderamento das mulheres rurais no Tocantins, compreendendo o alcance de seus objetivos e a diversidade de contextos regionais. A pesquisa foi desenvolvida a partir de uma metodologia que incluiu a análise de documentos, como Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAPs), e entrevistas utilizando a metodologia de História Oral. As entrevistas foram realizadas em comunidades rurais de Vale Verde e Três Lagoas. A análise dos dados foi feita com base em um referencial teórico que considerou as teorias de empoderamento das mulheres, incluindo fatores como acesso à informação, capacitação e recursos financeiros. Os resultados mostraram que o Pronaf proporcionou melhorias nas dimensões econômicas, sociais, pessoais e políticas das mulheres rurais no Tocantins. Contudo, também revelaram que a maioria das pessoas não tem acesso ao crédito rural, o que indica que o programa atingiu apenas parcialmente seus objetivos. Houve uma grande variação na quantidade de contratos do Pronaf Mulher entre os municípios, que se relacionaram ao IDHM e ao PIB per capita. A análise das DAPs revelou que Sítio Novo do Tocantins teve o maior número de mulheres rurais beneficiadas, a maioria delas pertencentes ao Grupo B do Pronaf, com renda bruta anual entre R\$ 20 mil e R\$ 360 mil. As entrevistas demonstraram a relevância do acesso à informação, capacitação e recursos financeiros para o empoderamento das mulheres rurais. A falta de dados relevantes sobre as tendências de mercado, tecnologias agrícolas e direitos interferiu negativamente no desenvolvimento das atividades econômicas. Elas demonstraram interesse em adquirir conhecimentos em gestão financeira, administração de negócios e liderança. O acesso a recursos financeiros foi identificado como um fator crucial para o empoderamento econômico das mulheres rurais, mas elas enfrentaram dificuldades na obtenção de crédito. Assim, compreende-se que é preciso ampliar o acesso à informação, capacitação e recursos financeiros para promover o empoderamento das mulheres rurais no Tocantins e lidar com as diferenças no acesso ao crédito rural, levando em consideração as particularidades de cada região. Essas medidas podem contribuir para a criação de um ambiente mais inclusivo e capacitador, favorecendo a autonomia econômica, política e social das mulheres rurais.

Palavras-chave: Empoderamento Feminino; Mulheres Rurais; Pronaf Mulher; História Oral.

ABSTRACT

CARVELLI, Claudia da Luz. **(Dis)empowerment of rural women in the state of Tocantins: from the access to the public policy of rural credit “PRONAF”**. 2023. 122 p. Thesis (doctorate) – Regional Development Program of the Federal University of Tocantins, Palmas, 2023.

The object of study of this research consists of analyzing the Pronaf rural credit program as an instrument for empowering rural women in the state of Tocantins. The context in question is the period from 2013 to 2020, when Pronaf Mulher contracts were analyzed in different municipalities in the state. The research problem that guided this study is to understand how Pronaf acts as an agent of empowerment for rural women in Tocantins, with a view to promoting their economic, political and social autonomy. The objective of this research was, therefore, to analyze how Pronaf interferes with the empowerment of rural women in Tocantins, understanding the scope of its objectives and the diversity of regional contexts. The research was developed based on a methodology that included the analysis of documents, such as Pronaf Aptitude Declarations (DAPs), and interviews using the Oral History methodology. The interviews were carried out in the rural communities of Vale Verde and Três Lagoas. Data analysis was based on a theoretical framework that considers women's empowerment theories, including factors such as access to information, training and financial resources. The results showed that Pronaf provided improvements in the economic, social, personal and political dimensions of rural women in Tocantins. However, a survey revealed that the majority of people do not have access to rural credit, which indicates that the program only partially achieved its objectives. There was a large variation in the number of Pronaf Mulher contracts between municipalities, which were related to the IDHM and GDP per capita. An analysis of the DAPs revealed that Sítio Novo do Tocantins had the largest number of rural women benefiting, most of them belonging to Group B of Pronaf, with gross annual income between R\$20,000 and R\$360,000. The interviews revealed the relevance of access to information, training and financial resources for the empowerment of rural women. The lack of relevant data on market trends, agricultural technologies and rights interferes at different levels in the development of economic activities. They demonstrated an interest in acquiring knowledge in financial management, business administration and leadership. Access to financial resources was identified as a crucial factor in the economic empowerment of rural women, but they faced difficulties in obtaining credit. The conclusion is that it is necessary to expand access to information, training and financial resources to promote the empowerment of rural women in Tocantins and deal with differences in access to rural credit, taking into account the particularities of each region. These measures can contribute to the creation of a more inclusive and empowering environment, favoring the economic, political and social autonomy of rural women.

Keywords: Female Empowerment; Rural Women; Pronaf Women; Oral History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa das regiões geográficas do estado do Tocantins	23
Figura 2 - Localização do Assentamento Vale Verde no município de Gurupi, TO ...	27
Figura 3 - Encontro com as mulheres da Comunidade Vale Verde, na região de Gurupi	29
Figura 4 - Momento de depoimentos das mulheres da Comunidade Vale Verde, na região de Gurupi.....	30
Figura 5 - Localização do município São Valério da Natividade.....	31
Figura 6 - Encontro com as mulheres da Comunidade Três Lagoas, na Região de Dianópolis.....	32

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais mudanças institucionais no Pronaf até 1999	46
Quadro 2 - Linha do Tempo Histórica do Pronaf (2010-2023).....	49
Quadro 3 - As linhas do Pronaf e suas características.....	50
Quadro 4 - Relação dos municípios que contrataram o Pronaf Mulher (2013-2018)	72
Quadro 5 - Relação dos municípios que contrataram o Pronaf Mulher (2013-2018)	74
Quadro 6 - Relação entre os municípios, o número de contratos do Pronaf Mulher, o montante contratado, a microrregião, a população rural e as atividades predominantes.....	78
Quadro 7 - Relação entre os municípios, o número de contratos do Pronaf Mulher, o montante contratado, a microrregião, IDHM, PIB per capita e Taxa de ocupação	81
Quadro 8 - O retrato da emissão da DAPs nos municípios que contrataram o Pronaf Mulher no estado do Tocantins	83
Quadro 9 - As Teorias do Empoderamento - dimensões e fatores	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Nº de contratos do Pronaf Mulher: montante por região no Tocantins (2013-2018).....	75
Gráfico 2 - Comparação nas contratações do Pronaf – agricultura, pecuária e mulher	76

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Elementos da tese	18
1.2 Metodologia	21
1.2.1 Pesquisa exploratória	22
1.2.2 Comitê de Ética.....	25
1.2.3 O lugar daquela que fala.....	26
2 TEORIAS DO EMPODERAMENTO FEMININO INCLUINDO AS ABORDAGENS MULTIDIMENSIONAIS	38
2.1 Teoria das Capacidades	39
2.2 Teoria da Emancipação	40
2.3 Teoria Multidimensional	41
2.4 Teoria da Capacitação	42
2.5 Teoria do Lugar de Fala	42
3 PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE CRÉDITO RURAL	45
3.1 História e estrutura do programa Pronaf: implementação e desafios enfrentados	45
3.1.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para as mulheres.....	52
3.2 A participação das mulheres na agricultura e as barreiras enfrentadas ..	55
3.3 Estudos sobre o impacto do Pronaf no empoderamento das mulheres rurais e na agricultura familiar	57
4 CONTEXTO HISTÓRICO DE ACESSO AO CRÉDITO NO TOCANTINS	60
4.1 Mulheres rurais do estado do Tocantins	60
4.2 O contexto socioeconômico e cultural da agricultura no estado do Tocantins	62

4.3 O poder das narrativas: a relevância das entrevistas na compreensão de comunidades e indivíduos	69
5 ANÁLISE E RESULTADOS DA POLÍTICA PÚBLICA “PRONAF”	72
5.1 O perfil das beneficiárias do crédito rural do Tocantins	82
5.2 As dimensões e fatores que impulsionaram ou inibiram o empoderamento das mulheres beneficiárias do crédito	85
5.3 Elementos do processo de empoderamento das mulheres rurais por regiões do estado do Tocantins	95
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS.....	102
ANEXO A – Comprovante de Cadastro da pesquisa na Plataforma Brasil	116
ANEXO B – Parecer do CEP aprovando a pesquisa	117
ANEXO C – Roteiro da Entrevista	118
ANEXO D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	119
ANEXO E – Autorização para Publicidade de Entrevista em Pesquisa Acadêmica	122

1 INTRODUÇÃO

A presente tese analisou a política de crédito Pronaf Mulher, buscando saber qual linha de crédito tem promovido o empoderamento das mulheres rurais do Tocantins, beneficiárias entre os anos de 2013 a 2020. A pesquisa teve início nos créditos obrigatórios do programa de doutorado, quando surgiu a questão de como a contração do crédito rural Pronaf Mulher estava sendo feita no estado. Apesar de os recursos para esse programa existirem desde 2003, somente a partir de 2013 as mulheres rurais do estado começaram a adquiri-lo.

Baseada em algumas pesquisas (Parente; Guerrero, 2012; Parente; Coelho, 2019), obtive alguns *insights*¹ sobre a temática *mulheres rurais do estado do Tocantins e suas relações com a linha de crédito*. Embora as mulheres possuam papel importante na agricultura, pois elas representam 47% da população rural, ou seja, quase 50% do total (IBGE, 2010), sua participação no acesso ao crédito ainda é pequena. Isso é alusivo ao fato de que, para os camponeses, os valores patriarcais ainda são predominantes. Dessa forma, o acesso feminino às políticas públicas, bem como ao crédito, ainda é bastante limitado no que tange ao universo da agricultura familiar (Lima, 2015).

Além disso, as mulheres agricultoras familiares do estado do Tocantins vivem, frequentemente, com o peso da cultura machista, sexista e patriarcal. A formação doméstica reafirma o poder legitimado do homem sobre as mulheres, mantendo-as oprimidas dentro da família, assumidamente como figuras subalternas (Saffioti, 1992). Essa dominação materializa-se e corporifica-se por intermédio das tradições e da divisão sexual do trabalho, que impõe, desde muito cedo ao sexo “fêmea”, o desempenho de determinadas tarefas ditas “femininas”. Nesse processo, as mulheres, acabam reproduzindo o patriarcado, tornando-se peças importantes na sua reprodução e continuidade, por meio, sobretudo, da educação dos filhos e filhas (Siqueira; Sardenberg, 2014).

A ONU Mulheres (2017), por meio do Pacto Global, assegurou que empoderar mulheres e promover a equidade de gênero em todas as atividades sociais e econômicas garantem o efetivo fortalecimento das economias, o

¹ Um *insight* é um acontecimento cognitivo que pode ser associado a vários fenômenos podendo ser sinônimo de **compreensão, conhecimento, intuição**. Algumas pessoas afirmam que um *insight* é a **perspicácia** ou a capacidade de apreender alguma coisa e acontece quando uma **solução surge de forma repentina**. Disponível em: <https://www.significados.com.br/insight/>. Acesso em: 15 fev. 2022 (grifo nosso).

impulsionamento dos negócios, a melhoria da qualidade de vida de mulheres, homens e crianças, e o desenvolvimento sustentável.

Uma vez que o empoderamento não é uma temática voltada somente para o público feminino, visto que envolve todas as minorias, torna-se um meio para diminuir as desigualdades existentes em todos os campos relacionados à participação da mulher, promovendo, dessa forma, igualdade de gênero², oportunidades iguais, garantia de saúde, segurança e liberdade em cenários de violência e pleno controle da vida (Gubert *et al.*, 2020).

Nesse sentido, o título *Empoderamento das mulheres rurais do estado do Tocantins a partir do acesso à política pública de crédito rural “PRONAF”* foi pensado a partir dos elementos teóricos e empíricos que orientam este estudo. O termo “empoderamento” é entendido aqui como uma aquisição de poder, de fortalecimento de um indivíduo ou de um grupo, antes desprovido de poder (Mosedale, 2005). Com base nas autoras Deere e León (2002) esse poder pode ser entendido como, “poder para”, “poder com” e “poder dentro”: o “poder para” serve para impulsionar a mudança, gerando um poder criador e facilitador que abre possibilidades e ações sem dominação; o “poder com” refere-se ao poder compartilhado, que se manifesta quando um grupo gera uma solução coletiva para um problema comum e o “poder dentro” diz respeito ao poder interno, baseado na geração de força no interior do indivíduo, manifesta-se tanto na habilidade para resistir ao poder de outros quanto rechaçar demandas não desejadas.

O conceito de empoderamento feminino sob uma perspectiva feminista, de acordo com Lagarde (1996), implica em diversas questões. Em primeiro lugar, implica na redistribuição dos poderes sociais, alterando os mecanismos pelos quais esses poderes são criados e reproduzidos. Essa mudança tem o objetivo de desconstruir a opressão e a desapropriação de gênero, com o objetivo de criar forças democráticas.

Além disso, o empoderamento requer a criação de processos que tentem aprimorar a qualidade de vida das mulheres e dos homens, o que requer o desenvolvimento de opções sociais humanas e uma cultura que esteja alinhada ao

² Igualdade expressa as aspirações das mulheres e ações para sair da alienação para agir cada um como um *ser-para-se* e, ao fazê-lo, confrontar a opressão, melhorar suas condições de vida, cuidar de si mesmo e tornar-se por esta maneira protagonista de sua vida (Lagarde, 1996).

novo paradigma, no qual o ser humano, composto por homens e mulheres, é o centro. Essa perspectiva tem o objetivo de incentivar a igualdade e equidade e princípios de relações de gênero, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e liberdade. Sendo assim, o empoderamento das mulheres é compreendido como um processo de conquista de autonomia e autodeterminação, o que implica na libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero e da opressão patriarcal que se desenvolveram ao longo da história.

O estudo dialoga com o pensamento de Batliwala (1994) ao afirmar que o empoderamento é um processo individual e coletivo de questionar as ideologias e as bases das relações de poder patriarcais vigentes. Na opinião de León (2001), o processo de empoderamento começa, no caso dos indivíduos, quando eles (as), além de reconhecerem as forças que as oprimem, mobilizam-se através de ações coletivas, dentro de um processo político, para mudar essa realidade e as relações de poder existentes. Nas entrevistas realizadas, esse aspecto ficou evidente, pois as mulheres rurais percebiam as forças que as oprimiam.

Saffioti (2004) ajuda a compreender o patriarcado, ao considerar que ele é um caso específico de relações de gênero, dentro do binômio dominação-exploração da mulher, no qual os dois polos da relação possuem poder. Contudo, a autora defende que esse poder é experimentado de maneira desigual, já que as relações entre homens e mulheres são desiguais e hierárquicas. Ao sexo feminino cabe uma pequena parcela de poder dentro de uma relação de subordinação. Essa parcela de poder, mesmo pequena, permite que as mulheres questionem a supremacia masculina e encontrem meios diferenciados de resistência.

No olhar de Scott (1995), o gênero deve ser compreendido como uma manifestação das relações de poder, porque estabelece entre homens e mulheres, entre as próprias mulheres e, também entre os homens, um acesso diferenciado aos recursos simbólicos e aos recursos materiais da sociedade. Dessa forma, “as relações de poder podem significar dominação, mas também podem ser um mecanismo de resistência ou tomada de poder sobre formas existentes do mesmo” (Deere; León, 2002, p. 53).

Através das economistas feministas, surgiu o conceito de empoderamento que se baseia na autonomia econômica e no modo como está ligada às posições de

barganha³ entre o homem e a mulher na família, na comunidade e na sociedade (Deere; León, 2002). Essas posições são constitutivas, pois a autonomia econômica diz respeito à capacidade das mulheres terem controle sobre seus recursos financeiros e meios de subsistência. O conceito de empoderamento está intrinsecamente ligado às posições de negociação entre homens e mulheres na família, comunidade e sociedade como um todo. Isso significa que a autonomia econômica é uma parte dessas posições e tem influência.

Ao buscar compreender o poder de barganha dentro de uma família rural, Agarwal (1994) elenca alguns elementos importantes para uma melhor posição de retaguarda de uma pessoa da família: a) posse e controle da propriedade, especialmente a terra; b) acesso a emprego ou outro meio de geração de renda; c) acesso a recursos comuns (como florestas e pastagens); d) acesso a sistemas de apoio sociais tradicionais externos - dentro da comunidade ou com outros parentes, e) acesso a apoio do Estado ou de Organizações Não Governamentais (ONGs). Dessa forma, esses fatores têm um impacto sobre a capacidade de uma pessoa em atender às suas necessidades de subsistência fora da família. Quanto maior a capacidade de uma pessoa de sobreviver fisicamente fora da família, maior será o seu poder de barganha em relação à distribuição de recursos dentro dela. O poder de barganha é a capacidade de influenciar a distribuição dos recursos de subsistência dentro da família, assim como as contribuições que constituem a posição de retaguarda de cada membro da família e que contribuem para esta posição.

Nesse contexto, a autonomia econômica das mulheres desempenha um papel crucial na promoção da igualdade de gênero e na superação das desigualdades. Quando as mulheres têm acesso a recursos econômicos e oportunidades de trabalho remunerado, elas tornam-se menos dependentes dos homens e têm maior capacidade de tomar decisões que afetam suas vidas.

Porém, para se buscar o desenvolvimento da autonomia econômica feminina, há a necessidade de se facilitar o acesso a terra, ao crédito e à assistência técnica (Butto *et al.*, 2014). Quanto ao crédito, atribui-se a necessidade de financiamento da

³ Agarwal (1994) diz que o poder de barganha de um membro seria definido por uma variedade de fatores, em particular, a força da melhor posição de retaguarda de uma pessoa (as alternativas externas que determinam a posição dele ou dela se a cooperação cessasse) e o grau a que sua reivindicação é vista como social e legalmente legítima.

produção agropecuária ou não agropecuária como ponto de partida para o desenvolvimento das atividades geradoras de renda. Dessa forma, os programas de crédito rural, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), destinam-se a projetos de inversão, que se referem a investimentos em infraestrutura, equipamentos, tecnologias e outros recursos que visam aprimorar a produção agrícola. Essa inversão implica em direcionar recursos financeiros para investimentos de logo prazo, com o objetivo de aumentar a produtividade e, conseqüentemente, a renda dos agricultores familiares. A ideia é que, ao financiar projetos de inversão, como a adoção de novas tecnologias, os agricultores possam melhorar a eficiência de suas atividades agrícola, o que resultará em um aumento da produtividade (Hernández, 2009).

Sendo assim, o acesso ao crédito pelas mulheres rurais pode ampliar as oportunidades de investimento, de geração de renda e de participação em espaços públicos, estendendo o seu conhecimento e as suas relações sociais (Silva, 2019). Esse envolvimento maior contribui para o aumento do capital social e cultural das mulheres, o qual é considerado fundamental para o desenvolvimento da autonomia, de acordo com Hernández (2009). Para que isso ocorra, é necessário modificar o *habitus*⁴ (Bourdieu, 1989), incluindo a postura da mulher em relação à família e à sociedade, bem como a própria dinâmica familiar, incluindo a conscientização, participação e acesso e controle de recursos. Essa mudança de hábito não é uniforme nem linear, não ocorre de maneira igual para todas as mulheres rurais (Deere; León, 2002).

Nessa campo, as lutas sociais para o empoderamento das mulheres na zona rural resultou em um dos acontecimentos de grande relevância no âmbito das políticas públicas: a criação de uma linha de crédito voltada para a mulher do campo dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Pronaf Mulher – estabelecido, a partir de 2003, pelo Governo Federal com o objetivo de dar visibilidade às atividades dessas mulheres.

A criação da linha de crédito é considerada um avanço em termos de conquistas das mulheres rurais, visto que o direito de tomar decisões sobre sua

⁴ *Habitus*, um conceito capaz de conciliar a oposição aparente entre realidade exterior e as realidades individuais; capaz de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades. *Habitus* é então concebido como um sistema de esquemas individuais, socialmente constituído, de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano (Setton, 2002).

própria vida depende da retaguarda financeira. Outrossim, as mulheres têm buscado se organizar de modo a construírem processos de empoderamento a partir do seu protagonismo.

Dessa forma, as questões que dizem respeito à redução das desigualdades sociais e econômicas ganham relevância, pois promovem a inclusão social e a melhoria das condições de vida das pessoas, especialmente das mulheres rurais, que são o foco de investigação deste trabalho. Diante desses aspectos, a questão central desta pesquisa é: como o Pronaf atua como um agente de empoderamento das mulheres rurais no Tocantins, com o objetivo de promover sua autonomia econômica, política e social?

1.1 Elementos da tese

No trabalho sobre *O desempoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais em Porto Nacional (TO, Brasil)*, as autoras Parente e Guerrero (2012) analisaram o cotidiano das mulheres dos reassentamentos rurais criados após o enchimento do reservatório que se formou com a construção da Usina Luís Eduardo Magalhães, no rio Tocantins, no município de Porto Nacional, Tocantins. As autoras apontaram o processo de desempoderamento das líderes dos movimentos sociais, evidenciando os fatores inibidores do empoderamento, como responsabilidades domésticas, opressão, dependência econômica, falta de apoio, ausência de capacitação e de maior participação.

Além disso, o estudo *Microcrédito e (Des)empoderamento das mulheres beneficiárias no Banco do Povo em Palmas* realizado pelas autoras, Parente e Coelho (2019), analisou se o microcrédito contribuiu para o empoderamento de mulheres beneficiárias do Banco do Povo em Palmas, Tocantins. Esse estudo demonstrou que, apesar do microcrédito trazer melhorias nas condições de vida, o empoderamento dessas clientes não foi alcançado no sentido de dar-lhes condições de emancipação, autonomia, participação social, autoestima e formação educacional.

Ademais, a noção de empoderamento não se limita a questionar os papéis desempenhados por homens e mulheres nas políticas de desenvolvimento, mas também nos leva a refletir sobre questões relacionadas ao conflito, ao poder, aos símbolos variados e às estruturas sociais profundas. Uma análise aprofundada

desses temas pode revelar novos rumos e perspectivas para o desenvolvimento (Kabeer, 1994).

Nesse sentido, vale ressaltar que a “busca pelo empoderamento das mulheres é essencial para que haja igualdade de gênero, e nesse aspecto verifica-se que alguns fatores sejam eles internos e externos podem inibir ou impulsionar ou não o empoderamento” (Oliveira; Parente, 2015, p. 99). Assim, os fatores que contribuem para o desempoderamento são: as responsabilidades domésticas, a opressão, a dependência econômica, a falta de apoio e de capacitação nas relações quando esses fatores inibidores se encontram presentes (Zapata, 2003).

Como estratégia de desenvolvimento na perspectiva de gênero, os programas de concessão de crédito desempenham um papel importante. Segundo pesquisa da Unidade de Desenvolvimento das Nações Unidas do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM) e do Banco Mundial, as desigualdades das sociedades em desenvolvimento inibem o crescimento e o desenvolvimento econômico e as sociedades que discriminam, com base no gênero, pagam o custo de uma maior pobreza, crescimento econômico mais lento, governo mais fraco e um padrão de vida mais baixo para seus cidadãos. É evidente que a atenção à igualdade de gênero é essencial para a prática sólida do desenvolvimento e está no centro do progresso econômico e social. Os resultados do desenvolvimento não podem ser maximizados e sustentados sem atenção explícita às mulheres, já que o sucesso de uma mulher beneficia mais de uma pessoa (Calderón Baca; Pereira Bermudez, 2016).

Ademais, os programas de concessão de crédito possuem um papel importante no que se refere ao aumento da capacidade produtiva, ampliação da renda, promoção do bem-estar das mulheres agricultoras. Ou seja, esses programas e as instituições que viabilizaram a disponibilidade de crédito às agricultoras possibilitaram o acesso a determinados segmentos⁵ até então excluídos do mercado convencional de crédito. Dessa forma, o acesso ao crédito pode impactar a vida da população pobre, na medida em que possibilita a geração de poder econômico e

⁵ Apesar de ser um segmento expressivo da agricultura brasileira, a agricultura familiar é caracterizada por ser a mais fragilizada em termos de capacidade técnica e de inserção nos mercados agropecuários. Percebe-se, então, que os agricultores familiares possuem diversas restrições, desde o acesso aos recursos naturais até aos recursos financeiros, este último decorrente de seu reduzido poder de negociação junto às instituições bancárias. Nesse contexto, destaca-se a atuação das políticas públicas de microcrédito, que viabilizam a concessão de empréstimos à parcela da população desprovida de garantias, com o objetivo de apoiar negócios geradores de renda e tirar as pessoas da situação de pobreza (Motter, 2013, p. 23).

social. E o processo de empoderamento das mulheres torna-se importante na medida em que as capacita para lutarem pela igualdade, pela visibilidade do seu trabalho e o livre exercício de seus direitos enquanto trabalhadoras, significando, assim, tomar as rédeas de sua própria vida (Mello, 2017).

Nessa perspectiva, esta pesquisa voltou-se para a análise do programa de crédito Pronaf, considerado como instrumento de empoderamento das mulheres rurais do estado do Tocantins para alcançar sua autonomia econômica, política e social. Para tanto, delinear-se quatro objetivos específicos, a saber: 1) analisar o perfil das beneficiárias do crédito rural; 2) identificar as dimensões e quais os fatores que estão impulsionando ou inibindo o empoderamento das mulheres beneficiárias do crédito; 3) identificar os elementos que constituem o processo de empoderamento das mulheres rurais por regiões do estado do Tocantins as quais acessaram ou não o crédito rural, e 4) verificar se o processo de empoderamento ocorreu na vida das mulheres rurais.

Para a obtenção dos objetivos, utilizou-se da metodologia de história oral, a qual Portelli (2016, p.10) descreve como ser “primordialmente uma *arte da escuta*”, baseada em um conjunto de relações. Já Gonzalez (2017) questiona acerca da legitimidade das vozes, quem pode falar ou não, quais vozes são legítimas e quais não são. Dessa forma, é preciso conhecer a posição social ou espaços de fronteira⁶ ocupados por grupos de poder desiguais⁷ (Collins, 2016), uma vez que o não reconhecimento de que partimos de lugares diferentes, leva à legitimação de um discurso excludente, pois não visibiliza outras formas de ser mulher no mundo (Lorde, 2013).

Como visto, a história oral nos auxilia a questionar as fronteiras no que diz respeito à História e o que não diz (Portelli, 2016) e se converte em uma ferramenta para romper o silêncio instituído para quem foi subalternizado⁸ (Spivak, 2010).

Além disso, Dias (1992) afirmar que são muitas as dificuldades para quem ousar estudar as mulheres em sociedade. Isso foi comprovado durante a pesquisa,

⁶ Collins (2016) fala da importância das mulheres negras fazerem uso criativo do lugar da marginalidade que ocupam na sociedade a fim de desenvolverem teorias e pensamentos que reflitam diferentes olhares e perspectivas.

⁷ Collins está se referindo aos grupos de poder desiguais. Ele salienta a importância de conhecer a posição social ou os espaços de fronteira ocupados por esses grupos. O reconhecimento dessa desigualdade é crucial para evitar legitimação de discursos excludentes e permitir a visibilização de outras formas de ser mulher no mundo, como mencionado pela autora Lorde (2013).

⁸ Subalterno evidencia um lugar silenciado (Spivak, 2010).

tamanho a dificuldade de encontrar mulheres rurais que tivessem se beneficiado de algum programa de crédito específico a elas. Contudo, foi possível entrevistar algumas mulheres na região de Gurupi e na região de Dianópolis, permitindo-nos conhecer o lugar de fala⁹ dessas mulheres.

Na edição de 2021 do Fazendo Gênero 12¹⁰, Conceição Evaristo proferiu uma palestra na qual defendeu o “lugar de fala” das mulheres, especialmente das mulheres negras, destacando a importância de defender igualmente o “lugar de ser ouvido”, que é tão crucial quanto. Acredito que esse trabalho também busca construir esse “lugar de ser ouvido” para as mulheres rurais do estado do Tocantins que são beneficiárias do crédito rural Pronaf Mulher.

1.2 Metodologia

Como sabido, o percurso metodológico é a espinha dorsal de toda pesquisa científica, apontando os caminhos, passos, escolhas realizadas para se alcançar os dados de análise do objeto proposto. Nesse estudo, o procedimento metodológico utilizado foi a pesquisa exploratória, com a intenção de descrever os caminhos seguidos para a realização da pesquisa.

Dessa forma, apresenta-se a seguinte sequência de etapas desse percurso: a pesquisa exploratória; a submissão ao Comitê de Ética; a definição da metodologia e das fontes (fonte oral, fonte documental e fonte fotográfica); a descrição das mulheres, foco da investigação; o detalhamento das entrevistas; a análise e interpretação das narrativas, etapas essas registradas em um caderno de bordo¹¹, com o objetivo de fornecer suporte, facilitar o entendimento e aumentar a

⁹ O lugar de fala evidencia a diferença de poder entre diferentes grupos sociais, solicitando que aqueles com maior poder adotem uma capacidade de escuta dos grupos menos privilegiados. Dessa forma, vozes que, até o presente momento, permanecem silenciadas podem ser ouvidas. Bruna Cristina Jaquetto Pereira, Especialista em Gênero e Raça e Doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília (UnB). Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2021/04/08/o-que-significa-lugar-de-fala-conceito-nao-e-uma-forma-de-calar-as-pessoas.htm?cmpid=copiaecola>.

¹⁰ O Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 aconteceu nos dias 19 a 30 de julho de 2021 em formato on-line e reuniu pesquisadoras, estudantes, ativistas, artistas, professoras e interessadas nas questões que envolvem o gênero, as mulheres, feminismos e sexualidades. O tema desta edição foi “Lugares de fala: direitos, diversidades, afetos”. A concepção geral do Seminário Internacional Fazendo Gênero 12 coloca-se no debate atual dos feminismos e das visibilidades de minorias, reconhecendo a importância das vozes que falam por si e por um comum compartilhado, reivindicando direitos, quando e sempre que o contexto e a força das mediações as ameçam de silenciamento.

¹¹ Um caderno de bordo é um registro ou diário usado para documentar informações relevantes sobre uma determinada atividade, viagem ou projeto. Ele pode ser usado em várias áreas, como navegação, aviação, pesquisa científica, projetos de engenharia, entre outros (FEBRACE, 2021).

profundidade do fenômeno em estudo.

1.2.1 Pesquisa exploratória

Para os autores Munaretto, Corrêa e Cunha (2013), a pesquisa exploratória serve para proporcionar uma visão geral acerca de determinado fato, procurando buscar “padrões, ideias ou hipóteses, em vez de testar ou confirmar uma hipótese” (Collis; Hussey, 2005, p. 24). Esse foi o caminho que se utilizou para compreender o processo de empoderamento das mulheres rurais do estado do Tocantins, quando da contratação do crédito rural por meio do Pronaf Mulher.

Desde o Plano de Safra 2003/2004, as mulheres agricultoras que integram a unidade familiar de produção, independente da sua condição civil, podem acessar até dois financiamentos do Pronaf Mulher (Duarte, 2010), para serem usados em investimento com atividades agropecuárias, turismo rural, artesanato e outras atividades de interesse da mulher, desde que enquadrada como agricultora familiar (Brumer; Spanevello, 2012).

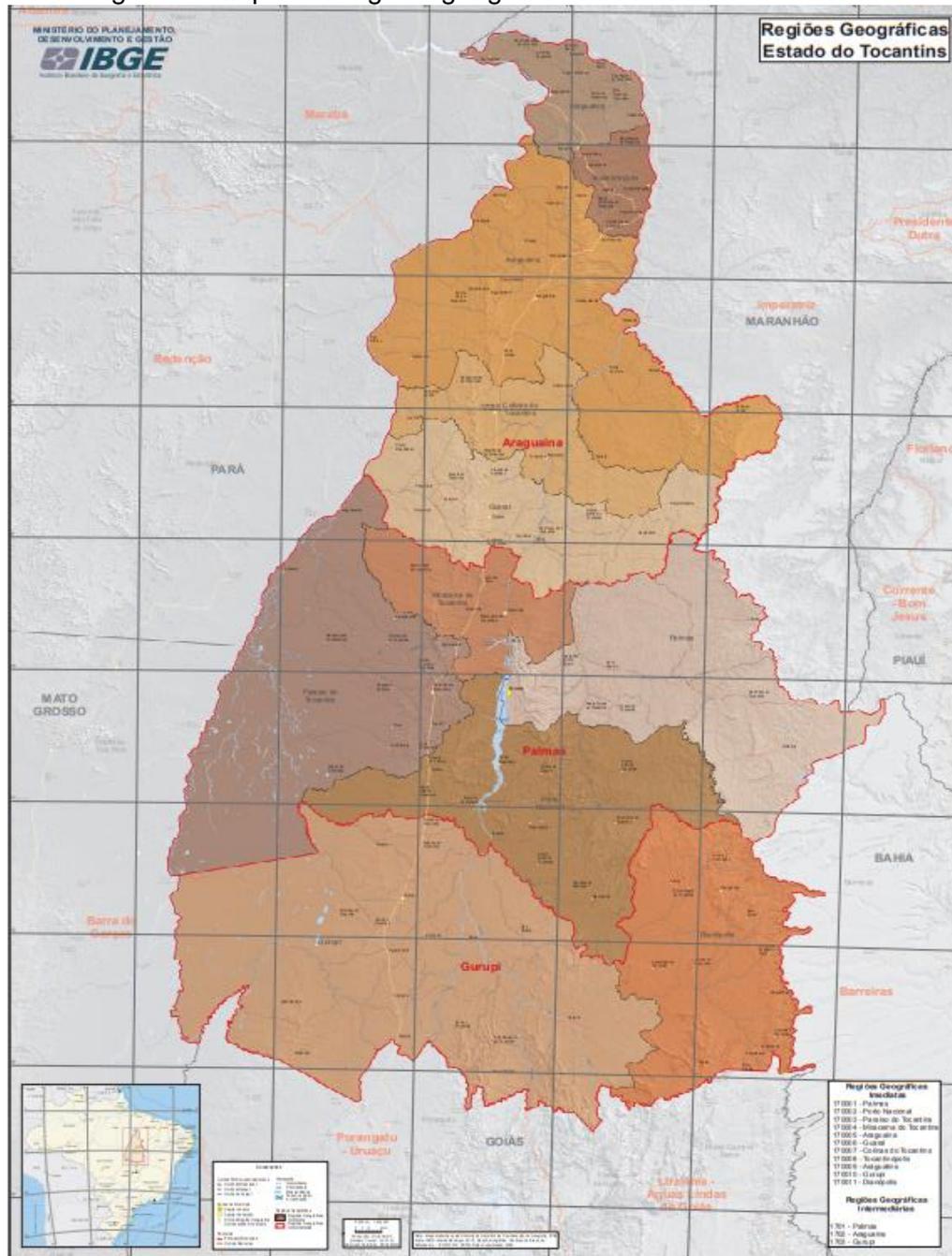
Com o início das aulas no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PGDR) da UFT, entre os anos de 2017 e 2019, iniciou-se a procura por saber onde estavam as mulheres rurais no estado e quantas acessaram de alguma forma o crédito rural.

A pesquisa ocorreu no Tocantins, estado situado no centro-norte do Brasil, que permanece dentro do planalto central brasileiro e é banhado pelo rio Tocantins (Figura 1). A sua posição geográfica permite que ele tenha acesso às principais regiões do país, especialmente as regiões Centro-oeste e Sudeste (IBGE, 2023).

Para prosseguir com a pesquisa exploratória, realizei uma pesquisa documental em fontes de dados de pesquisas, como os da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre as possibilidades de diálogo entre indivíduos e instituições cujas pesquisas estejam relacionadas ao meu objeto de pesquisa.

Nessa etapa documental, cujas fontes são primárias, com objetivos específicos de complementar a pesquisa (UFMG, 2021), foi possível identificar em quais regiões do estado se concentravam as contratações, valores adquiridos e o perfil das mulheres beneficiárias do crédito rural.

Figura 1 - Mapa das regiões geográficas do estado do Tocantins



Fonte: Regiões Geográficas do Estado do Tocantins. Disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/17_regioes_geograficas_tocantins.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

A investigação preliminar envolveu consultas nos endereços eletrônicos do INCRA, do Banco Central do Brasil (BACEN)¹² e da Secretaria Especial de

¹² O Banco Central (BC) é o guardião dos valores do Brasil. O BC é uma autarquia de natureza especial, criado pela Lei n.º 4.595/1964 e com autonomia estabelecida pela Lei Complementar n.º 179/2021. Tem a missão de garantir a estabilidade do poder de compra da moeda, zelar por um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, e fomentar o bem-estar econômico da sociedade.

Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD)¹³ possibilitando realizar as delimitações espacial e temporal do estudo.

Em seguida, no sítio da Secretaria Estadual de Planejamento e Orçamento (Tocantins, 2012), buscou-se a localização e a divisão política do estado do Tocantins. No Anuário Estatístico do Crédito Rural¹⁴ do Banco Central (BACEN, 2020), verificou-se o montante referente ao crédito rural Pronaf disponibilizado aos municípios do estado e, na SEAD, conseguimos relacionar os municípios e cada contratação da linha de crédito, natureza e vigência.

Primeiramente, identicamos os lugares onde as mulheres rurais tiveram acesso ao crédito rural. As contratações ocorreram nos municípios de Almas, Araguatins, Augustinópolis, Buriti do Tocantins, Dianópolis, Juarina, Novo Jardim, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Taguatinga. No período de de 2013 à 2020, foram realizadas 115 (cento e quinze) contratações, totalizando R\$ 436.118,78 (quatrocentos e trinta e seis mil cento e dezoito reais e setenta e oito centavos). Desses contratos, somente oito foram aplicados na agricultura e os outros foram para a pecuária.

Dessa forma, apurou-se que, na região do Bico do Papagaio, as contratações do crédito rural ocorreram em quatro municípios: Araguatins, com 07(sete) contratos; Augustinópolis, com 03 (três) contratos; Buriti do Tocantins, com 04 (quatro) contratos e Sítio Novo do Tocantins, com 13 (treze) contratos, totalizando R\$ 183.387,78 (cento e oitenta e três mil trezentos e oitenta e sete reais e setenta e oito centavos). Na região de Miracema do Tocantins, somente no município de Juarina foram realizadas 03 (três) contratações de crédito no valor de R\$ 60.231,00 (sessenta mil duzentos e trinta e um reais). Já na região de Dianópolis foram identificados 05 (cinco) municípios: Dianópolis, com 29 (vinte nove) contratos; Novo Jardim, com 01 (um) contrato; Ponte Alta do Bom Jesus, com 42 (quarenta dois) contratos; Porto Alegre do Tocantins, com 01 (um) contrato e Taguatinga com 02

monitoramento e de supervisão dessas entidades. O Banco Central **tem autonomia para supervisionar e punir as Instituições Financeiras no Brasil, além de autorizar, com isso, o funcionamento das mesmas no território nacional**. Além disso, o Banco Central estabelece, também, as condições para o exercício de qualquer cargo de direção nas Instituições Financeiras. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/institucional>. Acesso em: 10 jan. 2020.

¹³ Atualmente se encontra extinta, porém os dados consultados constam no endereço eletrônico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/secretaria-de-agricultura-familiar-e-cooperativismo>. Acesso em: 6 de jan. 2023.

¹⁴ Publicação anual que registra informações pelo Bacen acerca do crédito rural no Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/institucional>. Acesso em: 10 jan. 2020.

(dois) contratos, totalizando R\$ 187.500,00 (cento e oitenta e sete mil e quinhentos reais).

Em sua grande maioria, essas contratações voltaram-se para a pecuária e somente na área de investimento, ou seja, foram recursos aplicados em obras de infraestrutura, por mulheres agricultoras assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e beneficiárias do Programa Nacional e Crédito Fundiário (PNCF), com limite de crédito de R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) a R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) (INCRA, 2020).

Uma vez identificadas as localidades das beneficiárias do crédito rural, o próximo passo seria entrevistá-las, utilizando a metodologia de História Oral. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas, etc. a partir de depoimentos de pessoas que deles participaram ou testemunharam (Alberti, 2013). Para além da escuta, também buscava-se verificar o processo de empoderamento dessas mulheres após a contratação do crédito. Dessa forma, o instrumento de entrevista exploratória foi concebido e desenvolvido.

1.2.2 Comitê de Ética

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética da Universidade de Gurupi (UnirG), em 2020, através de cadastro no Sistema da Plataforma Brasil, de acordo com a Resolução nº 510/2016, art. 1º que disciplina sobre a necessidade de parecer em pesquisas que adotam “[...] procedimentos metodológicos que envolvam a utilização de dados obtidos diretamente com os participantes [...]” (BRASIL, 2016).

Sendo assim, o registro na Plataforma Brasil ocorreu no dia 25 de novembro de 2020 (Anexo A) e o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em 7 de dezembro de 2020, de acordo com o Parecer Consubstanciado de nº 4.444.652 (Anexo B). Isso permitiu o andamento das atividades.

Porém, nesse período, o mundo foi afetado pela pandemia Covid-19, o que causou algumas alterações no cronograma de atividades previsto para o projeto de pesquisa, relacionadas à coleta de dados, impedindo o cumprimento exato da metodologia.

Assim, foi necessário dar uma pausa nessa proposta e, conseqüentemente, reestruturar a metodologia para alcançar o objeto da pesquisa. Dessa forma, optou-se

por modificar o instrumento de pesquisa passando-se a utilizar o Google Formulário, com a inclusão do roteiro de pesquisa pré-estabelecido. Também se buscou o contato das secretarias ou diretorias rurais nos municípios onde ocorreram as contratações do crédito rural, com o objetivo de contatar as mulheres associadas que possuíssem cargos de liderança existentes nessas localidades, para aplicar a metodologia oral de Alberti (2013).

Nesse caso, os depoimentos das mulheres rurais são de extrema importância para o empoderamento feminino, pois permitem que suas vozes sejam ouvidas e suas experiências sejam valorizadas. A metodologia de História Oral possibilita que essas mulheres sejam protagonistas de sua própria história, contribuindo para a construção de uma narrativa mais inclusiva e diversa sobre a vida no campo. Além disso, esses depoimentos podem servir como fonte de inspiração e fortalecimento para outras mulheres, mostrando que é possível superar desafios. Dessa forma, começou-se a jornada de coleta de dados, agora com o roteiro por meio eletrônico.

Durante esses contatos, percebeu-se que a questão da tecnologia era um obstáculo para as entrevistadas, muitas delas não tinham nenhum endereço eletrônico, o que lhes impossibilitavam o acesso ao roteiro de entrevista por meio da internet. Após diversas tentativas frustradas, e com o pico da pandemia um pouco amenizado, foi possível realizar as visitas nas áreas onde as mulheres se mostraram dispostas a receber visitas e responderem ao instrumento de pesquisa pessoalmente.

Assim, entre junho de 2021 e fevereiro de 2022, foi possível realizar algumas entrevistas usando o método de dados proposto pela metodologia de História Oral.

1.2.3 O lugar daquela que fala

O lugar da pessoa que fala é um tema central a ser explorado no contexto dos assentamentos “Comunidade Vale Verde¹⁵” e da “Comunidade Três Lagoas”,

¹⁵ O assentamento Vale Verde (48° 59' N e 48° 58' W), localizado a 20 km da sede do Município de Gurupi, TO, é formado por pequenos produtores familiares, de baixo nível econômico e tecnológico, com produção de subsistência totalmente exposta aos riscos climáticos e econômicos. Ele abriga 100 famílias, sendo constituído por 105 lotes, dos quais 100 são ocupados por famílias e os cinco lotes restantes foram divididos em pasto, roça comunitária, sede da associação e área de reserva, que corresponde a 35 % da área total do assentamento. A área total do assentamento é de 1.765,18 ha e o tamanho médio dos lotes ocupados pelas famílias é de 10 ha, tendo como base econômica a agropecuária, com pecuária de corte e leiteira e cultivos de subsistência como arroz, mandioca e

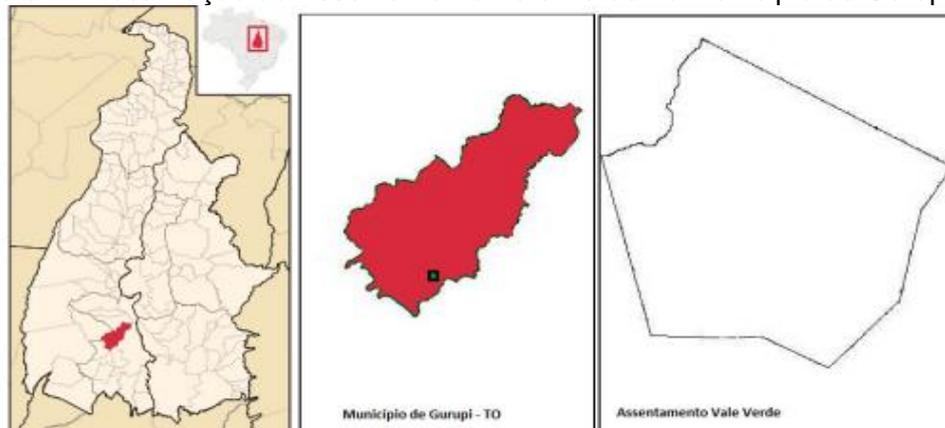
situados respectivamente nos municípios de Gurupi e São Valério da Natividade.

Em junho de 2021, por meio de um contato com o Seu João¹⁶, presidente da associação de agricultores do assentamento Vale Verde, foi possível conversar com algumas mulheres daquela comunidade, que na ocasião estavam reunidas para as atividades da associação rural. Em 27 de fevereiro de 2022, após uma ligação telefônica com uma das entrevistadas, realizou-se uma visita à comunidade Três Lagoas, onde também foram tomadas as entrevistas.

1.2.3.1 Comunidade Vale Verde

A comunidade Vale Verde é oriunda do assentamento rural Vale Verde, que fica a dezoito quilômetros do perímetro urbano da cidade Gurupi, Tocantins (Santos *et al.*, 2011), conforme mostrado na Figura 2.

Figura 2 - Localização do Assentamento Vale Verde no município de Gurupi, TO



Fonte: Santos *et al.*, 2011¹⁷.

Esse assentamento foi objeto de estudo das pesquisadoras Carvelli e Almeida em 2011, cuja proposta era usar a contabilidade como ferramenta gerencial em pequenas propriedades rurais. Com base nesse estudo, as autoras identificaram o perfil do assentamento, que pode ser descrito da seguinte maneira: o chefe da

milho. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAC-2010/30390/1/bolpd-227.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2023.

¹⁶ Segundo o pesquisador Marcos Fábio Freire Montysuma (2006), na História Oral, uma amizade prévia pode ajudar o entrevistado a falar sem pudores, por confiar no seu interlocutor [...].

¹⁷ As imagens foram obtidas no dia 16 de setembro de 2010 do satélite IRS, sensor LISS III, com cobertura mínima de nuvens. As imagens foram adquiridas gratuitamente no site do INPE. Após a aquisição, as imagens foram recortadas para extração da área de interesse, através do software IMPIMA 4.3.3 e em seguida salvas no formato GRIB. Depois do recorte, as imagens foram georreferenciadas (Santos *et al.*, 2011).

família assentada tem idade predominantemente, entre 41 e 50 anos; as famílias costumam ter entre 1 a 3 filhos, com idades entre 20 e 30 anos; a grande maioria das famílias reside no campo há cerca de 5 a 10 anos, desde a criação do assentamento, e se dedica, sobretudo, a atividades agrícolas. As famílias do Assentamento Vale Verde têm uma renda média de 15 salários mínimos por ano. Essa informação demonstra a relevância da atividade agrícola como fonte de subsistência e sustento para as famílias assentadas (Carvelli; Santos, 2016).

Nesta comunidade, a pesquisa em questão foi realizada em 19 junho de 2021, a fim de coletar dados por meio de entrevistas com as mulheres rurais da comunidade, como demonstrado pelas Figuras¹⁸ 3 e 4.

Os depoimentos coletados na História Oral têm um papel relevante na elaboração de narrativas históricas mais inclusivas, pois permitem a voz de grupos sociais, categorias profissionais e movimentos que, geralmente, são negligenciados ou ignorados pela historiografia oficial (Tedeschi, 2014). No que diz respeito às mulheres rurais, seus depoimentos podem revelar suas experiências e perspectivas em relação a temas como trabalho, família, religião, política, entre outros, o que contribui para uma compreensão mais ampla e complexa da história rural brasileira, pois a História Oral desempenha um papel relevante na preservação da memória e da identidade desses grupos, promovendo o empoderamento e a valorização de suas trajetórias e lutas.

As entrevistas foram conduzidas de acordo com o Roteiro de Entrevista¹⁹(Anexo III), que foi utilizado para direcionar a conversação com as mulheres da comunidade. Consiste em 22 (vinte duas) perguntas, sendo 02 (duas) para identificar o perfil da entrevistada, com o objetivo de caracterizar as mulheres que estão contratando a linha de crédito; 06 (seis) perguntas sobre o crédito rural, para verificar as razões para a contratação do crédito; e 14 (quatorze) perguntas sobre a destinação do crédito, para analisar o processo de empoderamento das beneficiárias.

¹⁸ As figuras 3 e 4 foram registradas em 19 jun. de 2021 na Comunidade Vale Verde, pela pesquisadora quando da coleta de dados na localidade. As autoras Mariany Toriyama Nakamura e Giulia Crippa (2010, p. 90) dizem que “as narrativas obtidas do estímulo provocado pelos registros fotográficos constroem um sentido para a história que se conta”. Todas as imagens utilizadas na tese possui autorização cedida pelas entrevistadas (Anexo D).

¹⁹ O Roteiro Geral de Entrevista deve ser elaborado com base no projeto e na pesquisa exaustiva sobre o tema. Sua função é dupla: promove a síntese das questões levantadas durante a pesquisa em fontes primárias e secundárias e constitui instrumento fundamental para orientar as atividades subsequentes, especialmente a elaboração dos roteiros individuais (Alberti, 2013, p.161).

Na ocasião, foi possível conversar²⁰ com 09 (nove) mulheres da comunidade rural Vale Verde que estavam presentes no local e concordaram com a entrevista. Foram coletados depoimentos, em que as mulheres puderam expressar as suas experiências, desafios e conquistas de forma espontânea. Dessa forma, realizou-se a primeira coleta de dados, registrada e apresentada na Figura 3.

Figura 3 - Encontro com as mulheres da Comunidade Vale Verde, na região de Gurupi



Fonte: Arquivo pessoal (2021).

A Figura 4 também apresenta o encontro na Comunidade Vale Verde, reforçando o momento de depoimentos de mulheres que viveram e testemunharam os eventos. Com isso, amparada na metodologia da História Oral, foi possível resgatar informações e memórias que, muitas vezes, não estão presentes em documentos oficiais.

A História Oral proporciona a participação das pessoas na construção da história (Venera; Silveira, 2015) de suas comunidades, a partir da valorização de suas experiências e saberes. Assim, é uma ferramenta relevante para a preservação da cultura e identidade das comunidades rurais, bem como uma compreensão mais ampla da história do país.

²⁰ Almeida (2012) afirma que reuniões formais ou informais podem ser tratadas como fonte de trabalho para o historiador. O debate proposto inclui a coleta de discursos, com identificação de origem, e sem compromisso formal de doação, os quais são incorporados ao texto escrito produzido pelo historiador, em História Oral.

Figura 4 - Momento de depoimentos das mulheres da Comunidade Vale Verde, na região de Gurupi



Fonte: Arquivo pessoal (2021).

Em fevereiro de 2022, mais da metade²¹ da população do estado estava imunizada contra o Corona vírus, o que permitiu o progresso da coleta com a visita à microrregião de Dianópolis²² – identificada como a que mais contratou crédito rural pelas mulheres rurais no estado. Nesse estágio, a pesquisa foi realizada na comunidade Três Lagoas.

1.2.3.2 Comunidade Três Lagoas

A comunidade Três Lagoas é originária do assentamento rural Três Lagoas, localizado no município de São Valério da Natividade, a 288 km de distância da capital do estado, Palmas (IBGE, 2021). A Figura 5 apresenta a localização da comunidade no mapa do estado do Tocantins.

A criação do assentamento ocorreu em 30 de dezembro de 1997, com

²¹ De acordo com o Relatório Situacional do COVID-19 no Estado do Tocantins, 3 Quadrimestre 2021. Disponível em: <https://central.to.gov.br/download/281208>. Acesso em: 14 abr. 2022.

²² A microrregião de Dianópolis é composta por vinte municípios: Dianópolis, Taguatinga, Arraias, Paranã, Natividade, Almas, Combinado, Santa Rosa do Tocantins, Ponte Alta do Bom Jesus, Pindorama do Tocantins, Conceição do Tocantins, **São Valério da Natividade**, Aurora do Tocantins, Chapada da Natividade, Porto Alegre do Tocantins, Novo Jardim, Novo Alegre, Taipas do Tocantins, Rio da Conceição e Lavandeira. Disponível: <https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-de-dianopolis.html>. Acesso em: 6 jan. 2023.

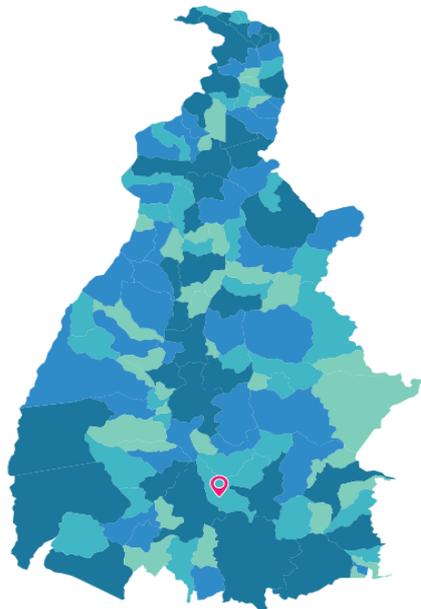
capacidade para abrigar 29 (vinte e nove) famílias, mas atualmente abriga 33 (trinta e três) famílias, de acordo com o Painel dos Assentamentos no Tocantins (INCRA, 2017).

A visita à comunidade ocorreu no dia 27 de fevereiro de 2022, após contato telefônico com uma das entrevistadas, em que foi possível agendar a entrevista. Nessa comunidade, foram realizadas 3 (três) entrevistas.

Uma vez que a História oral é uma técnica de pesquisa que se baseia em entrevistas e relatos de pessoas para obter dados de eventos passados, de forma a assegurar a compreensão e interpretação corretas das histórias e experiências, é importante que o pesquisador esteja atento aos aspectos culturais, sociais e históricos da comunidade em questão.

Além disso, ao coletar os dados, o pesquisador deve estar atento às nuances e subjetividades presentes nas narrativas dos participantes, de modo a compreender o contexto em que as histórias estão inseridas. Isso exige que o pesquisador esteja disposto a responder a questionamentos e reflexões que possam surgir ao longo do processo, favorecendo a constante melhoria de sua percepção (Meihy, 2015).

Figura 5 - Localização do município São Valério da Natividade



Fonte: IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/sao-valerio/panorama>. Acesso em: 29 mai. 2023.

Ao realizar a coleta de dados na comunidade, a pesquisadora pode experimentar uma variedade de sentimentos e percepções, tais como a curiosidade

em relação à cultura, tradições e histórias da comunidade, o que estimula a busca por conhecimento e compreensão mais aprofundados. Além disso, ao ouvir as histórias das participantes, a pesquisadora pode desenvolver um senso de empatia pelos desafios, alegrias e experiências partilhadas pela comunidade, resultando num maior envolvimento emocional durante a coleta de dados. É crucial ter consideração pela comunidade e pelas pessoas que estão contando as suas histórias, refletindo esse sentimento no cuidado e na valorização das narrativas coletadas (Alves, 2016).

A Figura 6²³ apresenta os registros fotográficos das entrevistas realizadas na comunidade Três Lagoas. A da esquerda refere-se ao registro da entrevista realizada com a senhora Isaura Souza Gonçalves e a da direita, com a senhora Zenai Souza Gonçalves, ambas beneficiárias do crédito Pronaf Mulher.

Figura 6 - Encontro com as mulheres da Comunidade Três Lagoas, na Região de Dianópolis



Fonte: Arquivo pessoal (2021).

A seguir serão apresentadas as fontes e como foram realizadas as transcrições e análises das entrevistas.

²³ As imagens da Figura 6 foram registradas em 27 de fevereiro de 2022 na Comunidade Três Lagoas, pela pesquisadora, quando da coleta de dados na localidade. Entre as potencialidades da fotografia, destacam-se a possibilidade de registrar imagens de pessoas e lugares, permitindo a reconstrução de cenas e eventos históricos; a capacidade de oferecer informações sobre a moda, a arquitetura, os costumes e as relações sociais e culturais de determinada época; e a capacidade de fornecer evidências visuais para comprovar ou desmentir fatos e versões históricas, diz a autora Ana Maria Mauad (2005).

1.2.3.3 Fontes

De acordo com Portelli (2016), as narrativas orais e os testemunhos que compõem a história oral não são mais do que uma ferramenta complementar na vasta gama de fontes do historiador. Além disso, o pesquisador deve se valer de todas as fontes disponíveis para obter um quadro mais rico e abrangente possível, do período ou tema em questão (Freitas, 2006).

As fontes orais estão relacionadas a temas como memória, narrativa, subjetividade e diálogo, e requerem abordagens e procedimentos específicos, adequados à sua natureza e características particulares, tornando a história oral uma *arte da escuta*²⁴ (Portelli, 2016). Por conta disso, a presente pesquisa contou com a utilização de fontes orais e documentais, uma vez que considera a particularidade desta pesquisa, cujo foco é a subjetividade.

É importante salientar que a metodologia oral atribui relevância às fontes orais, sendo que as outras são uma medida ou escolha adotada para enriquecer a pesquisa (Santos, 2021). Dessa forma, as outras evidências analisadas, sejam elas escritas, documentais ou fotográficas corroboram para demonstrar a presença do fenômeno nas narrativas.

Nesta pesquisa, as fontes orais têm como objetivo esclarecer o questionamento que motivou a investigação, a saber analisar o processo de empoderamento das mulheres rurais do estado do Tocantins, a partir do acesso à política de crédito rural “Pronaf”, que se sustenta nos fundamentos do desenvolvimento rural, na perspectiva de gênero e financiamento, visto que a melhoria das condições econômicas das famílias rurais é acompanhada de reconhecimento social e igualdade entre mulheres e homens.

Portelli (2016, p. 09) define as fontes orais como “histórias individuais, informais, dialógicas, criadas no encontro entre o historiador e o narrador”. Neste trabalho essas histórias são representadas pelas narrativas das mulheres entrevistadas na Comunidade Vale Verde e na Comunidade Três Lagoas.

A análise dessas fontes nos ajudou a compreender as necessidades das

²⁴ Tudo isso demonstra que a história oral é uma arte da escuta, uma arte baseada em um conjunto de relações: 1) a relação entre entrevistados e entrevistadores (diálogo); 2) a relação entre o tempo em que o diálogo acontece e o tempo histórico discutido na entrevista (memória); 3) a relação entre a esfera pública e a privada, entre autobiografia e histórica – entre, digamos, a História e as histórias; 4) a relação entre a oralidade da fonte e a escrita do historiador (Portelli, 2016, p.12).

mulheres rurais do estado do Tocantins, sua relação com o desenvolvimento rural e o processo de empoderamento. Essas percepções só foram possíveis a partir das histórias das pessoas que viveram as experiências da escolha de contratar a linha crédito rural Pronaf e nas suas relações de poder.

De acordo com Freitas (2006), a história oral permite a confrontação entre as fontes orais e documentais. Com relação à fonte documental, os documentos usados na pesquisa foram: anuários do BACEN²⁵ – contendo o montante do crédito rural disponibilizado por município, região e suas modalidades; Relatórios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)²⁶ – contendo dados sobre as propriedades rurais; e, Secretária Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD)²⁷ – contendo dados sobre a Agricultura Familiar.

Essas informações foram usadas para traçar o perfil sócio econômico das mulheres rurais do estado do Tocantins, uma vez que foi possível identificar o montante de recursos contratados, a localidade em que se encontravam e a categoria que se considerava beneficiária do crédito rural Pronaf.

Dessa forma, optou-se por considerar os dados do BACEN, MAPA e SEAD referentes às mulheres rurais que receberam crédito da linha de crédito Pronaf, bem como os dados do estado do Tocantins. A utilização da fonte escrita embasou a análise das fontes orais acerca do empoderamento ou não das mulheres que recebem o crédito rural.

1.2.3.4 Transcrição e análise das entrevistas de história oral

²⁵ Missão Institucional do Banco Central do Brasil (BCB): garantir a estabilidade do poder de compra da moeda, zelar por um sistema financeiro sólido, eficiente e competitivo, e fomentar o bem-estar econômico da sociedade, monitoramento e de supervisão dessas entidades. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/home-ptbr/TextosApresentacoes/FG_Aula%20Magna%20PUC%202022_25.3.22.pdf. Acesso em: 25 de mar. de 2022.

²⁶ O Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) é responsável pela gestão das políticas públicas de estímulo à agropecuária, pelo fomento do agronegócio e pela regulação e normatização de serviços vinculados ao setor. No Brasil, o agronegócio contempla o pequeno, o médio e o grande produtor rural e reúne atividades de fornecimento de bens e serviços à agricultura, produção agropecuária, processamento, transformação e distribuição de produtos de origem agropecuária até o consumidor final. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br>. Acesso em: 14 jan. 2023.

²⁷ A Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) tem como competências: reforma agrária; promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. Extraordinariamente, também exerce competências relativas à regularização fundiária na Amazônia conforme disposto na Lei nº 11.952/09.

A história oral é composta por uma entrevista que, ao coletar e apresentar uma versão das histórias narradas, influencia na intervenção de um entrevistador (Patai, 2010).

Após a coleta, ocorreu a transcrição²⁸ e análise das conversas. Foi um processo de audição que favoreceu o diálogo entre as fontes (oral e documental) e o referencial teórico. Thompson (2002) aponta que, nessa fase, deve-se estar atento às contradições e às convergências entre as fontes e essas com o conhecimento teórico; adverte que quanto maior o conhecimento teórico existente, mais provável a obtenção de informações históricas relevantes.

Salienta-se que o processo de transcrição e análise das entrevistas não foi linear, ou seja, da primeira à última entrevista, novos elementos de análise foram sendo identificados. De acordo com Portelli (1997), esse aspecto da metodologia de história oral é atribuído ao caráter relacional entre a pesquisadora e sua fonte, em que o protagonismo na entrevista é compartilhado com as sujeitas, ou seja, se a entrevistadora tem uma posição privilegiada em relação à condução da entrevista, por outro lado, a entrevistada narra aquilo que é relevante para si.

Além disso, as fontes apresentam o resultado de uma relação e de um encontro que foram apresentados à tese como resultado de uma conversa entre a pesquisadora e as pessoas que participaram da investigação. Essa escrita pode ser definida como uma expressão livre, entendida como um exercício de autonomia da pesquisadora, em que o objeto empírico é analisado sob a perspectiva teórica e metodológica, respondendo à questão norteadora da investigação (Freire, 2006).

Nesse estudo, o processo de transcrição das entrevistas foi difícil, pois contou com alguns fatores, já mencionados, que retardaram a etapa da coleta de dados, provocando dois intervalos de tempo no processo de transcrição das entrevistas: o primeiro no mês de junho de 2021 e o segundo no mês de fevereiro de 2022. Esse processo considerou a audição das entrevistas, a transcrição das entrevistas, os apontamentos em forma de marcação e comentários, bem como a seleção de trechos considerados mais relevantes para a análise.

No decorrer do processo de transcrição, devido à expectativa em relação ao cenário mundial com a pandemia Covid-19, em que a necessidade de isolamento

²⁸ Para a pesquisadora Verena Alberti (2013, p. 282), a transcrição constitui a primeira versão escrita do depoimento, base de trabalho das etapas posteriores. Trata-se de um primeiro e decisivo esforço em traduzir para a linguagem escrita, aquilo que foi gravado.

social foi uma necessidade, as primeiras entrevistas demandaram um tempo maior e serviram de base para a pesquisa. Isso ocorreu devido à mudança na condução das outras entrevistas, uma vez que a lente foi ajustada para o segundo momento da coleta, tornando-a mais leve, permitindo que as entrevistadas pudessem narrar livremente sobre o tema proposto. Santos (2021) define esse momento como escrita livre, em que destacamos marcações, comentários, separação por temática, perfil das entrevistadas, linha de crédito e processo de empoderamento.

Nos comentários, notou-se a relação entre as falas e as explicações encontradas na teoria para os eventos narrados, corroborando a afirmação de Freitas (2006) sobre a importância do arcabouço teórico e a decisão em se atribuir maior importância ao conteúdo do que à forma.

Nas entrevistas com as mulheres rurais da Comunidade Vale Verde, perceberam-se momentos de alegria ao relatarem a importância da linha de crédito, a sua indispensabilidade no dia a dia e nos objetivos da comunidade. A emoção demonstrada pela narradora por sua participação na história e a maneira como isso a afetou são sentimentos apontados por Portelli (1997), pois tornam a história oral relevante para se chegar a respostas do problema proposto. Esses momentos foram evidentes tanto no primeiro momento com as mulheres da Comunidade Vale Verde, na região de Gurupi, quanto com as mulheres da Comunidade Três Lagoas, na região de Dianópolis.

Com base nos indicadores apontados em pesquisas realizadas no México e na América Latina, nos anos de 1997 e 2002, pelos pesquisadores Emma Zapata Martelo, Pilar Alberti Manzanares, Verónica Vázquez Garcia, Elia Pérez Nasser, Josefina López Zavala, Aurelia Flores Hernández e Nidia Hidalgo Celerié, as entrevistas revelaram diversos indicadores nas falas das mulheres. Alguns desses indicadores incluem agentes externos que promovem economia, aprendizado, autoestima, benefícios, conselhos, fofocas, desconfiança, desvantagens, distribuição do trabalho doméstico, mudanças nos relacionamentos, treinamento, confiança, empoderamento, estereótipos de gênero, estrutura de gestão, recursos gestão, história de poupança, história do grupo, renda, ideologia, liderança, conquistas, masculinidade, trabalho doméstico. Sendo assim, os agentes externos são considerados como um indicador específico nas entrevistas. Já os outros indicadores, como o aprendizado, podem ser abordados de forma separada e podem estar relacionados a diferentes aspectos mencionados nas falas das

mulheres.

Dos indicadores apresentados anteriormente, o da autoestima foi o que mais se sobressaiu entre as mulheres da região de Dianópolis. Segundo Tavares *et al.* (2016), esse indicador pode ser definido como o sentimento, o apreço e a consideração que uma pessoa sente por si mesma, ou seja, o quanto ela aprecia a si mesma, como ela se vê e o que pensa sobre si mesma.

Com isso em vista, apresentaremos os resultados verificados a partir da análise realizada. Antes, contudo, abordaremos algumas teorias sobre o empoderamento feminino e suas principais características.

2 TEORIAS DO EMPODERAMENTO FEMININO INCLUINDO AS ABORDAGENS MULTIDIMENSIONAIS

O empoderamento feminino é um tema de extrema relevância, que tem como objetivo aumentar o poder e autonomia das mulheres em diversos âmbitos de suas vidas. As teorias de empoderamento feminino concentram-se no objetivo de aumentar o protagonismo feminino e a igualdade de gênero. No entanto, é crucial reconhecer que este processo abrange diversas esferas, como econômicas, políticas, sociais e psicológicas.

Nesse contexto, a abordagem multidimensional²⁹ enfatiza a relevância de considerar todas as dimensões para promover uma mudança efetiva na vida das mulheres. Além disso, salienta-se a relevância do acesso a recursos financeiros e políticas públicas como elementos fundamentais para fortalecer o empoderamento feminino, permitindo a independência financeira e a participação plena das mulheres na sociedade.

As abordagens multidimensionais enfatizam que o empoderamento feminino é um processo complexo e multifacetado que abrange várias esferas da vida das mulheres. Elas destacam que o empoderamento feminino não pode ser alcançado somente através de uma mudança na condição econômica das mulheres, mas também requer mudanças nas relações de gênero, na participação política, na educação e no acesso à saúde. Essas abordagens também destacam a importância de se considerar as diferenças entre as mulheres e como elas são afetadas de maneira diferente pela desigualdade de gênero, por exemplo, as mulheres negras e indígenas podem ter menos acesso à educação e empregos, quando comparadas às mulheres brancas.

Sendo assim, é relevante examinar e compreender as diversas teorias que fundamentam o empoderamento feminino. Dentre as teorias mais relevantes, destacam-se a Teoria das Capacidades, que enfatiza a relevância de assegurar às mulheres as condições e oportunidades necessárias para exercer plenamente seus direitos e potenciais; a Teoria da Emancipação, que enfatiza a luta contra as

²⁹ A abordagem multidimensional é uma metodologia amplamente utilizada em diversas áreas do conhecimento, como sociologia, psicologia, economia, antropologia, entre outras. Ela é baseada na ideia de que os fenômenos sociais e psicológicos são influenciados por múltiplos fatores e níveis de análise, e que uma compreensão completa de um assunto deve incluir uma avaliação desses diferentes aspectos. A abordagem multidimensional é frequentemente utilizada em pesquisas que envolvam questões complexas e inter-relacionadas, como o empoderamento das mulheres rurais.

opressões e desigualdades que limitam a liberdade e autodeterminação das mulheres; a Teoria Multidimensional, que enfatiza que o empoderamento feminino envolve diversas dimensões da vida das mulheres, como a econômica, política, social e psicológica; a Teoria da Capacitação, que se concentra no desenvolvimento de habilidades e competências femininas para que possam tomar decisões informadas e exercer o controle sobre suas vidas; e a Teoria do Lugar de Fala, que enfatiza a relevância de considerar as experiências e perspectivas das mulheres como elementos fundamentais para a transformação social.

2.1 Teoria das Capacidades

A teoria das Capacidades é uma abordagem desenvolvida por Amartya Sen (2000), premiado economista indiano, que enfatiza a importância do acesso a recursos, capacidade e liberdade de escolha para o empoderamento das mulheres. Baseia-se na ideia de que o empoderamento não é apenas um processo de transferência de poder de um grupo para outro, mas sim um processo complexo que envolve mudanças em diversas esferas da vida, incluindo políticas, sociais e econômicas. Para alcançar o empoderamento é importante levar em consideração a capacidade de escolha que, de acordo com Sen (2000), pode ser alcançado quando as pessoas têm a capacidade de escolher e realizar as coisas que valorizam, além de terem acesso a recursos e oportunidades para alcançar seus objetivos.

Esse também é um processo capaz de expandir as capacidades das mulheres, incluindo o acesso a recursos econômicos, políticos e sociais, para que possam tomar decisões informadas e participar plenamente na vida econômica, política e social de suas comunidades (Sen, 2000).

A teoria das capacidades de Sen (2000) também enfatiza a importância do desenvolvimento humano, como a educação, saúde e igualdade de gênero, para alcançar um empoderamento real e duradouro. A teoria destaca a necessidade de se considerar os diferentes contextos e perspectivas culturais ao analisar o empoderamento, devendo enfatizar que cada situação é única e que as soluções para o empoderamento devem ser adaptadas às circunstâncias específicas de cada comunidade.

O autor ainda afirma que sua teoria é uma abordagem para o desenvolvimento humano, que enfatiza o aumento da autonomia das pessoas e a

capacidade de tomar decisões e controlar suas próprias vidas. Ele defende que as pessoas devem ter acesso a informação, recursos e opções para tomar decisões de seus próprios interesses, bem como destaca a importância da participação ativa das pessoas em processos políticos e sociais para garantir que suas necessidades e interesses sejam levados em conta. Esses aspectos podem auxiliar na compreensão e melhoria da situação dos grupos marginalizados e desfavorecidos, como é caso o objeto de estudo dessa tese.

Nesse sentido, a Teoria de Sen (2000) torna-se importante para análise do Pronaf, considerando que o acesso a recursos financeiros e políticas públicas pode contribuir para o empoderamento das mulheres rurais, uma vez que lhes proporcionam a capacidade de tomar decisões informadas e participar plenamente na agricultura familiar e na economia local.

2.2 Teoria da Emancipação

A Teoria da Emancipação é uma abordagem desenvolvida por Naila Kabeer (1999), economista e pesquisadora de gênero, que enfatiza a importância da transformação social e econômica para o empoderamento das mulheres.

Segundo Kabeer (1999), o empoderamento feminino é o processo de remover as barreiras sociais e econômicas que impedem as mulheres de realizar seu potencial econômico, político e social.

A autora concentra a Teoria da Emancipação em quatro dimensões fundamentais para o empoderamento:

- a) Acesso a recursos econômicos: as mulheres precisam de acesso a recursos econômicos, como terras, crédito e tecnologia, para serem capazes de participar plenamente na economia e tomar decisões informadas sobre suas vidas;
- b) Participação política: as mulheres precisam de igualdade de oportunidades para participar plenamente da vida política e tomar decisões que afetam suas vidas e comunidades;
- c) Autonomia: as mulheres precisam de autonomia, ou seja, a capacidade de tomar decisões informadas e controlar suas próprias vidas, sem coerção ou discriminação;

- d) Visibilidade social: as mulheres precisam de representação e visibilidade social para serem reconhecidas como atores sociais legítimos e para que seus interesses e necessidades sejam levados em conta nas políticas públicas.

Desse modo, a Teoria de Emancipação sugere que a transformação social e econômica é fundamental para o empoderamento das mulheres rurais, incluindo acesso a recursos econômicos e políticos, como o Pronaf, para que possam participar plenamente na agricultura familiar e economia local, e bem como tomar decisões informadas e controlar suas próprias vidas.

2.3 Teoria Multidimensional

A Teoria Multidimensional do empoderamento é uma abordagem desenvolvida por Martha Nussbaum (2012), filósofa e economista, que enfatiza a importância em se abordar as várias dimensões do empoderamento.

De acordo Nussbaum (2012), o empoderamento feminino é o processo de expandir as capacidades das mulheres em várias dimensões, como:

- a) Dimensão econômica: inclui acesso a recursos econômicos, como terras, crédito e tecnologia, e capacidade de participar plenamente na economia;
- b) Dimensão política: inclui igualdade de oportunidades para participar plenamente da vida política e tomar decisões que afetam suas vidas e comunidades;
- c) Dimensão social: inclui autonomia, ou seja, a capacidade de tomar decisões informadas e controlar suas próprias vidas, sem coerção ou discriminação;
- d) Dimensão psicológica: inclui autoestima e autoeficácia, ou seja, a capacidade de se valorizar e acreditar em sua própria capacidade de agir.

Sendo assim, a Teoria Multidimensional do empoderamento sugere a abordagem de várias dimensões do empoderamento feminino para se compreender plenamente as necessidades e desafios das mulheres rurais. Ela ressalta que o acesso a recursos financeiros e políticas públicas, como o Pronaf, é uma parte importante para o empoderamento das mulheres rurais, porém também é necessário considerar outras dimensões, como a autonomia e a autoestima, para alcançar um empoderamento verdadeiro e completo.

2.4 Teoria da Capacitação

A Teoria da Capacitação é uma abordagem desenvolvida por Robert Chambers (1994), um economista e pesquisador rural, que enfatiza a importância de dar às pessoas ferramentas e recursos para tomarem suas próprias decisões e transformarem suas condições de vida.

O autor concentra a Teoria da Capacitação em quatro dimensões:

- a) Dimensão econômica: inclui acesso a recursos econômicos, como terras, crédito e tecnologia, e capacidade de participar plenamente na economia;
- b) Dimensão cognitiva: inclui educação e habilidades, para que as pessoas possam tomar decisões informadas e usar recursos de maneira eficaz;
- c) Dimensão política: inclui participação cívica e política, para que as pessoas possam influenciar as políticas públicas e tomar decisões que afetam suas vidas e comunidades;
- d) Dimensão social: inclui autonomia, ou seja, a capacidade de tomar decisões informadas e controlar suas próprias vidas, sem coerção ou discriminação.

Essa teoria permiti-nos inferir que o acesso a recursos financeiros e políticas públicas, como o Pronaf, é uma parte importante do processo de empoderamento. Contudo, é crucial possibilitar às pessoas habilidades e ferramentas para saberem usar esses recursos de maneira eficaz, possibilitando sua participação na economia local e na tomada de decisões políticas.

2.5 Teoria do Lugar de Fala

A Teoria do Lugar de Fala, também conhecida como Teoria da Posição, é um conceito desenvolvido pelo feminismo e estudos das relações étnico-raciais. Ela se concentra em como as pessoas são afetadas por sua posição social e como essa posição afeta sua capacidade de falar e de ser ouvido. Sugere também que as pessoas têm diferentes “lugares de fala” baseados em sua raça, gênero, classe, orientação sexual, capacidade e outras identidades, determinando assim quem é ouvido e quem tem autoridade para falar sobre certos assuntos (RIBEIRO, 2017).

Foucault (2008) trata sobre as relações de poder, por sua vez é útil para se pensar o empoderamento mediante o argumento que a verdade é produzida através das relações de poder. Nessas relações as pessoas são definidas por suas posições

sociais que determinam o lugar de fala, ou seja, a capacidade de uma pessoa de falar e de ser ouvida.

No Brasil, a ideia de lugar de fala se popularizou com o livro da escritora e filósofa Djamila Ribeiro (2017), a qual afirma que o conceito remete ao local de fala do enunciador, considerando aspectos como: realidade social, financeira e pessoal ao proferir um discurso sobre determinado tema. A partir de sua obra alguns elementos-chave da Teoria de Lugar de Fala são definidos:

- a) Posição social: a teoria enfatiza que as pessoas são afetadas por sua posição social e que essa posição afeta sua capacidade de falar e de ser ouvido;
- b) Representação: a teoria argumenta que as pessoas marginalizadas ou silenciadas, devido a sua posição social, precisam do espaço da voz, possibilitando-lhes ampliar a diversidade do discurso representativo;
- c) Intersecção de diferentes identidades: a teoria destaca a importância de reconhecer a intersecção de diferentes identidades, como raça, gênero, orientação sexual, classe e capacidade, e como essas afetam a forma como as pessoas são tratadas e têm acesso a recursos;
- d) Participação: a teoria enfatiza a importância de ampliar a participação das mulheres rurais e considerar suas perspectivas e experiências ao desenvolver políticas e programas;
- e) Diversidade de vozes: a teoria destaca a importância de ampliar a diversidade de vozes e perspectivas em todos os setores da sociedade, especialmente em relação ao empoderamento das mulheres rurais;
- f) Contexto histórico e social: a teoria também destaca a importância de se considerar o contexto histórico e social da posição social das pessoas, para compreender como as desigualdades se desenvolveram e como elas afetam as pessoas.

Assim sendo, a Teoria do Lugar de Fala é importante para se entender como as mulheres rurais são marginalizadas e silenciadas devido às suas posições sociais, sendo fundamental que elas sejam ouvidas e tenham suas perspectivas consideradas na tomada de decisões relacionadas à agricultura e desenvolvimento rural. Portanto, ela é uma ferramenta importante para o empoderamento das mulheres rurais e para a promoção da igualdade de gênero e inclusão de gênero na agricultura.

As teorias mencionadas possuem objetivos e abordagens diferentes, mas

todas permitem refletir sobre o empoderamento das mulheres rurais. A Teoria do Empoderamento de Amartya Sen (2000) concentra-se na capacidade das pessoas de tomar decisões e controlar suas próprias vidas; a Teoria da Emancipação enfatiza a libertação das mulheres de estruturas sociais opressivas; a Teoria Multidimensional aborda o empoderamento como um processo que envolve mudanças em múltiplos níveis, incluindo pessoal, comunitário e estrutural; a Teoria da Capacitação concentra-se em aumentar as habilidades e recursos das mulheres para que elas possam tomar decisões e com isso agir em seu próprio benefício; a Teoria do Lugar de Fala enfatiza a importância de valorizar a voz e possibilitar espaços para as mulheres rurais expressarem suas próprias perspectivas e necessidades.

3 PROCESSO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE CRÉDITO RURAL

Este capítulo aborda a história e a estrutura do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e seu impacto no empoderamento das mulheres rurais. Além disso, foram examinadas as barreiras enfrentadas pelas mulheres na agricultura, incluindo a falta de acesso a terra, crédito e tecnologia. O contexto socioeconômico e cultural do estado do Tocantins, incluindo a agricultura e as desigualdades de gênero, foi considerado na análise.

3.1 História e estrutura do programa Pronaf: implementação e desafios enfrentados

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado em 1995, pelo governo brasileiro, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social das comunidades rurais por meio do fortalecimento da agricultura familiar. Sua criação esteve embasada no princípio da política de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase no desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis e na diversificação de cultivos.

O Pronaf foi instituído com as seguintes características: créditos para custeio e investimento para produtores rurais que apresentassem a Declaração de Aptidão (DAP) ao Programa, com taxas de juros de 16% ao ano. No ano seguinte, a taxa de juros baixou para 12%. Por meio do Grito da Terra³⁰ de 1996, os trabalhadores ocuparam o então Ministério do Planejamento e conquistaram a redução das taxas de juros para o crédito de custeio de 12% para 9% ao ano. Além disso, havia uma perspectiva para a liberação de crédito para investimentos. Esses recursos viriam do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Duarte, 2010).

Em 1999, com o início do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, o Pronaf foi transferido para o recém-criado Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e outras categorias de beneficiários foram criadas de acordo com a renda

³⁰ O Grito da Terra é um movimento de luta dos trabalhadores rurais no Brasil. É uma mobilização que ocorre anualmente desde 1995, organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e seus sindicatos filiados. O objetivo é despertar as demandas e reivindicações dos agricultores familiares e trabalhadores rurais.

(Schneider; Gazella; Mattei, 2020). Os novos beneficiários do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procer) foram identificados através dos grupos “A”, “B”, “C” e “D”, para fins de acesso aos créditos; também houve a criação de crédito coletivo para pessoas jurídicas, destinado a associações, cooperativas e outras formas de agrupamento; financiamento de atividades não agrícolas, como o turismo rural e o artesanato. No que diz respeito ao sistema de financiamento do Programa, nota-se que, entre 1996 e 1999, ocorreram alterações significativas nas regras de funcionamento, com uma redução gradual das taxas de juros (Duarte, 2010), que podem ser observados no Quadro 1.

Quadro 1 - Principais mudanças institucionais no Pronaf até 1999

Documento	Finalidade ou objetivo da alteração
Decreto n°. 1.947 de 28/06/96	Cria o Pronaf e estabelece critérios para a definição do público beneficiado pelas linhas de crédito.
Resolução BACEN n°. 2.310 de 29/08/96	Inclui o Pronaf no MCR.
Resolução n°.2.321 de 09/10/96	Estabelece condições especiais.
Resolução n°.2.409 de 31/07/97	Estende benefícios do Pronaf.
Resolução n°. 2.409 de 09/10/97	Dispõe sobre a modalidade Crédito Rotativo ou Rural-Rápido.
Resolução n°. 2.410 de 31/07/97	Dispõe sobre a modalidade Crédito Rotativo ou Rural-Rápido.
Portaria n° 386 do Ministério da Agricultura de 24/09/97	Cria o Certificado ou Carta de Aptidão que qualifica o agricultor familiar como apto a receber financiamentos por meio do Pronaf C.
Resolução n°. 2.436 de 21/10/97	Institui linha especial de crédito, conhecida como “Pronafinho”.
Resolução n°. 2.507 de 17/06/98	Institui linha de crédito de investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Pronaf-Agregar).
Resolução n°. 2.547 de 09/09/98	Estende a linha de crédito especial.
Resolução n°. 2.556 de 29/09/98	Institui linha de crédito destinada a projetos agroindustriais.
Resolução n°. 2.629 de 10/08/99	Cria os Grupos do Pronaf e define as suas linhas de crédito. Estas disposições foram incluídas no Manual de Crédito Rural.
Resolução n°. 2.643 de 03/09/99	Altera limite de financiamento para beneficiários do Grupo “A”.
Resolução n°. 2.650 de 22/09/99	Altera limite de financiamento para beneficiários do Grupo “A”, substitui a Resolução n°. 2.643 de 03/09/99.
Resolução n°. 2.657 de 06/10/99	Estabelece critérios para beneficiários do Grupo “A”.
Resolução n°. 2.702 de 14/03/99	Estende benefícios aos produtores do Grupo “A” da região Nordeste, para a safra 2000.

Fonte: Duarte (2010, p. 75), tendo como base o Banco Central do Brasil.

O programa oferece crédito e assistência técnica a agricultores familiares, com taxas de juros diferenciadas, que possibilitam aos agricultores familiares acesso ao crédito para investimentos e para a comercialização dos seus produtos. Além disso, também oferece capacitação e assistência técnica para ajudar os agricultores a aumentarem sua produção e renda (Schneider; Gazella; Mattei, 2020).

Em 2000, as mobilizações de luta em todo o país resultaram em alterações significativas no Pronaf, incluindo um aumento no valor dos recursos disponíveis e uma redução nas taxas de juros para os grupos “C” e “D”. Além disso, foi criado um bônus de adimplência de 25% e iniciadas as operações do Pronaf B na região Nordeste. No entanto, nesse período, apenas 7% das mulheres tinham acesso aos créditos para custeio e investimento (Bittencourt, 2003).

Em 2001, o governo federal, através da Lei nº 10.186, permitiu a contratação de financiamentos do Pronaf diretamente com os agricultores familiares, sem a necessidade de garantias adicionais além da obrigação pessoal do devedor. Para facilitar a implementação dessa abordagem, a União contratou inicialmente os serviços do Banco do Brasil (BB) e do Banco do Nordeste (BNB) para operacionalizar os financiamentos para os beneficiários do programa. Houve um aumento no limite dos financiamentos para o grupo de assentados da reforma agrária, passando de R\$ 9 mil para R\$ 12 mil. Além disso, estabeleceu-se em lei que, no mínimo, 10% dos recursos dos fundos constitucionais deveriam ser destinados ao financiamento desse grupo específico (Duarte, 2010).

No ano de 2002, foi criado o Pronaf-Florestal, que tem como objetivo investir em silvicultura e sistemas agroflorestais, incluindo o pagamento de assistência técnica nos primeiros quatro anos do projeto. O limite de crédito para os assentados também foi ampliado para R\$ 13 mil, sendo que R\$ 7,7 mil seriam destinados ao pagamento de assistência técnica nos quatro primeiros anos do projeto (Bittencourt, 2003).

No Plano Safra 2003/2004, uma novidade foi a criação do Pronaf-Alimentos, uma modalidade de financiamento com o objetivo de incentivar a produção de quatro alimentos básicos na mesa dos brasileiros: feijão, mandioca, milho e trigo. Essa medida tinha como objetivo fortalecer a produção desses alimentos essenciais para a população brasileira (Gazolla; Shneider, 2005).

No Plano Safra 2004/2005, a agricultura familiar comprometeu-se com a

proteção ambiental, biodiversidade e diversidade cultural, criando linhas de financiamento, como Pronaf Mulher, Pronaf Jovem e Pronaf Custeio de Agroindústrias Familiares. Foram destinados R\$ 7 bilhões para o Pronaf, o que representa um aumento de 29% em relação ao plano anterior. Houve um aumento nos financiamentos de custeio e investimento, com valores máximos elevados. Cerca de 1,6 milhão de agricultores foram beneficiados (Brasil, 2004).

No Plano Safra 2005/2006, o governo federal destinou R\$ 9 bilhões e expandiu o programa Pronaf Mulher para incluir todas as mulheres agricultoras do Pronaf (Brasil, 2005a). E, no Plano Safra 2006/2007, foram disponibilizados R\$ 10 bilhões em linhas de crédito rural. Uma nova linha de crédito foi criada para a recuperação de assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário, com limite de até R\$ 6 mil e taxa de juros de 1% ao ano (Brasil, 2006; INCRA, 2006).

No Plano Safra 2007/2008, foram disponibilizados R\$ 12 bilhões, com aumento de recursos para a assistência técnica e o Programa de Aquisição de Alimentos. Houve uma redução nos juros do Pronaf, beneficiando as famílias de baixa renda. Mais de 331 mil agricultores familiares na região Nordeste e norte de Minas Gerais receberam assistência técnica, totalizando quase R\$ 15 milhões em recursos. Em 2008, ocorreu o I Grito da Terra Nordeste em Fortaleza, onde cerca de quatro mil trabalhadores rurais reivindicaram o fortalecimento da agricultura familiar e a garantia da soberania alimentar (Brasil, 2007).

A principal inovação do Plano Safra 2008/2009, foi o Programa Mais Alimentos, que apoiou a modernização da infraestrutura produtiva da propriedade familiar; a simplificação das regras para a obtenção de crédito rural; a redução das taxas de juros e o aumento dos recursos para a instalação de novos assentamentos. As mulheres da reforma agrária receberam atenção especial, com recursos reservados para suas atividades específicas (Brasil, 2008).

O Plano Safra da Agricultura Familiar de 2009/2010 apresentou inovações em investimento, conhecimento e mercado. Foram disponibilizados R\$ 15 bilhões para operações de custeio, investimento e comercialização, o que representa um aumento significativo em relação aos anos anteriores. O Seguro da Agricultura Familiar passou a cobrir contratos de investimentos, e o Pronaf Mais Alimentos ampliou as atividades contempladas. Além disso, houve mais agilidade na prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), sendo

regulamentados por lei e direcionados às demandas específicas dos agricultores familiares. Essas mudanças têm como objetivo aumentar a produtividade dos estabelecimentos familiares e potencializar as vocações econômicas regionais (Brasil, 2009).

No lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2010/2011, o Presidente da República destacou a relevância das mobilizações dos movimentos sociais, uma vez que o Pronaf foi implementado em todo o país, consolidando-se através do aumento dos recursos disponíveis, do aumento do número de agricultores beneficiados e da influência dos movimentos sociais. O Programa sofreu alterações normativas e institucionais com o objetivo de aprimorar as suas ações, incluindo a redução dos juros e alterações no formato, incluindo grupos distintos de agricultores familiares (Duarte, 2010).

No Quadro 2 consta a linha do tempo do Pronaf, a partir do ano de 2010.

Quadro 2 - Linha do Tempo Histórica do Pronaf (2010-2023)

Período	Histórico
2010	Inclusão de novos segmentos na linha regular do Pronaf, como agricultura orgânica e agroecologia.
2013	Criação do Plano Safra para Agricultura Familiar, que inclui metas e recursos para o Pronaf.
2018	Lançamento do Pronaf Rural, destinado a agricultores familiares que atuam no meio rural, mas não se dedicam exclusivamente à agricultura.
2020-2021	Ampliação do crédito e garantias para agricultores familiares devido à pandemia Covid-19.
2021-2022	Recursos e benefícios ampliados com a inclusão de financiamento para sistemas agroflorestais.
2022-2023	O Pronaf contará com R\$ 71,6 bilhões de crédito rural no total, 34% a mais que na temporada anterior e aumento do limite de renda para enquadramento nas linhas de crédito e maior volume para subvenção ao seguro.

Fonte: Elaboração própria com base em Schneider, Gazella e Mattei (2020); Plano Safra 2021/2022 e 2022/2023.

A estrutura do PRONAF é composta por três linhas de crédito: 1) linha regular – destinada a atividades de produção, investimento e comercialização; 2) linha social – destinada a projetos de infraestrutura e equipamentos comunitários e 3) linha de aquisição de máquinas e equipamentos – destinada a familiares que desejam adquirir maquinário agrícola (BNDES, 2023).

Cada uma das linhas tem suas próprias características e condições de acesso, incluindo taxas de juros diferenciadas, prazos de pagamentos e garantias (BNDES, 2023), conforme exposto no Quadro 3.

Quadro 3 - As linhas do Pronaf e suas características

Linha Regular	Linha Social³¹	Linha de Aquisição de Máquinas e Equipamentos
Acesso a agricultores familiares cadastrados no Pronaf e que possuam renda anual bruta de até R\$ 81.000,00.	Acesso a agricultores familiares cadastrados no Pronaf e que possuam renda anual bruta de até R\$ 23.500,00.	Acesso a agricultores familiares cadastrados no Pronaf e que possuam renda anual bruta de até R\$ 81.000,00.
O financiamento pode ser utilizado para a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos, construção e reforma de benfeitorias e aquisição de terra.	O financiamento pode ser utilizado para a aquisição de insumos, máquinas e equipamentos, construção e reforma de benfeitorias e aquisição de terra.	O financiamento pode ser utilizado para a aquisição de máquinas e equipamentos, como tratores, colheitadeiras, plantadeiras, entre outros.
O prazo de pagamento varia de acordo com a finalidade do financiamento, mas geralmente é de até 36 meses.	O prazo de pagamento varia de acordo com a finalidade do financiamento, mas geralmente é de até 36 meses.	O prazo de pagamento varia de acordo com a finalidade do financiamento, mas geralmente é de até 60 meses.
As taxas de juros são definidas pelo Banco Central do Brasil (BCB) e variam de acordo com as condições econômicas do país. Atualmente, a taxa de juros é de 3% ao ano.	As taxas de juros são definidas pelo Banco Central do Brasil (BCB) e variam de acordo com as condições econômicas do país. Atualmente, a taxa de juros é de 1% ao ano.	As taxas de juros são definidas pelo Banco Central do Brasil (BCB) e variam de acordo com as condições econômicas do país. Atualmente, a taxa de juros é de 3% ao ano.

Fonte: Elaboração própria com base no BNDES (2023) e Brasil (2023).

De acordo com o BNDES (2023)³², para que os agricultores, pescadores artesanais, aquicultores, silvicultores, extrativistas e membros integrantes de comunidades quilombolas rurais e povos indígenas ou demais povos e

³¹ A linha social do Pronaf 2023 é um programa do governo federal que visa apoiar agricultores familiares em situação de pobreza e extrema pobreza, oferecendo crédito com juros baixos e condições especiais de pagamento para investimentos em suas atividades produtivas.

³² Os requisitos encontram-se disponível na página eletrônica do Banco Nacional do Desenvolvimento: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-requisitos>. Acesso em: 23 jan. 2023.

comunidades tradicionais tenham acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é necessário atender os seguintes requisitos: a) explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária, ou permissionário de áreas públicas; b) residir na propriedade ou em local próximo; c) não dispor, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados segundo a legislação em vigor; d) obter no mínimo 50% (cinquenta por cento) da renda bruta familiar originada da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; e) ter o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária; f) ter obtido renda bruta familiar de até R\$ 500 mil nos últimos 12 meses de produção normal que antecedem a solicitação da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP)³³, considerando neste limite a soma de todo o Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebidas por qualquer componente familiar, exceto os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

A implementação do Pronaf tem sido realizada por meio de parcerias entre o governo federal e estadual, assim como com instituições financeiras e

³³ A DAP é a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, documento de identificação da agricultura familiar que pode ser obtida tanto pela agricultora e agricultor familiar (pessoa física) quanto pelo empreendimento familiar rural como associações, cooperativas, agroindústrias (pessoa jurídica). Para obter a Declaração, é necessário ir até a sede de uma entidade emissora de DAP, em funcionamento no município ou nas proximidades, e ter em mãos: Carteira de identidade (RG); CPF; e Documentos do/a cônjuge: RG e CPF (apenas para as pessoas casadas ou sob regime de união estável). Ter a DAP atualizada é condição para que o agricultor familiar acesse as linhas de crédito do Pronaf e também pelo menos outras 15 políticas públicas do governo federal. Existem três modelos de DAP ao alcance dos agricultores familiares: **DAP Principal**: identifica e qualifica os responsáveis pela Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA) denominados Titular 1 e Titular 2; **DAP Acessória**: identifica os jovens, com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, filhos/filhas ou aqueles que estejam sob sua responsabilidade (DAP Jovem) e as mulheres agregadas a uma UFPA (DAP Mulher) e devem, obrigatoriamente, estar vinculada a uma DAP Principal. Importante não confundir a DAP Mulher (DAP Acessória) com a DAP emitida para mulher Titular 1 ou Titular 2 (DAP Principal), na condição de responsável pela gestão do estabelecimento (Titular 1) ou esposa, companheira, viúva de um dos titulares (Titular 2) e **DAP Especial ou Jurídica**: identifica e qualifica os empreendimentos familiares rurais organizados em pessoa jurídica (que possuem CNPJ), como associações, cooperativas e agroindústrias. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/dap/perguntas-frequentes>. Acesso em: 23 jan. 2023.

organizações da sociedade civil. O programa tem sido um importante instrumento para aumentar a renda e a segurança alimentar das comunidades rurais, mas ainda enfrenta desafios, como: acesso ao crédito por parte de agricultores familiares; acesso a tecnologias e informações adequadas; capacitação e assistência técnica de qualidade; estruturação das cadeias produtivas; mecanismos de comercialização eficientes; acesso aos mercados entre outros desafios que precisam ser superados para que o programa alcance seus objetivos (Sambuiche *et al.*, 2019).

Além disso, de acordo com os autores Guanzioli (2007), Carmo e Clemente (2018) e Lima, Medeiros e Silva (2019), outros desafios apresentados pelo Pronaf durante a sua existência são: as dificuldades de acesso ao crédito enfrentadas pelos agricultores familiares, devido à falta de informação e à burocracia envolvida no processo; a alta taxa de juros do programa em comparação com outros programas de financiamento, o que pode prejudicar a viabilidade dos projetos dos agricultores familiares; a falta de capacitação técnica e gerencial para aproveitar ao máximo os recursos disponibilizados pelo programa; a falta de infraestrutura básica, como estradas, energia elétrica e água potável, apontada como um desafio recorrente para os agricultores familiares, especialmente em áreas rurais.

3.1.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar para as mulheres.

As lutas dos movimentos sociais rurais só tiveram voz na Constituição de 1988 e sobressaíram-se na década de 1990. Antes disso, não havia políticas agrícolas específicas para a agricultura familiar, sendo o Pronaf estabelecido apenas na segunda metade dos anos 1990 (Duarte, 2010).

No início do Pronaf, a participação das mulheres foi reduzida, representando apenas 10,4% dos contratos e 11,2% do financiamento. Diante dessa realidade, os movimentos sociais rurais, especialmente os de mulheres, demandaram mudanças. O Estado estabeleceu uma política que destinava, preferencialmente, 30% dos recursos às mulheres. No entanto, essa política não considerou a discriminação enfrentada pelas mulheres rurais, resultando em poucos atendimentos (Butto; Hora, 2008; Melo; Di Sabbato, 2006). As mulheres em ainda têm pouco acesso ao Pronaf

devido à sua posição subordinada no núcleo familiar, onde têm pouco poder de decisão sobre o uso dos recursos gerados pelo trabalho na produção (Formação ..., 2006).

O documento “Cirandas do Pronaf para Mulheres do MDA” destaca as principais dificuldades enfrentadas pelas mulheres agricultoras no acesso ao crédito, como a falta de autonomia econômica dentro da família e a impossibilidade de administrar os recursos provenientes do trabalho, uma vez que os homens são os principais responsáveis pela comercialização da produção e pelas relações externas (Brasil, 2005). Além disso, a falta de informações sobre como e onde obter crédito e as limitações de acesso aos instrumentos do Pronaf, como a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), que, até 2004, permitia que apenas um titular representasse a família na contratação do crédito (Formação..., 2006) são outros empecilhos.

Em resposta às demandas dos movimentos sociais, o Pronaf sofreu diversas alterações ao longo dos anos, incluindo a adição de novas linhas de crédito para atender à diversidade da agricultura familiar. Uma dessas linhas é o Pronaf Mulher, lançado em junho de 2003 e incorporado às políticas de promoção de igualdade de gênero no ano seguinte. Esse programa tem como objetivo dar visibilidade às atividades das mulheres rurais, incentivando a sua emancipação e autonomia econômica. Inicialmente, o Pronaf Mulher era direcionado aos grupos “C” e “D” e, posteriormente, integrou-se a o Programa de Igualdade de Gênero, Raça e Etnia (Duarte, 2010).

No Plano Safra 2003/2004, o Pronaf Mulher não era uma linha de crédito específica, mas sim um limite adicional de recursos destinados ao Pronaf, direcionados para atividades a serem realizadas pelas mulheres (Formação..., 2006). Nesse período, foram formalizados 469 (quatrocentos e sessenta e nove) contratos do Pronaf Mulher, totalizando R\$ 2,54 milhões, a maioria concentrada na região Sul do país. Somente no ano seguinte, em 2004, foi criada uma linha de crédito específica do Pronaf Mulher, ampliada para mulheres classificadas no grupo “E”. A criação dessa linha tinha como objetivo reconhecer a importância das mulheres em todo o processo (Brasil, 2004).

Os objetivos fundamentais da linha de crédito do Pronaf Mulher são: desenvolver estratégias de acesso ao Pronaf para mulheres e jovens trabalhadores; simplificar o acesso das mulheres e jovens ao Pronaf e aos fundos constitucionais para atividades agrícolas e não agrícolas, assegurando prazos de pagamento

diferenciados para as mulheres trabalhadoras rurais (Hernández, 2009).

Em 2004, os dados da Subsecretaria de Agricultura Familiar (SAF), do MDA, revelaram que o percentual de mulheres que tiveram acesso ao crédito aumentou para 12% em 2003, com uma diferença significativa entre os estados, sendo que os índices variaram entre 32% no Nordeste e 10% nos estados do Sul e Sudeste (Heredia; Cintrão, 2006). Além disso, com a criação do Pronaf Mulher como uma linha específica, houve uma melhoria na distribuição regional dos contratos, com o Sul sendo responsável por 38% das operações e o Nordeste, por 32% (Butto, 2006).

No Plano Safra 2005/2006, o Pronaf Mulher foi ampliado para todas as agricultoras familiares do Pronaf. Mulheres com renda até R\$ 2 mil, pertencentes aos grupos “A”, “B” e “A/C”, tiveram acesso a empréstimos de até R\$ 1 mil, incluindo aquelas beneficiárias do Programa de Crédito Fundiário e Reforma Agrária. Nesse caso, o crédito do Pronaf Mulher é considerado um microcrédito e pode ser usado para qualquer atividade geradora de renda realizada pelas mulheres (Brasil, 2005).

Sendo assim, para que as mulheres da reforma agrária pudessem ter acesso a esse crédito, seria necessário ter acesso ao Pronaf A (investimento) e quitado, pelo menos, uma parcela. No entanto, essa modalidade do Pronaf Mulher permite apenas uma operação por beneficiária, o que torna inviável a obtenção de um novo empréstimo nessa modalidade (Duarte, 2010).

De acordo com Brasil (2008), na safra 2006/2007, mais de 500 mil contratos do Pronaf foram firmados por mulheres, o que representa, teoricamente, R\$ 1,4 bilhão em recursos nas mãos das mulheres e 17% do total de crédito concedido. Na linha Pronaf Mulher, especificamente direcionada a essa parcela da população rural, foram realizados cerca de 11 mil contratos no mesmo período, resultando em aproximadamente R\$ 63 milhões liberados.

Contudo, uma das demandas do Grito da Terra Brasil 2007 era permitir mais de um financiamento no Pronaf Mulher, mas essa demanda ainda não foi atendida. Em 2007, ocorreu a Marcha das Margaridas, uma manifestação específica das mulheres rurais, que também pediu o acesso ao crédito (Duarte, 2010).

No Plano Safra 2007/2008, foram adotadas medidas para simplificar o acesso ao Pronaf Mulher, permitindo que as assentadas da reforma agrária e beneficiárias do crédito fundiário acessassem essa linha de crédito não somente após a liquidação prévia de uma operação do Pronaf A/C, mas também a partir do pagamento de uma parcela da linha Pronaf A. No Grito da Terra 2008, foram

apresentadas as necessidades em simplificar o acesso ao Pronaf Mulher, criar mecanismos para aprimorar a divulgação, capacitação e monitoramento do Pronaf (Brasil, 2008).

No Plano Safra de 2009/2010, de acordo com Brasil (2009), além da linha Pronaf Mulher, as mulheres agricultoras que fazem parte das unidades familiares de produção e acessam crédito para custeio ou investimento da reforma agrárias (Grupos “A” e “A/C”) e microcrédito rural (Grupo “B”) puderam acessar mais duas linhas de crédito do Grupo “B”. Contudo, a concessão dos segundo e terceiro financiamentos estava condicionada à liquidação dos financiamentos anteriores, e todos os membros da família listados na DAP também deveriam estar.

Hernández (2009) aponta problemas burocráticos e operacionais relacionados à ineficiência dos serviços prestados pelos agentes financeiros e pela agência de assistência técnica. Esses problemas surgem devido à prioridade dos bancos em atender grandes empreendedores, o que resulta em processos burocráticos, projetos e estratégias de assistência técnica voltados para uma lógica de empreendedorismo, mas que não atendem aos interesses dos agricultores familiares. Isso reflete na baixa qualidade dos projetos e na falta de capacitação e acompanhamento adequados dos empreendimentos. Além disso, os critérios impostos, muitas vezes divergentes, e os procedimentos normativos onerosos dificultam a concessão de empréstimos para os agricultores familiares.

Os autores Filipak, Sapiensa e Aleixor (2012) apontam que as mulheres rurais brasileira sofrem mudanças na vida, impulsionadas pela organização histórica nos movimentos sociais do campo. Elas passam a se reconhecer como trabalhadoras, produtoras e cidadãs, valorizando seu trabalho e ações. No entanto, ainda há desigualdades de poder evidenciadas pela divisão sexual do trabalho. A participação das mulheres em diferentes espaços é condicionada por diversos fatores, impactando seu processo de empoderamento social e político. Embora haja mudanças na divisão do trabalho na agricultura familiar, as decisões sobre atividades e recursos ainda são tomada sob uma lógica familiar patriarcal.

3.2 A participação das mulheres na agricultura e as barreiras enfrentadas

A participação das mulheres na agricultura é fundamental para o desenvolvimento sustentável, contudo elas enfrentam várias barreiras. O acesso à

propriedade da terra é limitado, impedindo sua capacidade de produzir alimentos e ganhar renda. As mulheres também têm menos acesso ao crédito e os juros mais altos do que para os homens. A falta de acesso à tecnologia e à informação também afeta sua capacidade de melhorar a sua produção agrícola.

Essas barreiras podem ser analisadas a partir de uma perspectiva de gênero³⁴, considerando que as desigualdades sociais e econômicas afetam as mulheres de maneira diferente da dos homens (Deere, 2018). Apesar disso, a participação das mulheres pode ocorrer de várias maneiras, com perspectivas de resultados bastantes satisfatórios, como:

1. Melhoria da produtividade: a participação das mulheres na agricultura tem sido associada a uma maior produtividade e renda das propriedades agrícolas, o que ocorre porque as mulheres tendem a investir mais em suas famílias e comunidades do que os homens (Simango, 2018). Essa melhoria pode ser alcançada por meio de diferentes ações, como o investimento em tecnologias adequadas, a adoção de práticas agrícolas sustentáveis, o investimento em educação e saúde, o aumento da diversificação dos cultivos e a participação em cooperativas e associações;
2. Fortalecimento da segurança alimentar: as mulheres desempenham um papel importante na produção de alimentos, especialmente em áreas rurais. Sua participação ativa na agricultura pode ajudar a garantir a segurança alimentar das comunidades rurais (Mané, 2021);
3. Preservação dos recursos naturais: as mulheres rurais geralmente têm uma compreensão mais profunda dos ecossistemas locais e como eles podem ser utilizado de forma sustentável. Sua participação ativa na agricultura pode contribuir para a preservação dos recursos naturais (Vianna, 2017);
4. Empoderamento econômico: a participação das mulheres na agricultura pode contribuir para o empoderamento econômico das mulheres, aumentando sua renda e melhorando sua capacidade de tomar decisões e controlar suas vidas (Andrade, 2021);
5. Equidade de Gênero: a participação das mulheres na agricultura é importante para a equidade de gênero, já que as mulheres rurais enfrentam

³⁴ De acordo Lagarde (1996), a perspectiva de gênero tem como um de seus objetivos contribuir para a construção de uma nova configuração subjetiva e social, desde a ressignificação da história, sociedade, cultura e política das mulheres e com as mulheres.

desigualdades e discriminação em relação aos homens no acesso a terra, ao crédito, à tecnologia e a outros recursos (Santos, 2020).

Sendo assim, promover políticas e programas que garantam o acesso igualitário das mulheres e recursos e serviços são ações estratégicas de grande impacto social e econômico.

3.3 Estudos sobre o impacto do Pronaf no empoderamento das mulheres rurais e na agricultura familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) tem como objetivo principal aumentar a renda e a segurança alimentar de agricultores familiares e comunidades rurais. Nos últimos anos, tem havido um crescente interesse em avaliar o impacto desse programa na vida das mulheres rurais, especificamente no que diz respeito ao empoderamento econômico (Schneider; Cazella; Mattei, 2020).

Os estudos têm demonstrado que o Pronaf tem contribuído para o aumento da participação das mulheres rurais nas decisões relacionadas à agricultura familiar, bem como o acesso a recursos financeiros e técnicos, permitindo-lhes maior autonomia e independência financeira, bem como maior capacidade de investir em suas propriedades e negócios (Silva, 2019).

Verifica-se também que o Pronaf também tem contribuído para aumentar a inclusão das mulheres nas cadeias produtivas, proporcionando-lhes acessar novos mercados e melhorar a qualidade dos produtos agrícolas. Consequentemente, ocorre o aumento da renda das mulheres rurais, o que tem impactos positivos em sua qualidade de vida e na segurança alimentar de suas famílias (Spanevello *et al.*, 2021).

No estudo de Gama (2008) o autor enfatiza os resultados sobre a implementação do Pronaf e seu impacto na vida dos produtores familiares, suas propriedades, a agricultura e renda no contexto específico do município de Petrolina. Apesar de apontar dificuldades na relação com os bancos, o autor salienta a relevância da agricultura familiar como um setor capaz de contribuir para o desenvolvimento equitativo da economia brasileira. É destacado que a agricultura familiar é responsável por uma parcela considerável da produção agrícola nacional (38%) apesar de receber apenas uma parcela limitada do financiamento total (25%),

o que sugere a necessidade de políticas de apoio adequadas para reverter essa disparidade. O autor salienta, ainda, que o Pronaf tem mostrado resultados promissores na redução da pobreza rural e que, para assegurar a consolidação dessas tendências positivas, o desenvolvimento das comunidades e o fortalecimento da participação das famílias são pontos-chave fundamentais.

A dissertação de Zorzi (2008) analisou o processo protagonizado por agricultoras familiares no município de Ijuí, Rio Grande do Sul, após o acesso ao Pronaf Mulher, como uma linha de crédito para estabelecer igualdade entre mulheres e homens no acesso ao crédito agrícola voltado para a Agricultura Familiar. O objetivo foi refletir sobre os impactos da política pública na vida das pessoas, se o acesso ao crédito propiciou maior autonomia e se essa autonomia foi capaz de provocar mudanças nas relações de gênero. A pesquisa mostrou que o processo de acesso ao crédito apresenta resultados positivos e negativos³⁵, com limites na transformação dos papéis desempenhados por mulheres e homens no meio rural.

O estudo de Writzl (2021) traz que o Pronaf é a principal política pública voltada à agricultura familiar no Brasil. Esse estudo analisou a distribuição dos recursos do programa nos municípios gaúchos, considerando indicadores socioeconômicos e características do meio rural. Os principais resultados mostraram que a distribuição de recursos, em média, é diferente conforme o valor da produção,

³⁵ A autora aponta que o processo apresenta resultados positivos a partir da possibilidade das agricultoras empreenderem novas ações que as envolvem em diferentes esferas sociais. Esse mesmo processo apresenta limites quando se pensa na transformação dos papéis desempenhados por mulheres e homens no meio rural, ou seja, a construção da sua condição de agente e de seu empoderamento a partir do acesso a uma política de crédito. A construção do bem-estar pessoal e coletivo dá-se de forma ativa e participativa e passa pela reflexão da importância de superar alguns obstáculos relacionados ao fato dos sujeitos serem mulheres. Diferentes indivíduos afetados pela mudança gerada pelas ações das agricultoras, de que assumir uma atividade que gera uma renda própria, possibilitada pelo acesso aos recursos do Pronaf Mulher, contribui para uma mudança positiva em termos de renda familiar e de posicionamento nas questões importantes para elas, para a família e para a comunidade. A iniciativa das agricultoras em empreenderem um negócio próprio atuando, assim, de forma mais ativa nas definições importantes ao processo de trabalho reflete e é refletido pelo aumento de poder que elas adquirem ao longo do processo. Entretanto, o mesmo processo apresentou alguns limites: a decisão de acessar ou não o crédito do Pronaf Mulher não foi uma decisão tomada somente pelas agricultoras, evidenciando o limite de sua autonomia de decisão; os projetos formulados para a obtenção dos recursos do Pronaf Mulher foram construídos tendo em vista a continuidade das atividades complementares às que se dedicavam anteriormente, repercutindo em três implicações decisivas que impõem limitações ao processo de mudanças nas relações de gênero nas unidades produtivas: renda gerada pela comercialização, aumento da jornada de trabalho das agricultoras e manutenção da divisão sexual do trabalho. No entanto, percebeu-se algumas mudanças para essas agricultoras, como o aumento de sua autoestima, por se sentirem capazes tanto de gerir todo o processo de seu trabalho, desde a produção até a comercialização, quanto de contribuir financeira para as despesas da família.

o número de pessoas ocupadas na agricultura familiar, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e outros indicadores.

Brito (2020) buscou compreender como as políticas públicas, em particular o Pronaf, afetaram os agricultores familiares em Balsas, Maranhão, entre 2013 e 2017. O trabalho analisou a influência do crédito rural e identificou dificuldades no acesso ao programa, bem como um alto índice de inadimplência nas comunidades rurais. Com base nos resultados da pesquisa, é recomendada a realização de oficinas de educação financeira para agricultores familiares, com o objetivo de fornecer os conhecimentos e as habilidades financeiras necessárias para lidar com os desafios monetários e diminuir os índices de inadimplência. A pesquisa salienta a importância de abordar questões ligadas à educação financeira como uma estratégia para melhorar a eficácia das políticas públicas, como o Pronaf, e promover o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais de Balsa.

Conforme os estudos analisados, evidencia-se a enorme contribuição do Pronaf para o desenvolvimento socioeconômico das áreas rurais e, em particular, para o desenvolvimento dos agricultores familiares. A política de crédito para a agricultura familiar é percebida como um instrumento que contribui para o desenvolvimento dessa área. No entanto, é recomendada a revisão dos subprogramas do Pronaf, uma vez que os produtores de baixa renda e com maiores dificuldades produtivas têm acesso limitado aos recursos do programa. Sendo assim, é necessária uma análise mais aprofundada, a fim de identificar e superar os obstáculos que impedem a participação desses agricultores menos favorecidos. Ajustes e aprimoramentos nos subprogramas podem aumentar a eficiência e equidade do Pronaf, permitindo que mais agricultores de baixa renda e com maiores dificuldades produtivas possam participar.

4 CONTEXTO HISTÓRICO DE ACESSO AO CRÉDITO NO TOCANTINS

No que diz respeito à pesquisa sobre as mulheres rurais do estado do Tocantins, é crucial levar em consideração o cenário socioeconômico e cultural que envolve a agricultura nesta região.

O Tocantins, caracterizado pela sua vasta área territorial e diversidade geográfica, abriga comunidades agrícolas diversificadas, que desempenham um papel importante na produção de alimentos e no desenvolvimento econômico local.

No entanto, compreender a realidade e os desafios enfrentados pelas mulheres requer uma abordagem sensível que extrapola as estatísticas e os números. E a narrativa desempenha um papel crucial nesse contexto, uma vez que as entrevistas realizadas com mulheres rurais permitem uma compreensão mais aprofundada de suas experiências, aspirações e desafios.

4.1 Mulheres rurais do estado do Tocantins

A História demonstra que a luta estabelecida pelas mulheres por um espaço na sociedade foi – e ainda é – incansável e traz consigo o agravante, de ser vista como inexoravelmente descabida e desnecessária para grande parte da sociedade ocidental e oriental, pois a invisibilidade e o silêncio da mulher ainda são percebidos pela sociedade como “ordem natural” das coisas (Perrot, 1988).

É nesse meio que os homens são descritos como os indivíduos, ou aqueles que trazem sobrenomes os quais são transmitidos a sua prole criando ascendências e descendências. As mulheres, por sua vez, não são narradas com sobrenome, não aparecem com a prerrogativa de transmitir algo à prole, não apresentam linhagens. Elas são colocadas como bens de aquisição no mercado matrimonial: primeiramente, como propriedades de seus pais, e, após o casamento, propriedades de seus maridos. Como quase não são vistas na sociedade, pouco se fala sobre elas e em consequência, pouco se preserva delas também (Moura; Santos, 2018).

Há um silêncio das mulheres na História que oriunda do silêncio feminino nas próprias fontes históricas. As mulheres deixaram poucos vestígios diretos, escritos ou materiais, principalmente porque, em grande escala, seu acesso à educação foi negado durante séculos. Sem saber ler e escrever, as produções que demonstram sua visão de mundo simplesmente não existem. Além disso, quando as mulheres se

fazem presente num determinado espaço público, elas são vistas como um coletivo natural pelos homens, fato que corresponde a seus modos de intervenção coletiva. Ignora-se o individual feminino e a condição singular humana da mulher para que se materialize um coletivo de qualidade e estereótipos: mães, donas-de-casa, anciãs, históricas, vadias, entre outros (Moura; Santos, 2018).

Em compensação a esse silêncio estabelecido das fontes, existe um excesso de discursos e representações sobre as mulheres feitas por homens de todos os tempos: textos, pinturas, esculturas e fotografias. Representações sobre o que as mulheres são e de como elas devem se comportar, abordado sempre a visão e o imaginário masculino sobre a mulher (Perrot, 1988).

Concernente ao trabalho da mulher rural, não há dúvida de que é essencial para o desenvolvimento da agricultura e do agronegócio. Tempos anteriores, a mão de obra feminina no campo era rotulada como meramente ajudantes. Atualmente, as trabalhadoras rurais têm se destacado em diferentes etapas do processo produtivo de alimentos e outras atividades relacionadas à geração de renda e ao desenvolvimento econômico social no campo (Soares; Oliveira, 2020). Conforme, o último Censo Agropecuário do IBGE (2017), 20% dos empreendimentos rurais do país são dirigidos por mulheres, sendo que no ano de 2006, esse percentual era de apenas 12%.

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2018) afirmou que as mulheres são responsáveis, em grande medida, pelo alimento destinado ao autoconsumo familiar e por práticas de manejo ambientais adequadas. Elas representam 48% da população rural, contudo são responsáveis por menos de 16% dos estabelecimentos agropecuários familiar.

Ademais, no Brasil, o agronegócio se apropria cada vez mais de espaços, construindo territórios nos quais tem o poder de condicionar a divisão de trabalho em seus aspectos técnico, espacial e de gênero, relegando às mulheres os trabalhos mais precários, com os menores salários (Gubert *et al.*, 2020).

No estado do Tocantins, as representantes da Associação Comunitária do Quilombo da Barra da Aroeira são exemplos de mulheres rurais atuantes. Localizada no município de Santa Tereza, a associação é comandada por Maria de Fátima Rodrigues, de 50 anos, que assim como outras mulheres do quilombo, é agricultora e artesã, além de ser a principal responsável pelo cuidado da casa. O modo de produção da comunidade da Barra da Aroeira segue os princípios da agroecologia.

A maior parte dos alimentos produzidos pelas agricultoras quilombolas é consumida pelas famílias da própria comunidade e alguns produtos são vendidos nas feiras da capital, Palmas (Soares; Oliveira, 2020).

Nesse espaço, as mulheres estão sendo apoiadas na divulgação dos produtos do quilombo pela associação da Cooperativa Quilombarras e com a capacitação técnica promovida por universidades da região e pela Diretoria de Agricultura Familiar da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura (Nações Unidas Brasil, 2019).

Conforme Abreu (2021), a Defensoria Pública do Estado do Tocantins (DPE-TO) promoveu, juntamente com o Tribunal Regional Eleitoral no Tocantins (TRE-TO), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa (Sebrae), a Receita Federal, o Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDECA), a Secretaria Municipal de Saúde de Palmas, o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), a Secretaria de Saúde do Estado do Tocantins, o Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (Ruraltins), no dia 27 de dezembro de 2021, um encontro com objetivo de valorizar os direitos das mulheres rurais tocaninenses, proporcionando garantias individuais e coletivas pelo acesso a ações que garantam a cidadania e a inclusão social produtiva, desde a execução de alimentos até a guarda dos filhos menores.

Ações dessa natureza levam-nos a refletir que o estigma sobre o lugar de mulher, bem como o “lugar de fala” e o lugar onde ela quer estar, vem tomando outro tipo de direcionamento, voltados ao encontro do que a mulher quer, em função do seu poder. Trabalhar para o empoderamento das mulheres vai muito além de oferecer algo para elas. É crucial levar em consideração as diversas facetas da mulher, seja ela mãe, esposa, empreendedora ou qualquer outra função que exerça. Isso se deve ao fato de que, quando uma mulher conquista algo, a primeira atitude costuma ser a de cuidar de sua família e filhos. O reconhecimento dessa diversidade de papéis e responsabilidades das mulheres pode ser visto como uma ferramenta para o empoderamento feminino.

4.2 O contexto socioeconômico e cultural da agricultura no estado do Tocantins

O Tocantins, situado na região norte do Brasil, possui características que

influenciam tanto sua dinâmica econômica quanto seus aspectos socioculturais. A agricultura é um setor fundamental da economia do estado, sendo responsável por uma parcela considerável da produção e geração de empregos (Calado; Silva, 2020). Contudo, é necessário compreender as peculiaridades dessa atividade agrícola e a relação entre elas e as desigualdades de gênero na sociedade tocantinense.

No que diz respeito ao setor econômico, o Tocantins apresenta uma estrutura produtiva predominantemente voltada para a agricultura e à pecuária. A agricultura é um dos pilares da economia local, com destaque para a produção de grãos, como soja, milho e arroz, bem como a produção de frutas, legumes e verduras. A pecuária, sobretudo a bovina, tem um papel relevante no cenário econômico.

De acordo com Nascimento, Souza e Oliveira (2021)³⁶, os municípios do Tocantins apresentam características distintas em relação ao setor econômico, como é demonstrado a seguir:

- a) Porto Nacional: conhecido pela sua agricultura e indústria de alimentos, onde é possível encontrar uma grande variedade de produtos agrícolas, além de ser um centro de comercialização de gado bovino e suíno;
- b) Paraíso do Tocantins: cidade turística que apresenta potencial de crescimento econômico devido às suas belezas naturais, como cachoeiras e rios;
- c) Miracema do Tocantins: destaca-se na produção de caju, sendo responsável por uma boa parte da produção do estado;
- d) Araguaína: uma cidade comercial importante e um dos principais centros de comercialização de gado bovino e suíno do estado;

³⁶ O Caderno de Caracterização do estado do Tocantins apresenta o trabalho de consolidação e sistematização das informações atualizadas sobre o estado do Tocantins e tem por objetivo subsidiar os processos de tomada de decisão que estabelecem as ações da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) na sua área de atuação, compondo um panorama geral sobre o espaço geográfico de desenvolvimento de projetos da Companhia, além de servir de base para a definição e o acompanhamento das atividades desenvolvidas que visam impacto na melhoria de qualidade de vida e promoção do desenvolvimento sustentável da região. Esta publicação apresenta aspectos gerais relacionados à caracterização do estado, com parâmetros objetivos mínimos para o conhecimento do espaço de atuação da Codevasf, referenciando especialmente elementos relacionados ao clima da região, solos, vegetação predominante, recursos hídricos, infraestruturas presentes e indicadores Sociais. A Codevasf utiliza para medir o impacto de suas ações os indicadores sociais: IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, Coeficiente de GINI – índice usado para medir a concentração de renda, THEIL - correlaciona renda familiar e avalia o quanto a distribuição de renda está longe de uma distribuição uniforme e igualitária, IVS – Índice de Vulnerabilidade Social e IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB. Neste trabalho os Indicadores foram espacializados para ilustrar a situação dos municípios que compõem as microrregiões de planejamento do estado.

- e) Guaraí e Colinas do Tocantins: conhecidos pela sua produção agrícola, sendo responsáveis por uma grande parte da produção de grãos do estado;
- f) Tocantinópolis: reconhecida pelo seu setor de alimentos e pecuária, sendo responsável por uma grande parte da produção de carne e leite do estado;
- g) Araguatins e Gurupi: municípios de grande importância na produção de soja e algodão;
- h) Dianópolis: conhecida por sua produção de frutas.

Além disso, a capital, Palmas, é um dos principais polos econômicos e administrativos, com um setor comercial e financeiro bem estruturado. O estado também tem potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas, como ecoturismo, turismo de aventura e turismo rural.

No entanto, é importante salientar que as características socioeconômicas do estado são influenciadas pelas diferenças regionais e pelas desigualdades de gênero. Enquanto algumas regiões apresentam maior desenvolvimento e acesso a recursos, outras enfrentam dificuldades socioeconômicas. As desigualdades manifestam-se tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, onde a distribuição de renda e a oferta de serviços públicos, em geral, apresentam uma distribuição de renda assimétrica (Coelho, 2020).

A compreensão das características socioeconômicas do Tocantins demonstra como a agricultura está inserida nesse contexto e como as desigualdades de gênero são influenciadas por essa realidade.

É importante compreender as diferenças de gênero que permeiam este setor, abrangendo tanto as mulheres que atuam como agricultoras familiares quanto aquelas que exercem funções empreendedoras e de liderança nas atividades agrícolas. O que torna relevante examinar a participação das mulheres na agricultura é o papel fundamental que elas exercem nesse setor. Apesar da sua frequente participação nas diversas etapas da produção agrícola, desde o plantio até a comercialização dos produtos, as mulheres enfrentam desafios e limitações decorrentes de estruturas patriarcais e de normas de gênero arraigadas na sociedade.

Nesse contexto, destaca-se a divisão sexual do trabalho no campo, em que as mulheres assumem responsabilidades relacionadas ao cultivo de hortaliças, à criação de animais menores e à produção de alimentos para subsistência familiar. Todavia, essas atividades, muitas vezes, não são valorizadas ou reconhecidas como

trabalho produtivo, o que dificulta o acesso das mulheres a recursos e oportunidades no campo agrícola.

Assim, ao analisarmos as dinâmicas de gênero, percebe-se a desigualdade de gênero, como uma questão complexa e multifacetada que persiste na sociedade atual, afetando diversos setores da economia e da agricultura. No Tocantins, uma das principais dificuldades³⁷ enfrentadas pelas mulheres agricultoras é o acesso e a posse da terra. A propriedade e o controle das terras têm sido dominados por homens, o que perpetua as desigualdades de gênero. Essa dificuldade acaba prejudicando suas capacidades produtivas, o que as impede de expandir suas atividades agrícolas e obter melhores resultados econômicos. Além do mais, a falta de políticas e mecanismos efetivos de reforma agrária que tratem da promoção da igualdade de gênero agrava essa situação, perpetuando, dessa forma, a exclusão das mulheres do acesso a terra.

Outro desafio enfrentado pelas mulheres agricultoras é a limitação de acesso aos recursos produtivos. Isso significa a falta de acesso a insumos agrícolas de qualidade, como sementes de qualidade, fertilizantes e equipamentos adequados, fundamentais para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas. A falta de recursos financeiros afeta significativamente a capacidade produtiva e tem um impacto direto na qualidade e quantidade dos produtos cultivados. Além do mais, a falta de conhecimento sobre tecnologias agrícolas modernas e práticas sustentáveis também prejudica as mulheres agricultoras, que muitas vezes não tem acesso às informações e capacitações necessárias para implementar técnicas agrícolas avançadas (Ribeiro, 2021).

O acesso ao crédito rural também é um desafio relevante para as mulheres agricultoras no Tocantins, pois elas não possuem garantias e precisam lidar com discriminação de gênero presentes nas instituições financeiras, o que acaba dificultando a obtenção de empréstimos e financiamentos para investir em suas atividades agrícolas. A escassez de políticas e programas específicos que levem em consideração as necessidades das mulheres agricultoras, bem como a falta de capacitação em gestão financeira, limita as suas capacidades de acesso ao crédito,

³⁷ Os desafios das mulheres no campo. Desafios relacionados à **falta de oportunidades, de capacitação e falta de reconhecimento e incentivo** ainda são comuns na realidade de muitas mulheres no agronegócio. Mas, precisamos reconhecer: aquelas que vieram antes de nós trilharam um caminho árduo e difícil, que nos permitiu iniciar um **movimento de inserção da mulher no setor do agro** (Ribeiro, 2021).

limitando o seu potencial de desenvolvimento e crescimento econômico (Carvelli; Parente, 2017).

Além das dificuldades financeiras, as mulheres agricultoras enfrentam dificuldades para participar das decisões agrícolas. Elas são frequentemente excluídas dos espaços de tomada de decisões e dos processos de elaboração de políticas agrícolas, cerceando o compartilhamento de suas experiências e conhecimentos. A ausência de representação das mulheres nas instâncias de poder agrícola perpetua a submissão de gênero e impede a inclusão de suas perspectivas e necessidades nas políticas e práticas agrícolas. A ausência de vozes femininas nas decisões resulta em políticas e programas que não consideram as demandas e realidades específicas das mulheres agricultoras, perpetuando, dessa forma, as desigualdades existentes.

Além do mais, é crucial salientar as profundas consequências das desigualdades de gênero na agricultura para o desenvolvimento socioeconômico e a sustentabilidade da região. Ao restringir o acesso das mulheres a terra, aos recursos produtivos, à tecnologia agrícola, ao crédito rural e à participação nas decisões agrícolas, estamos desperdiçando o potencial produtivo e inovador dessas agricultoras. A exclusão das mulheres do setor agrícola resulta na diminuição da eficiência produtiva e acentua as disparidades sociais e econômicas, como mostra o novo relatório sobre *O Estado das Mulheres nos Sistemas Agroalimentares* (FAO no Brasil, 2023).

O referido relatório enfatiza que a igualdade de gênero nos sistemas agroalimentares pode erradicar a insegurança alimentar de 45 milhões de pessoas. Todavia, para alcançar sistemas agroalimentares eficientes, inclusivos, resilientes e sustentáveis, é indispensável empoderar todas as mulheres e promover a igualdade de gênero, pois as mulheres sempre desempenham um papel nos sistemas agroalimentares, sendo imperioso tornar esses sistemas eficazes para elas (FAO no Brasil, 2023).

A superação das desigualdades de gênero na agricultura do Tocantins requer o envolvimento de diversos atores, como o governo, instituições de pesquisa, organizações da sociedade civil e o próprio setor privado, com vistas a incentivar e despertar a consciência sobre a importância da equidade de gênero no desenvolvimento agrícola, bem como o fortalecimento de parcerias e redes que apoiem as mulheres agricultoras em suas demandas e lutas por igualdade (Benigno;

Vieira; Oliveira, 2021).

As políticas públicas têm um papel crucial na promoção da igualdade de gênero na agricultura, pois têm a capacidade de lidar com as diferenças existentes e criar condições favoráveis para o empoderamento das mulheres agricultoras. Dessa forma, o governo do Tocantins tem desenvolvido diversas iniciativas voltadas para a inclusão e o fortalecimento das mulheres no setor agrícola (Sousa; Sousa; Rodrigues, 2020). A principal ação governamental é assegurar o acesso a terra para as mulheres agricultoras, com programas de regularização fundiária e distribuição de terras, voltados para suas necessidades. Uma estratégia adotada é a criação de reservas de terras exclusivas para mulheres agricultoras, com o objetivo de assegurar um acesso mais justo (Brito, 2020).

No Tocantins, existem, aproximadamente, 42 mil famílias de agricultores familiares, distribuídas em 540 (quinhentos e quarenta) assentamentos da Reforma Agrária (INCRA) e do Crédito Fundiário (SEAGRO). Essas famílias geram aproximadamente 120 mil postos de ocupação e contribuem com 40% do valor bruto da produção agropecuária.

O governo estadual está trabalhando para tornar mais acessíveis as linhas de financiamento para as mulheres que atuam na agricultura. Esse tipo de ação inclui a busca por soluções que reduzam as dificuldades financeiras enfrentadas pelas mulheres, permitindo que elas invistam em suas atividades agrícolas e fortalecendo as suas capacidades empreendedoras (Deus, 2023).

E a agricultura familiar exerce um papel importante nas principais atividades econômicas do Tocantins, com muitos pequenos agricultores e agricultores familiares trabalhando com dedicação e esforço para produzir alimentos saudáveis e de qualidade para seus consumidores e para a economia do estado. Apesar disso, eles enfrentam desafios como a falta de acesso a crédito e tecnologias adequadas, mas programas como o Pronaf tem ajudado a melhorar a situação (SEAGRO, [2022?]). Por meio das linhas de créditos específicas, com juros mais baixos e condições especiais, o Pronaf tem ajudado a aumentar a produção agrícola e pecuária, e melhorar a renda dos agricultores familiares, permitindo que eles invistam em suas propriedades e melhorem suas condições de vida (BNDES, 2023).

Além disso, a pecuária é uma atividade importante para a economia do estado, com destaque para a produção de gado bovino e suíno, que são responsáveis por uma grande parte da economia do Tocantins. A pecuária tem um

impacto significativo na economia local, gerando emprego e renda para muitas comunidades rurais (SEAGRO, [2022?]).

No entanto o estado do Tocantins também enfrenta desafios socioeconômicos, como a falta de infraestrutura, acesso limitado a serviços básicos e altos índices de pobreza (Neri, 2021). Além disso, alguns estudos demonstram que há desigualdades significativas entre as diferentes regiões do estado e entre diferentes grupos sociais, incluindo desigualdades de gênero. Embora o estado apresente índices de pobreza abaixo da média nacional, ainda assim existem desafios e desigualdades regionais e setoriais a serem enfrentados (Massote, 2022; Neri, 2021; Oliveira, 2019; Oliveira; Piffer; Strassburg, 2019), como:

- a) Desigualdades regionais: algumas regiões do Tocantins, como áreas rurais e indígenas, podem apresentar índices de pobreza mais elevados do que os dados gerais indicam, devido a fatores como a falta de infraestrutura, acesso limitado a serviços públicos básicos e dificuldades para garantir uma renda adequada;
- b) Desemprego: a taxa de desemprego no Tocantins é elevada, em especial entre jovens e mulheres, o que pode contribuir para a pobreza e a exclusão social;
- c) Acesso limitado a serviços de saúde e educação: algumas áreas do Tocantins podem enfrentar dificuldades para garantir acesso a serviços de saúde e educação de qualidade, o que pode afetar negativamente a saúde e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades;
- d) Precariedade no mercado de trabalho: muitos trabalhadores no Tocantins podem enfrentar precariedade no mercado de trabalho, como salários baixos, falta de estabilidade e ausência de benefícios sociais;
- e) Falta de infraestrutura: falta de infraestrutura adequada, como estradas, transporte público, saneamento básico e energia elétrica, pode contribuir para a pobreza e limitar o desenvolvimento econômico em algumas regiões do estado.

No entanto, apesar de existirem programas e iniciativas para a melhoria da situação das mulheres no Tocantins, ainda é necessário realizar mudanças significativas para assegurar que todos tenham acesso a oportunidades e recursos de igual valor. A consciencialização para as desigualdades de gênero e a promoção de políticas e práticas inclusivas são fundamentais para alcançar uma agricultura e

uma sociedade mais justas e equitativas no estado do Tocantins.

4.3 O poder das narrativas: a relevância das entrevistas na compreensão de comunidades e indivíduos

A entrevista é o ponto central da pesquisa com História Oral, na qual a investigação e a prática científica se complementam para produzir resultados (Alberti, 2013). Ela é importante para assegurar o estímulo à fala (Santos, 2021), representando um encontro com o passado (Freitas, 2006). “Esse mérito reforça a responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta e divulga entrevistas” (Alberti, 2013, p. 22).

Para tanto, um roteiro de entrevista (Anexo C) foi elaborado, uma vez que sua ausência comprometeria a investigação (Freitas, 2006). Nessa pesquisa, o objetivo era compreender como as mulheres se apresentam para si mesmas, a partir das histórias de vida consideradas como relatos subjetivos, para compreender as limitações culturais e os caminhos que oferecem estrutura e direcionamento às vidas das mulheres, tornando-se um documento singular e valioso (Patai, 2010).

A presente etapa da pesquisa consistiu na realização de 12 (doze) entrevistas com mulheres rurais que residem nas regiões de Gurupi e Dianópolis, no estado do Tocantins, com base no critério de inclusão³⁸. Dessa forma, somente participaram das entrevistas aquelas mulheres rurais que já foram beneficiadas pela política de crédito Pronaf no estado do Tocantins³⁹.

As entrevistas foram realizadas em dois momentos distintos: em junho de 2021, na Comunidade Vale Verde, e em fevereiro de 2022, na Comunidade Três Lagoas.

Em 2021, a estratégia utilizada para a realização das entrevistas, em meio à pandemia Covid-19, foi aproveitar a agenda do poder executivo municipal de

³⁸ Critério de inclusão: característica compartilhada por todos os sujeitos a serem estudados. Critério de exclusão: característica ou circunstância que impede a **inclusão** do sujeito no estudo, apesar de cumprir os critérios de inclusão. Com base nesses critérios, criamos um julgamento sobre o impacto deles na validade externa dos resultados. Esses julgamentos requerem um profundo conhecimento da área de pesquisa, bem como da direção em que cada critério poderia afetar a validade externa do estudo (Patino; Ferreira, 2018).

³⁹ O recorte espacial ocorreu no projeto de pesquisa, quando encaminhado ao Comitê de Ética (CEP), em que se identificou a contratação do crédito em apenas 12 dos 139 municípios do estado do Tocantins.

Gurupi⁴⁰ na comunidade, o que foi extremamente eficiente, uma vez que se entrevistaram 9 (nove) mulheres presentes. O encontro com as mulheres ocorreu no espaço de lazer da Comunidade Vale Verde.

Em 2022, as entrevistas foram realizadas na região de Dianópolis, na Comunidade Três Lagoas, localizada no município de São Valério da Natividade⁴¹. Nessa localidade, foram realizadas 3 (três) entrevistas: com a Dona Maria do Rosário, que possui uma mercearia, onde comercializa artigos variados, sendo local de passagem para as outras propriedades, e local da entrevista e com Dona Zenai e Dona Isaura, com a entrevistas ocorrendo na residência de cada uma.

O número de entrevistas é justificado pela afirmação da autora Delgado (2003) de que, para isso, se acumule uma quantidade de material que permita comparações, a fim de se destacarem convergências e divergências. Como é possível notar, todas as entrevistadas são mulheres rurais que residem no estado do Tocantins, mas nem todas tiveram acesso a algum tipo de crédito rural no período em questão. Além disso, Alberti (2010) afirma que, para a metodologia de história oral ter validade, é preciso ter equipamento necessário para elaborar uma interpretação bem fundamentada.

O método de história oral requer alguns cuidados, como a relação da pesquisadora com sua fonte (Santos, 2021). Nesse aspecto, ao uma mulher contar sobre a sua história de vida, ela está, de certa forma, oferecendo o seu eu para o exame dela mesma e da pesquisadora. Isso não altera a dimensão da exposição e revelação pessoal (Patai, 2010). A entrevistadora é crucial para a construção da narrativa, não passivo ou neutro, pois, a partir das suas perguntas, ela participa e dirige o processo da entrevista, prepara o roteiro, seleciona as perguntas e introduz questões e temas para serem abordados pelo entrevistado (Freitas, 2006). Todavia, deve-se manter o mais possível em segundo plano, apenas fazendo alguns gestos de apoio, sem introduzir seus próprios comentários ou histórias (Thompson, 2002).

A narrativa de uma história de vida requer uma racionalização do passado de

⁴⁰ A prefeitura municipal de Gurupi, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente, prestam serviços em diversas áreas na Comunidade Vale Verde com periodicidade. Disponível em: <https://gurupi.to.gov.br/2020/08/prefeitura-de-gurupi-entrega-reforma-e-ampliacao-do-posto-de-saude-do-assentamento-vale-verde/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

⁴¹ A distância em linha reta entre Palmas e Chapada da Natividade (ambas no Tocantins) é 173.09 km, mas a distância de condução é 222 km. Disponível em: <https://br.distanciadades.net/distancia-de-palmas-tocantins-a-chapada-da-natividade#:~:text=A%20dist%C3%A2ncia%20em%20linha%20reta,de%20condu%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20222%20km>. Acesso em: 14 jan. 2023.

acordo com o que é projetado e levado a um presente inevitável, tornando-se um componente indispensável do senso de identidade em um determinado momento (Patai, 2010), razão pela qual o roteiro utilizado na entrevista não deve ser rígido e engessado.

A pesquisa apresentou um conjunto de perguntas que foram realizadas, outras não foram necessárias, uma vez que as entrevistadas já haviam relatado sobre o tema. Além disso, houve momentos em que surgiram perguntas que não estavam previstas no roteiro, devido a algum acontecimento narrado pela entrevistada.

Dessa forma, ao se optar por uma abordagem que se concentrasse na fala escutando com atenção as repetições, ênfases e aspectos selecionados pelas narradoras foi possível evidenciar a percepção que elas tinham em relação às questões que eram relevantes para elas próprias.

5 ANÁLISE E RESULTADOS DA POLÍTICA PÚBLICA “PRONAF”

Este capítulo apresenta as análises e resultados obtidos por meio desta pesquisa, ao considerar o programa de crédito rural Pronaf como um instrumento de empoderamento das mulheres rurais no estado do Tocantins.

A análise dos dados coletados foi realizada de forma abrangente, buscando compreender o impacto do Pronaf no empoderamento econômico, político e social das mulheres beneficiárias. Além disso, foram discutidos os resultados referentes ao perfil das mulheres que receberam crédito rural, a identificação dos fatores que facilitam ou limitam o empoderamento, a influência das regiões do estado no empoderamento das mulheres rurais e a manifestação do empoderamento em suas vidas.

Durante o cumprimento dos créditos obrigatórios do programa de doutorado, procurou-se obter informações sobre as beneficiárias do crédito rural no estado. Dessa forma, no período de 2013⁴² a 2018, as mulheres rurais do Tocantins contrataram o crédito rural Pronaf em diversos municípios. O Quadro 4 apresenta um levantamento desses municípios, incluindo a quantidade de contratos celebrados e o montante de recursos disponibilizados.

Quadro 4 - Relação dos municípios que contrataram o Pronaf Mulher (2013-2018)

Município	Qt. Contratos	Mont. Investimento (R\$)
Buriti do Tocantins	4	9.997,92
Augustinópolis	3	46.203,76
Araguatins	7	33.943,37
Sítio Novo do Tocantins	13	93.242,73
Arapoema	1	98.000,00
Juarina	3	60.231,00
Dois Irmãos do Tocantins	2	19.609,50
Almas	2	5.000,00
Dianópolis	23	57.500,00
Novo Jardim	1	2.500,00
Ponte Alta do Bom Jesus	38	95.000,00
Taguatinga	2	5.000,00
TOTAL	99	526.228,28

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INCRA (2018) e do Banco Central do Brasil (2018).

Conforme os dados do Quadro 4, observa-se que houve significativas

⁴² Embora a linha de crédito Pronaf Mulher estivesse prevista no Plano Safra de 2003, somente a partir de 2013 houve registro de contratação do crédito no estado do Tocantins, de acordo com o Banco Central do Brasil.

variações tanto na quantidade de contratos firmados quanto nos valores envolvidos entre os municípios. Em alguns municípios, como Sítio Novo do Tocantins, Dianópolis e Ponte Alta de Bom Jesus, houve um grande número de contratos, enquanto em outros, como Novo Jardim, Arapoema, Taguatinga e Almas, apresentaram uma quantidade menor de contratos.

Além disso, verificou-se que os recursos disponibilizados para cada contrato apresentaram uma grande variação entre os municípios. Em termos de recursos, Arapoema apresentou o maior valor de recursos disponibilizados para os contratos (R\$ 98.000,00) e Novo Jardim apresentou o menor valor (R\$ 2.500,00).

Sendo assim, é relevante compreender as razões que explicam as diferenças observadas entre os municípios. Para isso, foram elaboradas algumas perguntas a fim de subsidiar a análise dos dados, tais como: a) Quais são as características dos municípios que apresentam o maior número de contratos?; b) Qual a relação entre a quantidade de contratos e o montante de recursos disponibilizados?; c) Qual o motivo pelo qual alguns municípios receberam valores superiores aos outros municípios?

Dessa forma, ao analisar a localização⁴³ das beneficiárias do crédito Pronaf Mulher, observou-se que elas estão distribuídas em diferentes regiões do estado, concentradas, sobretudo, na região Norte ou Centro-Sul, no período de 2013 a 2018.

A região de Araguaína, no município de Arapoema, contratou o crédito Pronaf Mulher no valor de R\$ 98.000,00. Na região de Miracema do Tocantins, foram realizadas cinco contratações nos municípios de Dois Irmãos do Tocantins e Juarina, totalizando R\$ 79.840,50. Na região do Bico do Papagaio, foram firmados 27 contratos nos municípios de Augustinópolis, Buriti do Tocantins, Araguatins e Sítio Novo, totalizando R\$ 183.387,78. Em relação à região de Dianópolis, foram celebrados 66 contratos no valor de R\$ 165.000,00, abrangendo os municípios de Novo Jardim, Almas, Taguatinga, Dianópolis e Ponte Alta, conforme apresentado no Quadro 5.

⁴³ O IBGE classifica o município em seu território em região de influência, região intermediária, região imediata, mesorregião e microrregião, Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to>. Acesso em: 12 fev. 2023.

Quadro 5 - Relação dos municípios que contrataram o Pronaf Mulher (2013-2018)

Região	Município	Qt. Contratos	Montante Investimento (R\$)
Araguaína	Arapoema	1	98.000,00
Miracema do Tocantins	Dois Irmãos do Tocantins	2	19.609,50
	Juarina	3	60.231,00
Bico do Papagaio	Augustinópolis	3	46.203,76
	Buriti do Tocantins	4	9.997,92
	Araguatins	7	33.943,37
	Sítio Novo	13	93.242,73
Dianópolis	Novo Jardim	1	2.500,00
	Almas	2	5.000,00
	Taguatinga	2	5.000,00
	Dianópolis	23	57.500,00
	Ponte Alta do Bom Jesus	38	95.000,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INCRA (2018) e do Banco Central do Brasil (2018).

Além disso, constatou-se que as características socioeconômicas de cada região têm um impacto significativo na demanda e utilização do crédito Pronaf Mulher. Na região de Araguaína, por exemplo, com uma economia mais diversificada, o crédito pode ser usado para investimentos em diferentes áreas, como a pecuária e o comércio local. No entanto, na região de Miracema do Tocantins, onde a agricultura familiar é predominante, o crédito pode ter sido direcionado para a produção de alimentos para subsistência e para as vendas em feiras locais.

A região do Bico do Papagaio⁴⁴ apresenta os maiores desafios para o desenvolvimento econômico e social, com uma grande quantidade de comunidades rurais e dificuldades no acesso a serviços básicos. Nesse contexto, o crédito Pronaf Mulher pode ser uma ferramenta relevante para a melhoria das condições de vida das mulheres rurais, permitindo investimentos em atividades produtivas e geração de renda.

Na região de Dianópolis⁴⁵, com uma grande concentração de agricultores

⁴⁴ A região do Bico do Papagaio no estado do Tocantins é caracterizada por ser uma região de extrema pobreza, com grandes desigualdades sociais e econômicas, além de ter sido palco de enormes conflitos agrários nas décadas de 1970 e 1980. A mensuração dos indicadores sociais e econômicos da microrregião do Bico do Papagaio permitirá a identificação de diferentes olhares a desigualdades sociais e econômicas, possibilitando uma melhor compreensão da complexidade do tema, e subsidiar políticas públicas de melhoria no bem estar da população (Silva; Oliveira; Alves, 2021).

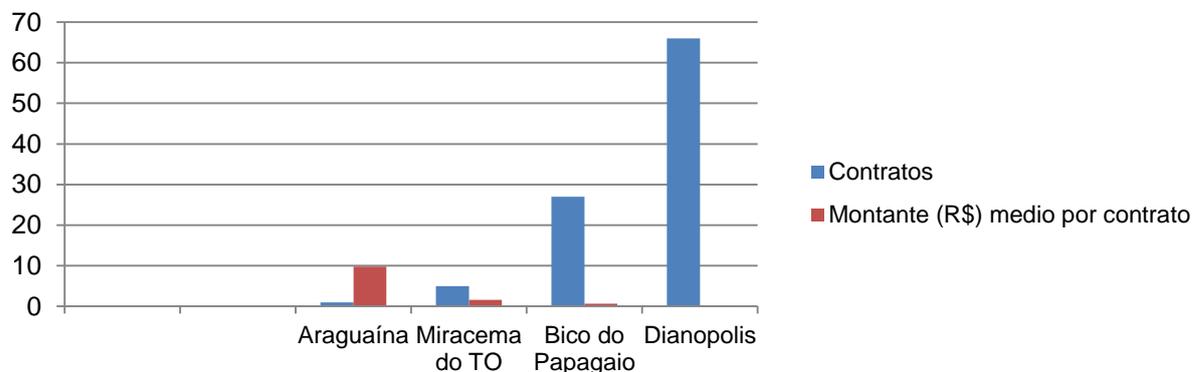
⁴⁵ A Região Imediata de Dianópolis (RID) abrange outros municípios além de Dianópolis, sendo eles: Almas, Arraias, Aurora do Tocantins, Combinado, Conceição do Tocantins, Lavandeira, Novo Alegre, Novo Jardim, Ponte Alta do Bom Jesus, Porto Alegre do Tocantins, Rio da Conceição, Taguatinga e Taipas do Tocantins. A expansão do setor agrícola, nesse caso, pode-se citar o aumento na produção de grãos (soja, milho), a produção de peixes, a fruticultura irrigada e a produção de cana-

familiares e produção de alimentos diversificada, o crédito Pronaf Mulher pode ser utilizado para investir em tecnologias que aumentem a produtividade e melhorem a qualidade dos produtos, favorecendo, dessa forma, as oportunidades de comercialização e a geração de renda.

No entanto, a taxa de contratação do crédito rural Pronaf Mulher varia de acordo com a região. Em Araguaína, a média é de R\$ 98.000,00, enquanto a média em Miracema do Tocantins é de R\$ 15.968,10. A média é de R\$ 6.792,14 no Bico do Papagaio, enquanto em Dianópolis é de R\$ 2.500,00. Ao analisarmos o número de contratos por microrregião do estado do Tocantins, notamos um padrão que indica uma redução no valor médio do contrato à medida que o número de contratos aumenta na região.

O Gráfico 1 apresenta as regiões que já haviam contratado o crédito rural, com base na quantidade de contratos e na estimativa do valor médio a ser utilizado, conforme dados extraídos do INCRA (2018) e do Bacen (2018).

Gráfico 1 - Nº de contratos do Pronaf Mulher: montante por região no Tocantins (2013-2018)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INCRA (2018) e do Banco Central do Brasil(2018)⁴⁶.

A fim de compreender por que alguns municípios contrataram montantes de recursos maiores do que outros, buscou-se obter mais informações sobre eles. Como apontam dados do INCRA (2021), existem 49.220 famílias assentadas no

de-açúcar e álcool, após a implantação dos projetos de governo voltados para o desenvolvimento da agricultura na RID. Os dados de Quociente Locacional-QL mostram que estas atividades não ocorrem de forma homogênea no espaço, fazendo com que os fluxos de renda e desenvolvimento estejam sendo completamente reordenados dentro da própria região (Vergara; Fonseca; Oliveira, 2020).

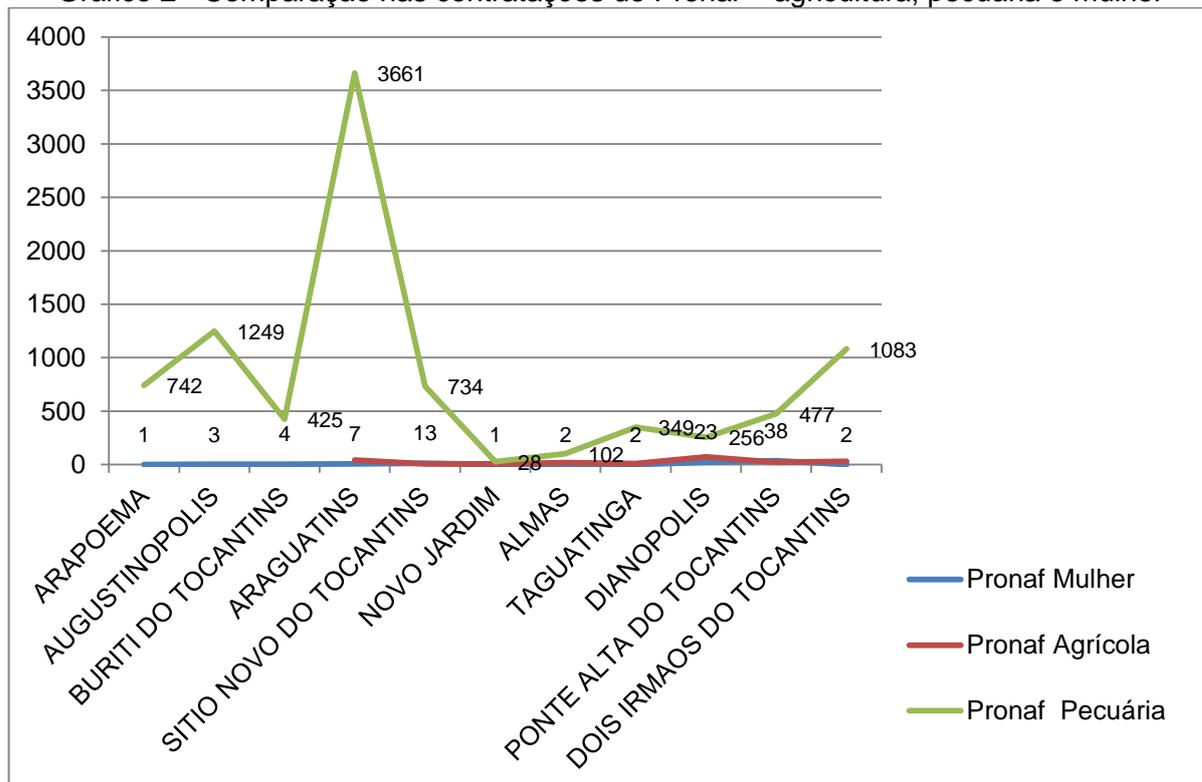
⁴⁶ Dados extraídos dos seguintes relatórios: Quantidade e Valor dos Contratos por Fonte de Recursos e UF. Período de Janeiro de 2013/dezembro de 2018, extraído em 22 mar. 2018; Quantidade e Valor dos Contratos por Município. Período de Janeiro de 2013/dezembro de 2018, extraídos em 22 mar. de 2018. Fonte: Banco Central do Brasil (BCB), Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop) e Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor).

Tocantins. Visto que, em média, uma mulher está presente em cada uma dessas famílias, é esperado um número maior de contratos do Pronaf Mulher no estado. No entanto, entre 2013 e 2018, apenas 99 (noventa e nove) contratos desse tipo foram realizados no Tocantins.

Para aprofundar a pesquisa, foram consultados dados do Bacen (2023) referentes à contratação do crédito rural nos anos de 2019 a 2022. O resultado foi de 0,2% do total de mulheres assentadas em todo o estado.

Dessa forma, compararam-se as contratações do Pronaf Mulher com as contratações de crédito nas áreas agrícola e pecuária nos municípios estudados, que são Buriti do Tocantins, Augustinópolis, Araguatins, Sítio Novo do Tocantins, Arapoema, Juarina, Dois Irmãos do Tocantins, Almas, Dianópolis, Novo Jardim, Ponte Alta do Bom Jesus e Ponte Alta do Bom Jesus, cujos resultados estão apresentados no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Comparação nas contratações do Pronaf – agricultura, pecuária e mulher



Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Tocantins (2021).

Como demonstrado no Gráfico 2, entre os anos de 2013 e 2020, os municípios estudados assinaram 9.551 (nove mil e quinhentos e cinquenta e um) contratos do programa de crédito rural Pronaf (Tocantins, 2021). Percebe-se uma grande variação na quantidade de contratos negociados entre os municípios e

regiões, o que sugere possíveis diferenças no acesso ao crédito rural e aos recursos produtivos. É notório que, em alguns municípios, há um número significativo de contratos nas modalidades de pecuária, agricultura e Pronaf Mulher, ao passo que outros apresentam um número simplório de contratos, o que indica uma natureza mais modesta das atividades envolvidas.

Na região de Araguaína, por exemplo, o município de Arapoema apresentou um número expressivo de contratos do Pronaf na modalidade pecuária, 742 (setecentos e quarenta e dois) contratos, mas apenas um contrato do Pronaf Mulher.

Já na região do Bico do Papagaio, os municípios registraram um número considerável de contratos nas diversas modalidades: Augustinópolis registrou 1.249 (um mil e duzentos e quarenta e nove) contratos na pecuária, 03 (três) na agricultura e 03 (três) Pronaf Mulher; Buriti do Tocantins, 425 (quatrocentos e vinte e cinco) contratos na pecuária e 04 (quatro) Pronaf Mulher; Araguatins, 3.661 (três mil e seiscentos e sessenta e um) contratos na pecuária, 44 (quarenta e quatro) na agricultura e 07 (sete) Pronaf Mulher; e Sítio Novo do Tocantins, 734 (setecentos e trinta e quatro) contratos na pecuária, 06 (seis) contratos na agricultura e 13 (treze) Pronaf Mulher.

Na região de Dianópolis, houve uma variação nos números de contratos nas modalidades pecuária, agricultura e Pronaf Mulher: Novo Jardim teve 28 (vinte e oito) contratos na pecuária, 06 (seis) na agricultura e 01 (um) no Pronaf Mulher; Almas, 102 (cento e dois) contratos na pecuária, 18 (dezoito) na agricultura e 02 (dois) Pronaf Mulher; Taguatinga, 349 (trezentos e quarenta e nove) contratos na pecuária, 09 (nove) na agricultura e 02 (dois) Pronaf Mulher; Dianópolis, 256 (duzentos e cinquenta e seis) contratos na pecuária, 72 (setenta e dois) na agricultura e 23 (vinte e três) no Pronaf Mulher; e Ponte Alta do Bom Jesus, 477 (quatrocentos e setenta e sete) contratos na pecuária, 22 (vinte e dois) na agricultura e 38 (trinta e oito) Pronaf Mulher.

Por fim, a região de Miracema apresentou uma distribuição diferente de contratos em relação às outras regiões estudadas: Dois Irmãos do Tocantins tiveram 1.083 (um mil e oitenta e três) contratações na pecuária, 30 (trinta) na agricultura e 02 (dois) no Pronaf Mulher, e Juarina, 235 (duzentos e trinta e cinco) contratos na pecuária e 03 (três) no Pronaf Mulher.

Esses dados indicam a existência de uma possível desigualdade no acesso ao crédito rural e na participação das mulheres agricultoras nos programas de apoio.

Essas diferenças podem estar relacionadas a fatores como características socioeconômicas, estrutura fundiária, políticas públicas específicas para promover a igualdade de gênero e acesso aos recursos produtivos. Sendo assim, é necessária uma análise aprofundada e investigações adicionais para compreender as causas dessas diferenças e desenvolver estratégias efetivas de gênero na agricultura no estado do Tocantins.

Como demonstrado no Quadro 6, é possível estabelecer uma relação entre os municípios, considerando o número de contratos do Pronaf Mulher, o valor contratado, a microrregião, a população rural, as atividades predominantes em cada município e a porcentagem de atividade agropecuária em cada um deles.

Quadro 6 - Relação entre os municípios, o número de contratos do Pronaf Mulher, o montante contratado, a microrregião, a população rural e as atividades predominantes

Município	Contratos	Montante (R\$)	Microrregião	Pop. Rural	Atividade predominante	% Atividade agropecuária
Arapoema	1	98.000,00	Araguaína	1.287	Comércio	2,1
Buriti do Tocantins	4	9.997,92	Bico do Papagaio	2.314	Comércio	0,3
Augustinópolis	3	46.203,76	Bico do Papagaio	2.774	Comércio	0,2
Araguatins	7	33.943,37	Bico do Papagaio	11.194	Comércio	1,9
Sítio Novo do Tocantins	13	93.242,73	Bico do Papagaio	4.273	Comércio	Não informado
Juarina	3	60.231,00	Miracema do Tocantins	1.198	Comércio	2,1
Dois Irmãos do Tocantins	2	19.609,50	Miracema do Tocantins	4.384	Comércio	5,2
Almas	2	5.000,00	Dianópolis	1.577	Comércio	4
Dianópolis	23	57.500,00	Dianópolis	2.668	Comércio	2,2
Novo Jardim	1	2.500,00	Dianópolis	681	Comércio	4,1
Ponte Alta do Bom Jesus	38	95.000,00	Dianópolis	2.043	Comércio	3
Taguatinga	2	5.000,00	Dianópolis	4.424	Comércio	2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Tocantins (2021).

A análise dos dados revela uma grande variação na distribuição dos contratos do Pronaf Mulher entre os municípios e regiões, com alguns municípios apresentando um número significativo de contratos em relação a outros.

A região de Araguaína teve 01 (um) contrato do Pronaf Mulher na modalidade pecuária, mas não foi identificada uma atividade agropecuária predominante na região, uma vez que a população rural é de 1.287 habitantes.

Nos municípios da região Bico do Papagaio, houve um aumento expressivo no número de contratos e no valor total contratado, sendo que Augustinópolis obteve 03 (três) contratos no Pronaf Mulher, totalizando R\$ 46.203,76 de valor total contratado. A atividade econômica predominante é o comércio, com 0,2% de população rural (2.774 habitantes). Buriti do Tocantins foi beneficiado com 04 (quatro) contratos do Pronaf Mulher, totalizando R\$ 9.997,92 de valor total contratado. A atividade comercial é a principal atividade econômica, representando 0,3% da população rural, com uma população total de 2.314 habitantes. Araguatins foi contemplado com 07 (sete) contratos do Pronaf Mulher, totalizando R\$ 33.943,37 de valor contratado. A economia predominante é o comércio, com 1,9% de população rural e uma população rural de 11.194 habitantes. O Sítio Novo do Tocantins registrou 13 (treze) contratos de pecuária, totalizando R\$ 93.242,73 de valor total contratado. A atividade econômica predominante é o comércio, embora a porcentagem de atividade agropecuária não tenha sido informada.

Na região de Miracema, Dois Irmãos do Tocantins é um município com economia predominante no comércio. A população rural do município é de 4.384 habitantes, sendo que 5,2% da atividade econômica voltam-se à agropecuária. O município recebeu 02 (dois) contratos do Pronaf Mulher, totalizando R\$ 19.609,50. Juarina está localizada na Microrregião de Miracema do Tocantins e possui, como principal atividade econômica o comércio. A população rural do município é de 1.198 habitantes, enquanto apenas 2,1% da atividade econômica estão relacionados à agropecuária. O município recebeu 03 (três) contratos do Pronaf Mulher, totalizando R\$ 60.231,00.

Dessa maneira, é possível notar que, apesar dos municípios estudados possuírem a contratação Pronaf Mulher, há uma grande variação na distribuição dos contratos entre os municípios e regiões, o que demonstra que há diferenças na procura por crédito rural e na capacidade dos agricultores de acessá-lo.

Ao examinar os dados em conjunto com a população rural e as atividades econômicas predominantes em cada região, nota-se que a região de Bico do Papagaio tem um grande número de contratos do Pronaf Mulher, o que pode estar ligado à grande presença da agropecuária na região. Na região de Araguaína, onde a população rural é reduzida, o número de contratos é reduzido e concentrado em poucos municípios.

Sendo assim, observa-se que os municípios com o maior número de contratos estão localizados nas microrregiões de Bico do Papagaio e Araguaína, que apresentam uma população rural significativa e uma atividade predominantemente voltada para a agropecuária.

Além disso, a atividade comercial também é relevante em todas as microrregiões analisadas, o que indica que as atividades econômicas não se limitam à agricultura e à pecuária.

A comparação do número de contratos do Pronaf Mulher com o percentual de atividade agropecuária no município mostra que, em geral, os municípios com mais contratos também têm uma porcentagem maior de atividades agropecuárias em comparação com outras atividades econômicas.

No entanto, existem exceções a essa tendência, como o município de Arapoema, que possui apenas um contrato do Pronaf na modalidade pecuária e uma atividade comercial predominante. Por outro lado, o município de Dois Irmãos do Tocantins, que apresenta uma elevada porcentagem de atividade agropecuária em relação a outras atividades, apresentou um número relativamente baixo de contratos do Pronaf Mulher.

Dessa forma, destaca-se que, nas áreas com maior concentração populacional rural, há um aumento significativo no número de contratos e no valor total contratado pelo Pronaf Mulher, o que indica que o programa está atingindo o seu público-alvo. Além disso, é perceptível a influência das atividades econômicas predominantes em cada região na aquisição de crédito, sendo que as atividades agrícolas e pecuárias são, geralmente, as que estão associadas a maiores contratos e montantes contratados. Em Dianópolis, região onde a agropecuária representa 2,2% do total, foram firmados 23 contratos, totalizando R\$ 57.500,00. Em Ponte Alta do Bom Jesus, município onde a atividade agropecuária representa 3% do total, foram celebrados 38 contratos, totalizando R\$ 95.000,00. Essas informações são úteis para orientar políticas públicas e investimentos em atividades produtivas nas regiões analisadas.

Outro fator que pode estar ligado à distribuição dos contratos do Pronaf Mulher é o PIB *per capita* e o IDHM dos municípios. Os municípios com índices mais elevado tendem a apresentar uma maior demanda por crédito rural e uma maior capacidade de acessá-lo, como é possível observar no Quadro 7.

Quadro 7 - Relação entre os municípios, o número de contratos do Pronaf Mulher, o montante contratado, a microrregião, IDHM, PIB per capita e Taxa de ocupação

Município	Contratos	Montante (R\$)	Microrregião	IDHM	PIB per capita	Taxa Ocupação
Arapoema	1	98.000,00	Araguaína	0,68	54.054,62	48,5
Buriti do Tocantins	4	9.997,92	Bico do Papagaio	0,627	10.205,91	5,2
Augustinópolis	3	46.203,76	Bico do Papagaio	0,67	15.516,46	10,3
Araguatins	7	33.943,37	Bico do Papagaio	0,631	12.880,85	6,3
Sítio Novo do Tocantins	13	93.242,73	Bico do Papagaio	0,604	12.678,94	9
Almas	2	5.000,00	Dianópolis	0,636	25.691,39	8,5
Dianópolis	23	57.500,00	Dianópolis	0,701	31.530,94	9,3
Novo Jardim	1	2.500,00	Dianópolis	0,596	13.435,71	9
Ponte Alta do Bom Jesus	38	95.000,00	Dianópolis	0,603	12.854,92	7,7
Taguatinga	2	5.000,00	Dianópolis	0,634	14.300,16	7,8
Juarina	3	60.231,00	Miracema do Tocantins	0,584	16.561,10	9,8
Dois Irmãos do Tocantins	2	19.609,50	Miracema do Tocantins	0,583	20.044,25	5,1

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Tocantins (2021).

Ao analisar os dados, nota-se uma grande variação na quantidade de contratos do Pronaf Mulher entre os municípios, sem uma tendência de uniformidade em relação aos outros indicadores. No entanto, observa-se que a Microrregião Bico do Papagaio tem um grande número de contratos Pronaf Mulher, com destaque para Sítio Novo do Tocantins, que possui a maior quantidade de contratos na lista. A região pode ser beneficiada com mais incentivos e apoio governamental para a inclusão e o empoderamento das mulheres rurais na agricultura. Salienta-se que, em cidades com IDHM mais elevado, como Dianópolis, há uma grande quantidade de contratos Pronaf Mulher. Isso sugere que a educação e a renda têm um impacto positivo na participação das mulheres na agricultura.

Dessa maneira, as regiões com maior IDHM e PIB *per capita*, geralmente, apresentam uma diversificação econômica maior e, conseqüentemente, uma maior oferta de emprego em setores não agrícolas. Isso pode ser explicado pelo menor número de trabalhadores rurais, o que resulta na diminuição do índice de contratação de crédito pelo Pronaf Mulher. Em contrapartida, regiões com menor IDHM e PIB *per capita* tendem a ter uma maior dependência das atividades

agrícolas e pecuárias, resultando numa maior demanda por crédito pelo Pronaf Mulher. Esses dados são relevantes para compreender como as diferentes características socioeconômicas das regiões podem influenciar a contratação de crédito pelo Pronaf Mulher e orientar políticas públicas para atender às necessidades das populações rurais dessas regiões, conforme demonstrado nos dados apresentados acima.

5.1 O perfil das beneficiárias do crédito rural do Tocantins

Com o objetivo de compreender e descrever as características das mulheres que receberam o programa de crédito rural Pronaf Mulher no Tocantins foram considerados diversos dados que dizem respeito às suas características demográficas, socioeconômicas e culturais.

Para tal, estabeleceu-se o perfil das mulheres rurais do estado do Tocantins, com base nas que contrataram o Pronaf Mulher, a partir da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)⁴⁷. A consulta foi realizada na sessão de pessoas físicas da Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo (SAF)⁴⁸, nos municípios onde ocorreu contratação do crédito rural "Pronaf Mulher". A partir disso, foram identificadas 1.908 emissões da DAP em todo o estado, revelando dados estatísticos e socioeconômicos mais aprofundados sobre as mulheres beneficiárias do crédito rural.

No Quadro 8 estão listados os municípios do estado do Tocantins que

⁴⁷ A Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (DAP) é o instrumento utilizado para identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas. A DAP é a porta de entrada do agricultor familiar às políticas públicas de incentivo à produção e geração de renda. Como uma identidade, o documento tem dados pessoais dos donos da terra, dados territoriais e produtivos do imóvel rural e da renda da família. Para acessar uma linha de crédito do Pronaf, por exemplo, é imprescindível a DAP, pois nela consta informações que darão segurança jurídica para as transações de financiamentos. Existem três modelos de DAP ao alcance dos agricultores familiares. São eles: DAP Principal, DAP Acessória e DAP Especial ou Jurídica. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/dap/modelos-grupos-e-status-da-dap>. Acesso em: 29 mar. de 2023. As DAPs emitidas podem, de forma automática, serem consultadas no "Extrato DAP" que está disponível no endereço eletrônico <http://smap14.mda.gov.br/extratodap/>. Acesso em: 21 de fev. 2023.

⁴⁸ Compete à Secretaria, como consta no Decreto nº 10.253, propor, normatizar, planejar, fomentar, orientar, coordenar, supervisionar e avaliar, no âmbito do Ministério da Agricultura, as atividades relacionadas com a agricultura familiar e os assentamentos da reforma agrária, o cooperativismo e o associativismo rural, a agricultura urbana e periurbana, o agroextrativismo e a infraestrutura para área rural no âmbito de projetos produtivos. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/secretaria-de-agricultura-familiar-e-cooperativismo>. Acesso em: 21 fev. de 2023.

assinaram contratos de crédito rural, bem como a quantidade de mulheres rurais em cada um deles e a DAP mais emitida para cada município mencionado.

Quadro 8 - O retrato da emissão da DAPs nos municípios que contrataram o Pronaf Mulher no estado do Tocantins

Município	Qt. Mulheres Rurais ⁴⁹	Nº. Contratos	DAP ⁵⁰ de maior emissão
Almas	1.908	2	O modelo 1.9.3 é exclusivo para identificar e qualificar as UFPR que tenham obtido renda bruta superior a R\$ 20 mil e inferior a R\$ 415 mil - grupo "V".
Araguatins	1.100	7	O modelo 1.9.3 é exclusivo para identificar e qualificar as UFPR que tenham obtido renda bruta superior a R\$ 20 mil e inferior a R\$ 415 mil - grupo "V".
Arapoema	2.045	1	O modelo 1.9.3 é exclusivo para identificar e qualificar as UFPR que tenham obtido renda bruta superior a R\$ 20 mil e inferior a R\$ 415 mil - grupo "V".
Augustinópolis	1.291	3	O modelo 1.7.2, Agricultores Familiares do Grupo B ⁵¹ .
Buriti do Tocantins	575	4	O modelo de DAP 1.9.2 é exclusivo para identificar e qualificar as UFPR que tenham obtido renda bruta de até R\$ 20 mil, nos últimos 12 meses e que antecedem a emissão da DAP, - grupo "B".
Dianópolis	1.170	23	O modelo de DAP 1.9.2 é exclusivo para identificar e qualificar as UFPR que tenham obtido renda bruta de até R\$ 20 mil, nos últimos 12 meses e que antecedem a emissão da DAP, - grupo "B".
Dois Irmãos do Tocantins	677	2	Demais Agricultores Familiares / O modelo 1.9.3 é exclusivo para identificar e qualificar as UFPR

⁴⁹ Dados constantes no Perfil Socioeconômico Municipal (Tocantins, 2021).

⁵⁰ Os modelos, grupos e *status* da DAP encontram-se no Ministério da Agricultura e Pecuária (Brasil, 2019).

⁵¹ No Ministério da Agricultura e Pecuária consta que a DAP classifica os agricultores familiares em quatro grupos, de acordo com critérios de renda e de acesso a políticas públicas: **Grupo "A"**: agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); **Grupo "B"**: agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 23 mil; **Grupo "A/C"**: agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que (1) tenham contratado a primeira operação no Grupo "A" e (2) não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo "A/C" e o Grupo "V": agricultores familiares com renda familiar anual de até R\$ 415 mil. (Brasil, 2019).

			que tenham obtido renda bruta superior a R\$ 20 mil e inferior a R\$ 415 mil - grupo "V".
Juarina	304	3	O modelo 1.9.3 é exclusivo para identificar e qualificar as UFPR que tenham obtido renda bruta superior a R\$ 20 mil e inferior a R\$ 415 mil - grupo "V".
Novo Jardim	895	1	O mod. 1.7.1 Agricultores Familiares do Grupo A e A/C.
Ponte Alta do Bom Jesus	1.857	38	O modelo de DAP 1.9.2 é exclusivo para identificar e qualificar as UFPR que tenham obtido renda bruta de até R\$ 20 mil, nos últimos 12 meses e que antecedem a emissão da DAP, - grupo "B".
Sítio Novo do Tocantins	5.160	13	O modelo 1.7.2, Agricultores Familiares do Grupo B.
Taguatinga	517	2	O modelo de DAP 1.9.2 é exclusivo para identificar e qualificar as UFPR que tenham obtido renda bruta de até R\$ 20 mil, nos últimos 12 meses e que antecedem a emissão da DAP, - grupo "B".
TOTAL	17.499		

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Banco Central do Brasil (2018)⁵², INCRA (2018), Brasil (2023) e Tocantins (2021).

Os dados apresentados no Quadro 8 nos permitem chegar a algumas conclusões. Em primeiro lugar, os diferentes modelos de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAPs) estão diretamente relacionados à identificação e caracterização das mulheres rurais no estado do Tocantins. Esses modelos de DAP são utilizados para emitir documentos que comprovem a aptidão das produtoras rurais para acessar programas de crédito rural, como o Pronaf Mulher, o que contribui para o desenvolvimento da agricultura familiar no estado do Tocantins.

Ainda é possível estabelecer uma relação entre a DAP mais requisitada e o perfil das beneficiárias do Pronaf Mulher. Os dados apresentados indicam que Sítio Novo do Tocantins foi a cidade com o maior número de mulheres rurais que contrataram o Pronaf Mulher, totalizando 5.160 mulheres e 13 (treze) contratos. Nessa cidade, a DAP mais solicitada foi a 1.9.2, que tem como objetivo identificar e

⁵² Dados extraídos dos seguintes relatórios: Quantidade e Valor dos Contratos por Fonte de Recursos e UF. Período de Janeiro de 2013/dezembro de 2018, extraído em 22 mar. 2018; Quantidade e Valor dos Contratos por Município. Período de Janeiro de 2013/dezembro de 2018, extraídos em 22 mar. de 2018. Fonte: Banco Central do Brasil (BCB) – Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop), Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (Sicor).

qualificar as Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA)⁵³ que obtiveram renda bruta de até R\$ 20 mil nos últimos 12 meses, o que indica que a maioria dessas mulheres pertence ao Grupo B do Pronaf, ou seja, tem renda bruta anual entre R\$ 20 mil e R\$ 360 mil.

Nos municípios de Arapoema e Dois Irmãos do Tocantins, onde houve apenas um contrato do Pronaf Mulher, a DAP mais contratada foi a 1.9.3, voltada para as agricultoras com renda bruta superior a R\$ 20 mil e inferior a R\$ 415 mil. Isso indica que as mulheres que contrataram o Pronaf Mulher, nessas cidades, podem pertencer ao Grupo A ou A/C do Pronaf, com renda bruta anual naquela faixa.

Essas informações demonstram a relevância das DAPs na identificação e qualificação das mulheres rurais beneficiadas pelo Pronaf Mulher, permitindo um direcionamento adequado dos recursos e apoio financeiro de acordo com o perfil e as necessidades específicas das agricultoras no estado do Tocantins.

5.2 As dimensões e fatores que impulsionaram ou inibiram o empoderamento das mulheres beneficiárias do crédito

O empoderamento feminino é uma questão crucial para a promoção da igualdade de gênero e para o desenvolvimento sustentável em todas as sociedades. No Tocantins, as mulheres rurais têm acesso a programas de crédito, sobretudo o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) Mulher, sendo uma estratégia importante para o empoderamento econômico e social dessas mulheres.

No entanto, para compreender de forma adequada os efeitos do Pronaf Mulher sobre o empoderamento feminino, é necessário analisar as dimensões e fatores que impulsionaram ou inibiram esse processo no estado. Portanto, é importante examinar a forma como as mulheres rurais se beneficiaram do crédito e quais são os efeitos desse acesso sobre sua autonomia financeira, tomada de decisão, participação política e representação social. Além disso, é relevante identificar os desafios e limitações enfrentados pelas mulheres na obtenção de

⁵³ As políticas públicas direcionadas à agricultura familiar deverão considerar a Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA), os empreendimentos familiares rurais, as formas associativas de organização da agricultura familiar e o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) (Brasil, 2021).

crédito e na gestão dos recursos, como as barreiras culturais, de gênero e de acesso a dados e serviços financeiros. Dessa forma, pode-se obter dados relevantes para melhorar as políticas de crédito e incentivar o empoderamento das mulheres rurais no Tocantins.

Com isso em vista, foram realizadas entrevistas com algumas mulheres de comunidades rurais do estado do Tocantins. Esses encontros ocorreram em dois momentos distintos: no mês de junho de 2021, na "Comunidade Vale Verde", por meio de um Roteiro de Entrevista composto por 30 questões, sendo 5 para traçar o perfil da entrevistada, 9 para avaliar o crédito rural e 16 para analisar o processo de empoderamento das beneficiárias; entrevistaram-se 09 (nove) mulheres nesta comunidade; e no mês de fevereiro de 2022, na "Comunidade Três Lagoas", localizada no município de São Valério da Natividade, microrregião do estado do Tocantins, Dianópolis, entrevistaram-se 03 (três) mulheres utilizando-se a metodologia oral. O objetivo dessa etapa da pesquisa foi analisar as dimensões e fatores que impulsionaram ou inibiram o empoderamento das mulheres beneficiárias do crédito rural na região.

O empoderamento é um processo multidimensional que envolve aspectos políticos, sociais, econômicos e psicológicos das pessoas. Dessa forma, as dimensões do empoderamento feminino podem ser compreendidas sob diferentes perspectivas, tais como: a participação e a liderança política das mulheres, a melhoria das condições socioeconômicas, o acesso a recursos e informações, a autonomia e a autoestima, dentre outros.

Para prosseguirmos com a análise, faremos um resgate das teorias do empoderamento, as quais foram apresentadas no Capítulo 2, e estão sintetizadas no Quadro 9, a seguir.

Quadro 9 - As Teorias do Empoderamento - dimensões e fatores

Teoria	Autor	Dimensão	Fatores impulsionadores
Capacidades	Amartya Sen	Expansão das capacidades; Liberdade de escolha.	Poupança suficiente e renda; redes de relações sociais, desenvolvimento do conhecimento, informação, confiança e autoestima, reforço das competências e desenvolvimento de liderança.
Emancipação	Naila Kabeer	Acesso a recursos econômicos; Participação política; Autonomia; Visibilidade social.	
Multidimensional	Martha Nussbaum	Econômica; Política; Social; Psicológica.	

Capacitação	Robert Chambers	Econômica; Cognitiva; Política; Social.	Fatores inibidores Responsabilidades domésticas, opressão, dependência econômica, falta de apoio, falta de formação, falta de uma participação maior.
Lugar de Fala	Michel Foucault	Posição social; Representação; Intersecção de diferentes identidades; Participação; Diversidade de vozes; Contexto histórico e social.	

Fonte: Chambers (1994); Sen (2000); Foucault (2008), Kabeer (1999); Martelo (2003) e Nussbaum (2012).

Dessa forma, iniciaremos a análise procurando esses elementos nas falas das entrevistadas. Em relação à comunidade “Vale Verde”, algumas mulheres entrevistadas revelaram que ainda enfrentam dificuldades para obter acesso ao crédito rural e às ações de capacitação e formação. Elas enfatizaram a falta de conhecimento sobre os programas disponíveis, bem como a burocracia e os requisitos necessários para a obtenção do crédito. Além disso, relataram que, em muitos casos, são excluídas dos espaços de diálogo e articulação comunitária, o que limita suas oportunidades de participação e influência nas decisões locais. Essas mulheres enfatizaram a necessidade de políticas públicas mais inclusivas e acessíveis, que levem em conta as necessidades e demandas das mulheres rurais.

Dona Júlia⁵⁴ nos disse que:

"Eu nunca ouvi falar nesse tal de Pronaf Mulher. Eu já tentei conseguir crédito no banco algumas vezes, mas nunca consegui. Eles sempre pedem uma série de documentos e garantias que eu não tenho. É difícil para nós mulheres, ainda mais para as que são sozinhas como eu, cuidando dos filhos e da casa. A gente acaba ficando sem opção".

A fala da Dona Júlia revela a dificuldade enfrentada para obter crédito devido à exigência de documentos e garantias, o que é uma questão de relevância para a acessibilidade econômica e social. Não há menção explícita aos fatores que impulsionam ou inibem o empoderamento feminino. Contudo, infere-se a presença de alguns desses fatores a partir de sua fala. A dificuldade em obter crédito devido à falta de documentos e garantias pode ser considerada um fator que impede o empoderamento econômico. Além disso, a sobrecarga de responsabilidades domésticas e a falta de apoio também são fatores que inibem o empoderamento feminino. Por outro lado, a procura por informações e conhecimento sobre

⁵⁴ Júlia Alves, moradora da Comunidade Vale Verde. Entrevista com autorização para a publicidade das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

programas, como o Pronaf Mulher, é visto como um fator que estimula o empoderamento feminino.

A Dona Maria⁵⁵, por sua vez, relatou que já contratou o Pronaf, mas não tem certeza de que poderá ser beneficiada pelo da linha específica para mulheres, uma vez que trabalha com o plantio de mandioca:

"Eu até já ouvi falar desse tal Pronaf Mulher, mas não sei bem como funciona e nem por onde começar para acessá-lo. Eu gostaria muito de ter mais informações sobre isso, porque eu sei que ter esse crédito pode ajudar bastante na minha produção e nos meus negócios".

Na fala, identifica-se a dimensão proposta por Amartya Sen (2000) sobre a acessibilidade econômica e social. A mulher menciona o Pronaf Mulher como uma oportunidade de acesso ao crédito para aumentar a produção e os negócios, mas aponta a falta de informações e conhecimento sobre como acessá-lo. Isso demonstra que a falta de informação e acesso a recursos pode ser um fator inibidor do empoderamento feminino.

A vontade das mulheres em obter informações sobre o Pronaf Mulher e acessá-lo para obter crédito é um fator que demonstra sua determinação em aprimorar a sua produção e negócios, destacando que elas têm consciência de suas capacidades e desejam expandir seus negócios. Contudo, um dos fatores que dificultam a utilização do Pronaf Mulher é justamente a falta de informação disponível para que possam acessar o crédito. Esse problema pode ser causado pela falta de políticas públicas voltadas para a informação e o acesso a recursos financeiros pelas mulheres, bem como pela falta de comunicação e divulgação sobre essas iniciativas.

Outro fator que pode dificultar a sua decisão em relação aos seus negócios é a falta de apoio social e familiar. Isso pode ser consequência de uma cultura patriarcal que ainda permanece em diversas sociedades, na qual as mulheres são consideradas incapazes de administrar negócios e finanças.

Na comunidade, conversamos também com a Dona Maria José⁵⁶, que nos relatou que trabalha no posto de saúde há 38 anos; é negra; tem o ensino médio e metade de sua renda é proveniente das atividades exercidas na comunidade. Ela

⁵⁵ Maria Oliveira, moradora da Comunidade Vale Verde. Entrevista com autorização para a publicidade das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

⁵⁶ Maria José Fernandes, moradora da Comunidade Vale Verde. Entrevista com autorização para a publicidade das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

disse que:

"Eu nunca tive a chance de acessar o crédito rural ou participar de capacitações. Isso limita muito a minha produção e a minha capacidade de competir no mercado. Além disso, muitas vezes me sinto isolada e sem apoio para enfrentar os desafios do dia a dia. Seria muito importante ter mais espaços de diálogo e articulação comunitária para que pudéssemos nos unir e buscar soluções juntas".

Na fala da entrevistada, há várias dimensões preconizadas pelos autores mencionados no Quadro 9. A falta de acesso ao crédito rural e à capacitação limita a capacidade produtiva das mulheres, o que está relacionado à dimensão de acessibilidade econômica e social proposta por Amartya Sen (2000). A falta de apoio para lidar com os desafios do dia a dia e a necessidade de espaços de diálogo e articulação comunitária estão relacionados à dimensão de participação e representação política preconizada por Martha Nussbaum (2012). Além disso, a sensação de isolamento e a necessidade de buscar soluções em conjunto estão intimamente relacionadas à dimensão de participação e representação política, bem como à dimensão de capacitação e educação proposta pelos autores.

Ademais, são percebidos os fatores que dificultam o empoderamento feminino, como a falta de acesso a crédito rural e capacitações, além da sensação de isolamento e falta de apoio para enfrentar os desafios do dia a dia. A identificação do Pronaf Mulher como uma forma de obter crédito para aumentar a produção e os negócios mostra um fator que estimula o empoderamento feminino. Além disso, a procura por espaços de diálogo e articulação comunitária para buscar soluções em conjunto também pode ser considerada um fator que incentiva esse empoderamento.

Por meio de suas falas, as mulheres entrevistadas na Comunidade Vale Verde demonstraram algumas dimensões do empoderamento que estão presentes ou ausentes em suas experiências de busca pelo crédito. A primeira dimensão é o acesso a recursos econômicos, que compreende o acesso ao crédito e a possibilidade de investir em sua produção e negócios. Elas relataram dificuldades para obter crédito, devido à exigência de documentos e garantias que elas não possuem. Além do mais, algumas mulheres não conhecem o Pronaf Mulher, programa de crédito voltado para mulheres rurais, e não sabem como acessá-lo. Essa dificuldade para ter acesso a recursos financeiros limita suas capacidades de

competir no mercado e aumenta suas vulnerabilidades econômicas.

Outra dimensão do empoderamento que pode ser identificada é a capacitação e o conhecimento técnico. As mulheres da comunidade relataram que nunca tiveram a oportunidade de participar de capacitações, o que também prejudica a sua produção e capacidade de competir no mercado. O domínio técnico é crucial para a melhoria da qualidade e eficiência da produção, além de reduzir custos e aumentar a rentabilidade. A falta de capacitação também pode resultar em isolamento e dificuldades para lidar com os desafios do dia a dia.

Uma das dimensões mais importante do empoderamento é a participação em espaços de diálogo e articulação comunitária. Essas mulheres relataram se sentirem solitárias e sem apoio para lidar com problemas do dia a dia. A falta de espaços de diálogo e articulação comunitária limita suas capacidades de unir forças e encontrar soluções em conjunto para problemas comuns.

Dessa forma, os fatores que estimulam ou impedem o empoderamento dessas mulheres estão ligados à falta de recursos financeiros e à capacitação técnica, bem como à falta de espaços de diálogo e articulação comunitária. Esses fatores contribuem para a vulnerabilidade econômica e social, dificultando a capacidade das mulheres de competir no mercado e enfrentar desafios do dia a dia. Por outro lado, a existência de programas de crédito para mulheres rurais, como o Pronaf Mulher, pode ser um fator que incentive o empoderamento, desde que haja informação e acesso a esse programa. Uma alternativa seria a criação de espaços de diálogo e articulação comunitária, que pode ser um fator que estimula o empoderamento, permitindo que as mulheres se unam e busquem soluções para seus problemas de forma conjunta.

Todavia, na microrregião de Dianópolis, o município de São Valério da Natividade, a Comunidade Três Lagoas apresentou um cenário um pouco diferente. As mulheres entrevistadas nesta comunidade já haviam acessado o crédito rural "Pronaf Mulher" e tinham percepções diferentes sobre a experiência.

Dona Rosário⁵⁷ é proprietária de mercearia na comunidade e nos relatou sua experiência com o recurso do Pronaf Mulher. Segundo ela, adquiriu o recurso em 2015 e cumpriu o pagamento integral do crédito:

⁵⁷ Maria Rosário Pereira Lopes, moradora da Comunidade Três Lagoas. Entrevista com autorização para a publicidade das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

“Eu nunca imaginei que conseguiria acessar um crédito rural, ainda mais sendo uma senhora de mais de 55 anos e com pouca escola. Mas graças ao Pronaf Mulher, pude investir na minha venda, comprando produtos e comprei até mesmo uma vaca. Além disso, consegui ajudar meu filho que estava passando por dificuldades financeiras. Esse dinheiro realmente mudou minha vida e sou muito grata por ter tido essa oportunidade”.

A análise da fala revela uma variedade de dimensões de empoderamento feminino preconizadas pelos autores mencionados. O Pronaf Mulher proporcionou à mulher em questão maior capacidade de escolha, permitindo que ela tomasse decisões e agisse para alcançar seus objetivos e necessidades, o que é fundamental para o empoderamento, de acordo com Amartya Sen (2000). Investir nas atividades da roça e comercializar seus produtos na cidade melhorou a situação financeira da mulher, um aspecto relevante do empoderamento econômico, de acordo com Naila Kabeer (1999). O crédito também permitiu que a mulher tivesse mais opções de escolhas e crescimento pessoal, aspectos que, de acordo com Martha Nussbaum (2012), favoreceram o empoderamento feminino. A fala também indica que o Pronaf Mulher proporcionou à dona Rosário uma maior participação na vida econômica e social de sua comunidade, um aspecto importante do empoderamento participativo, de acordo com Robert Chambers (1994). Ela, por fim, teve mais controle sobre sua própria vida e recursos, o que é fundamental para o empoderamento subjetivo, segundo Michel Foucault (2008).

Observou-se, também, que a contratação do Pronaf Mulher foi um fator que contribuiu para ampliação do acesso ao crédito rural e investimento em seu empreendimento. Isso mostra que iniciativas voltadas para o empoderamento feminino, como o Pronaf Mulher, podem oferecer oportunidades para mulheres que antes não tinham acesso a recursos financeiros.

Outro fator que estimula a busca por essa oportunidade é a determinação e perseverança da mulher em buscar essa oportunidade, apesar de se sentir desencorajada pela sua idade e deficiência escolar. Esse dado mostra que as mulheres têm a capacidade e o desejo de administrar os seus próprios negócios, mesmo em condições adversas.

Contudo, um dos fatores que podem ser considerados impeditivos é a falta de acesso a informações e recursos para as mulheres, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Isso pode dificultar suas capacidades

de desenvolverem os seus negócios e melhorarem sua qualidade de vida.

Além disso, a cultura patriarcal, ainda presente em muitas sociedades, pode desencorajar as mulheres da busca por oportunidades de empreendedorismo e gerenciamento financeiro, especialmente aquelas que estão acima de certa idade ou têm níveis educacionais mais baixos.

Dona Zenai⁵⁸ relatou que reside na comunidade, mas seus dois filhos fazem faculdade em outro município. Ela disse que o dinheiro do Pronaf Mulher ajudou a manter algumas atividades da roça, como a criação de aves e suínos, que foram comercializados na cidade.

“O Pronaf Mulher foi uma grande oportunidade para mim e para minha família. Mesmo vivendo na comunidade, meus dois filhos estudam em outro município e isso gera muitos gastos. Com o dinheiro do crédito, pude investir nas atividades da roça, como a criação de aves e suínos, e assim, conseguir comercializar esses produtos na cidade. Isso fez uma grande diferença para nós e nos permitiu manter as despesas da família em dia. Sou muito grata por ter tido acesso a esse crédito”.

A dimensão econômica é evidente, uma vez que o acesso ao crédito permitiu que ela investisse em sua atividade produtiva, gerando renda suficiente para sustentar a família. O empoderamento social também foi favorecido: a mulher pode comercializar seus produtos na cidade e se tornar uma empreendedora mais ativa na comunidade. Na dimensão política, o acesso ao crédito favoreceu o desenvolvimento de maior autonomia em relação às suas decisões financeiras e diminuindo a dependência de outros recursos externos. E, a dimensão cultural também ficou clara, visto que a mulher pode desenvolver e fortalecer suas tradições culturais, como a criação de animais na roça, e transmiti-las para suas gerações futuras.

No que diz a respeito à Dona Zenai, a disponibilidade do Pronaf Mulher foi um fator que a ajudou a ter mais acesso a crédito para investir em suas atividades agrícolas e comercializar seus produtos na cidade. Isso reforça a proposta de que iniciativas voltadas para o empoderamento feminino podem favorecer oportunidades para mulheres que, antes, não tinham acesso a recursos financeiros.

Outro fator que pode ser considerado impulsionador é a capacidade empreendedora da mulher em buscar alternativas para aumentar sua renda e

⁵⁸ Zenai Souza Gonçalves, moradora da Comunidade Três Lagoas. Entrevista com autorização para a publicidade das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

sustentar a família, mostrando que as mulheres são capazes de influenciar de forma efetiva a mudança em suas comunidades, sem se importar com as circunstâncias.

Contudo, um fator que pode dificultar é a falta de acesso a recursos e informações sobre iniciativas de empoderamento feminino, especialmente em áreas rurais e distantes dos centros urbanos, inibindo a capacidade das mulheres de investirem em seus negócios e melhorar sua qualidade de vida.

Além disso, a ausência de apoio social e familiar pode ser um fator inibidor significativo, pois as mulheres frequentemente enfrentam pressões para se dedicarem exclusivamente aos cuidados domésticos e à família, sem terem oportunidades de buscar alternativas para aumentar a renda e melhorar sua situação financeira.

Ainda, tivemos a oportunidade de entrevistar Dona Isaura⁵⁹, uma mulher aposentada e viúva, que reside na comunidade, com um neto. Ela nos disse que conseguiu o crédito com a ajuda de sua filha e, com o dinheiro, comprou um pequeno plantel de animais para sua propriedade. Dona Isaura mantém-se a partir da venda dos animais, além do dinheiro da aposentadoria.

“Foi graças ao Pronaf Mulher que eu pude investir na criação de mais animais e garantir uma renda extra para mim e para o meu neto. Eu sou aposentada e viúva, e viver apenas com a minha aposentadoria era difícil. Com a ajuda da minha filha, consegui acessar o crédito e, hoje, consigo viver da venda dos animais além do dinheiro da minha aposentadoria. Só tenho a agradecer por essa oportunidade que o Pronaf Mulher me deu”.

Assim como na fala das outras duas entrevistadas, aqui também estão presentes algumas formas de empoderamento propostas pelos autores mencionados. Amartya Sen (2000) ressalta que a liberdade e as oportunidades são fundamentais para o empoderamento. Nessa fala, percebe-se que D. Isaura teve a oportunidade de acessar o Pronaf Mulher e investir na criação de animais, o que lhe permitiu obter uma renda extra e melhorar sua qualidade de vida. Dessa forma, as iniciativas voltadas ao empoderamento feminino, como o acesso ao Pronaf Mulher e a oportunidade de investir na criação de animais, oferecem às mulheres a oportunidade de obter uma renda extra e melhorar a qualidade de vida. Essas oportunidades demonstram a relevância da liberdade das oportunidades como elementos fundamentais para o empoderamento, destacado por Amartya Sen.

⁵⁹ Isaura Souza Gonçalves, moradora da Comunidade Três Lagoas. Entrevista com autorização para a publicidade das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Assim, fica evidente que essas iniciativas oferecem às mulheres que foram excluídas do acesso a recursos financeiros a oportunidade de transformarem suas vidas por meio do empoderamento.

Naila Kabeer (1999) enfatiza a relevância da capacidade de tomar decisões e da autonomia como aspectos fundamentais do empoderamento. A mulher demonstra que buscou alternativas para aumentar a renda, mesmo com as dificuldades de ser aposentada e viúva.

Martha Nussbaum (2012) salienta a relevância da igualdade e da justiça como elementos fundamentais do empoderamento. Na fala de D. Isaura, nota-se que o Pronaf Mulher ofereceu uma oportunidade de acesso a recursos financeiros para uma mulher que, anteriormente, não tinha essa possibilidade, o que pode contribuir para diminuir as desigualdades de gênero e promover uma distribuição mais justa de recursos.

Por sua vez, Robert Chambers (1994) enfatiza a importância da participação e do envolvimento das pessoas no processo de desenvolvimento como elementos fundamentais do empoderamento. Na conversa, a entrevistada demonstra ter conseguido o crédito com a ajuda da filha, indicando que a família e a rede de apoio social são importantes para permitir o empoderamento das mulheres.

Michel Foucault (2008) destaca a poder da conscientização e da capacidade de resistência como elementos fundamentais do empoderamento. A mulher demonstra, na narrativa, que foi capaz de buscar soluções para melhorar sua situação financeira, mesmo diante das dificuldades e limitações que enfrentava, demonstrando que ela teve a capacidade de resistir e buscar mudanças em sua vida.

Outro fator que pode ser considerado um fator impulsionador é a capacidade empreendedora da mulher em buscar alternativas para aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida, apesar das dificuldades enfrentadas por ser aposentada e viúva. Isso comprova o quanto as mulheres podem ser agentes ativos de mudança em suas vidas, independente das circunstâncias.

No entanto, a falta de conhecimento e recursos adequados é um obstáculo para o progresso e a autossuficiência das mulheres, limitando suas oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Essa limitação as impede de buscar alternativas para melhorar suas condições financeiras e de vida, comprometendo seu empoderamento e a sua capacidade de transformação. É crucial combater essa

falta de recursos e conhecimento, proporcionando às mulheres ferramentas necessárias para superar esses obstáculos e alcançar sua plena autonomia e independência.

A análise dos relatos revela que o empoderamento feminino é composto por várias dimensões, como a econômica, a social, a política e a cultural. A experiência demonstrada por D. Isaura⁶⁰ evidencia a importância em se ter acesso ao Pronaf Mulher e investir em sua atividade produtiva, aumentando sua renda e autonomia econômica. Ela também demonstrou capacidade de iniciativa e tomou decisões importantes para melhorar sua qualidade de vida, o que é fundamental para o empoderamento, de acordo com Amartya Sen (2000) e Naila Kabeer (1999).

Dona Isaura desenvolveu suas tradições culturais e se tornou mais ativa em sua comunidade, mostrando uma dimensão cultural do empoderamento, como mais independência financeira. Dentre os fatores impulsionadores, destacam-se a existência do Pronaf Mulher e a capacidade empreendedora da mulher.

Por outro lado, a falta de acesso a recursos e informações e a falta de apoio social e familiar podem dificultar o processo de empoderamento feminino, especialmente em áreas rurais.

Sendo assim, é importante investir em iniciativas que ofereçam oportunidades e apoio às mulheres, especialmente aquelas mais idosas e com pouca instrução, para que elas possam ter acesso a recursos e informações e se tornem agentes ativos de mudança em suas vidas. A análise conclui que as dimensões do empoderamento enfatizadas pelos autores estão presentes nas falas e que é necessário superar os fatores que impedem o empoderamento feminino.

5.3 Elementos do processo de empoderamento das mulheres rurais por regiões do estado do Tocantins

O empoderamento das mulheres rurais é cada vez mais relevante na luta por igualdade de gênero e desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, o acesso a recursos financeiros, como o crédito rural, é indispensável para que as mulheres possam investir em suas atividades econômicas e, dessa forma, fortalecerem sua autonomia e poder de decisão.

⁶⁰ Isaura Souza Gonçalves, moradora da Comunidade Três Lagoas. Entrevista com autorização para a publicidade das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Neste estudo, foram analisados os elementos que compõem o processo de empoderamento das mulheres rurais em diferentes regiões do estado do Tocantins, que tiveram acesso ou não ao crédito rural. O objetivo era identificar as diferenças entre as mulheres que têm acesso a recursos financeiros e as que não têm, a fim de propor soluções que possam contribuir para o empoderamento das mulheres rurais em todo o estado.

Ressalta-se que o desenvolvimento das mulheres rurais é um processo complexo que envolve diversos fatores, inclusive o acesso a recursos financeiros. No Tocantins, muitas mulheres rurais enfrentam dificuldades para obter crédito rural e outros recursos financeiros para investir em suas atividades econômicas. Dessa forma, isso pode limitar suas oportunidades de crescimento e desenvolvimento, assim como sua capacidade de contribuir para o crescimento sustentável de suas comunidades.

"Eu gostaria de ter acesso ao crédito rural para investir em minha plantação e aumentar minha renda, mas não sei como fazer isso", disse D. Júlia⁶¹ da Comunidade Vale Verde.

Dona Maria José⁶² relata:

"Eu tentei obter crédito rural, mas as condições são muito restritivas e os documentos necessários são muito complicados de obter, conheço outras mulheres rurais de outra cidade que conseguiram pegar o crédito e melhor a vida da sua família".

Na Comunidade de Três Lagoas, D. Rosário⁶³ e D. Zenai⁶⁴ relataram a relevância ao acesso do crédito: *"Acredito que o acesso ao crédito rural pode ajudar a melhorar as condições de vida das mulheres rurais e contribuir para o desenvolvimento de nossas comunidades"; "É importante que haja mais informação e capacitação sobre como acessar recursos financeiros para as mulheres rurais, especialmente aquelas que têm baixa escolaridade ou vivem em lugares mais distantes".*

⁶¹ Júlia Alves, moradora da Comunidade Vale Verde. Entrevista com autorização para a publicidade das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

⁶² Maria José Fernandes, moradora da Comunidade Vale Verde. Entrevista com autorização para a publicidade das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

⁶³ Maria Rosário Pereira Lopes, moradora da Comunidade Três Lagoas. Entrevista com autorização para a publicidade das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

⁶⁴ Zenai Souza Gonçalves, moradora da Comunidade Três Lagoas. Entrevista com autorização para a publicidade das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Essas mulheres tocantinenses apontam para alguns elementos que podem ser fundamentais para o processo de empoderamento feminino, especialmente aquelas que conseguiram acessar o crédito rural. Dentre eles, destacam-se o acesso a dados e capacitação sobre como obter recursos financeiros, a simplificação dos procedimentos para obter crédito rural, o acesso a uma rede de apoio e o aumento da renda e da autonomia para tomar decisões sobre as atividades econômicas.

Esses elementos podem contribuir para o empoderamento individual e coletivo das mulheres rurais, reforçando as suas capacidades e promovendo um ambiente mais inclusivo e equitativo em suas comunidades. Ademais, o fortalecimento das comunidades rurais pode favorecer o crescimento sustentável do Tocantins, estimulando a inclusão socioeconômica e diminuindo as diferenças de gênero.

No entanto, é importante salientar que esses elementos variam de acordo com as condições socioeconômicas específicas de cada região e comunidade rural do Tocantins. Dessa forma, é crucial que as políticas e programas de empoderamento das mulheres rurais levem em consideração essas nuances, promovendo uma abordagem mais contextualizada e efetiva para o desenvolvimento sustentável em todo o estado.

A promoção do empoderamento das mulheres rurais no estado do Tocantins pode ser promovida por meio de diversos elementos, conforme apontado por diferentes teorias. A teoria das Capacidades, defendida por Amartya Sen (2000), enfatiza a relevância de se aumentar as capacidades individuais e coletivas para incentivar o empoderamento das pessoas. No que diz respeito às mulheres rurais do Tocantins, o acesso a informações, capacitação e recursos financeiros favorece o aumento na sua capacidade de empoderamento.

A Emancipação é outra teoria que pode ser aplicada, criada por Naila Kabeer (1999). Ela enfatiza a importância de se libertar as pessoas de todas as formas de opressão e dominação, permitindo que elas assumam o controle de suas vidas. Entre as mulheres rurais do Tocantins, o acesso ao crédito rural e a outros recursos financeiros pode permitir que elas assumam o controle de suas atividades econômicas e promovam seu empoderamento.

Martha Nussbaum (2012) desenvolveu a teoria Multidimensional, que enfatiza a relevância em se abordar o empoderamento de maneira ampla e abrangente,

considerando diversos aspectos da vida das pessoas. No Tocantins, o crédito rural e outros recursos financeiros ajudam as mulheres a se empoderar, e concomitantemente, podem ter impactos positivos em outras áreas, como saúde, educação e participação social.

Dessa maneira, é possível concluir que a promoção do empoderamento das mulheres rurais do Tocantins requer uma abordagem ampla e abrangente, capaz de considerar diversos aspectos de suas vidas e necessidades. A disseminação de informações, capacitação, recursos financeiros e a ampliação das capacidades individuais e coletivas são elementos cruciais para promover o empoderamento dessas mulheres, permitindo com que elas assumam o controle de suas vidas e se tornem agentes de mudanças em suas comunidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política de crédito Pronaf Mulher tem se mostrado uma ação relevante para o empoderamento das mulheres rurais no Brasil. Ao incentivar o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, essa política proporciona a igualdade de gênero e o empoderamento, além de melhorias nas dimensões econômico-social, pessoal, social e política, reconhecimento perante o Estado, a família e a sociedade, aumentando a sua autonomia e exercendo a cidadania.

Dessa forma, o objetivo desta pesquisa foi analisar a eficácia dessa política de crédito no estado do Tocantins, no período de 2013 a 2020. Buscou-se identificar o perfil das beneficiárias do crédito rural Pronaf no estado do Tocantins, compreender se o objetivo da linha de crédito Pronaf foi alcançado na promoção do desenvolvimento feminino nas regiões do estado e compreender o processo de empoderamento junto às mulheres que receberam o crédito rural Pronaf.

Com a análise de documentos, foi possível identificar em quais regiões do estado houve contratação de crédito rural, os valores pagos e o perfil das mulheres beneficiárias. Os dados mostram que a maior parte das contratações ocorreu na pecuária e no investimento em infraestrutura, por mulheres agricultoras assentadas pelo Programa Nacional de Reforma Agrária e Beneficiárias do Programa Nacional e Crédito Fundiário.

Durante o desenvolvimento da pesquisa, houve uma mudança na metodologia para a coleta de dados, pois a pandemia impediu que as entrevistas presenciais com as beneficiárias fossem realizadas. Assim, tentou-se coletar os dados por meio de Google Formulário e contatos telefônicos com líderes de associações rurais.

Apesar disso, as entrevistas presenciais foram realizadas usando a metodologia de História Oral nos anos de 2021 e 2022. Os resultados da pesquisa revelaram uma série de desafios a serem enfrentados para tornar o acesso ao crédito mais democrático e equitativo, especialmente para mulheres que enfrentam dificuldades tecnológicas e de acesso à informação. Isso porque as falas dessas mulheres demonstram a relevância do acesso a informações, capacitação e recursos financeiros para o fortalecimento das capacidades individuais e coletivas.

A falta de informação é apontada por diversas mulheres como um fator relevante e negativo para a realização de suas atividades econômicas. Destacam a

necessidade de acesso a dados sobre as tendências de mercado, tecnologias e técnicas agrícolas, além de informações sobre seus direitos e políticas públicas destinadas às mulheres rurais.

A capacitação é outra necessidade importante para essas mulheres. A maioria das entrevistadas relatou que não teve acesso à formação profissional e que gostariam de adquirir mais conhecimento sobre gestão financeira, administração de negócios e liderança. A educação nesses campos pode aumentar suas capacidades individuais e coletivas, permitindo que elas assumam um papel mais ativo em suas atividades econômicas e nas suas comunidades.

O acesso a recursos financeiros é uma ferramenta importante para o empoderamento econômico das mulheres rurais do Tocantins. Todavia, elas relatam a dificuldade de obter crédito e recursos financeiros para investir em suas atividades econômicas. A oferta de linhas de crédito específicas para mulheres rurais, com taxas de juros e condições acessíveis, pode contribuir para que elas assumam o controle de suas atividades econômicas e aumentem sua renda.

Sendo assim, ao incentivar o empoderamento dessas mulheres, é importante considerar não somente suas necessidades financeiras, mas também sua saúde, educação e participação social. As mulheres rurais do Tocantins têm capacidade para se empoderar e transformar suas comunidades, tornando-se agentes de mudança e lideranças em suas regiões. O empoderamento feminino requer uma abordagem ampla e abrangente, que leve em conta seus diversos aspectos de vida e necessidades, sendo capaz de apoiá-las em seu processo de transformação pessoal e social.

A promoção do empoderamento das mulheres rurais deve estar alinhada com a política de incentivo e acesso, tendo em vista a teoria do lugar de fala. É importante considerar que as mulheres rurais têm experiências e perspectivas únicas, e que devem ter voz nas decisões que afetam suas vidas. O empoderamento das mulheres rurais é uma forma de aumentar o poder das suas vozes e permitir que elas influenciem as políticas públicas que as afetam.

A teoria do lugar de fala (Foucault, 2008) é relevante quando se trata de incentivar o empoderamento feminino nas áreas rurais do Tocantins. Essa teoria reconhece que cada um tem uma experiência única e particular, a qual é influenciada pela sua identidade e posição na sociedade, demonstrando que as mulheres rurais do Tocantins têm uma perspectiva única da sua realidade e do que

é necessário para incentivar o seu empoderamento.

Considerando a teoria do lugar de fala, é relevante que sejam criados espaços para que essas mulheres possam expressar suas necessidades e desafios, além de serem ouvidas e valorizadas. Isso implica em assegurar que as mulheres rurais do Tocantins tenham acesso a espaços de diálogo e participação em decisões políticas e econômicas que afetam suas vidas e suas comunidades. Também é fundamental que essas mulheres sejam capacitadas e empoderadas para exercer uma liderança efetiva nas suas comunidades, reconhecendo suas próprias capacidades e habilidades.

A política de incentivo, aliada à política de acesso, é uma forma de assegurar que as mulheres rurais do Tocantins tenham as ferramentas necessárias para promover seu próprio empoderamento. Essas políticas estão relacionadas, pois ambas têm como objetivo promover a inclusão e a igualdade de oportunidades para determinados grupos ou setores da sociedade.

Uma das metas da política de acesso é assegurar que todos tenham acesso a bens e serviços essenciais, como educação, saúde e habitação. A política de incentivo tem como objetivo incentivar o crescimento econômico e social, através de medidas fiscais, financeiras, regulatórias e de investimento que visam aumentar a competitividade e a inovação. Ambas asseguram o acesso a bens e serviços essenciais, contribuindo para a capacitação de pessoas tornando-as mais competitivas e inovadoras.

Ao incentivar o crescimento econômico e social, as políticas de incentivo podem criar mais oportunidades e recursos para assegurar o acesso a bens e serviços essenciais para todos. Contudo, é importante que essas políticas sejam desenvolvidas de forma participativa, tendo em vista as necessidades específicas das mulheres rurais do Tocantins e reconhecendo sua importância como agentes de mudança em suas comunidades.

Dessa forma, para o empoderamento das mulheres rurais do Tocantins e para o desenvolvimento socioeconômico do estado, é fundamental a implementação de políticas de incentivo e de acesso ao Pronaf Mulher, que levem em consideração a Teoria do Lugar de Fala, com o objetivo de promover a inclusão econômica e social dessas mulheres, assegurando-lhes a capacidade de expressar suas opiniões e serem ouvidas.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Cinthia. Valorização dos direitos de mulheres rurais é pauta de encontro com a participação da defensoria. **Defensoria Pública do Estado do Tocantins**, Palmas, 03 dez. 2021, 14:02. Disponível em: <https://www.defensoria.to.def.br/noticia/50854-valorizacao-dos-direitos-de-mulheres-rurais-e-pauta-de-encontro-com-participacao-da-defensoria>. Acesso em: 21 fev. 2022.
- AGARWAL, Bina. **A field of one's own: gender and land rights in South Asia**. Cambridge University Press, 1994.
- AGÊNCIA DO RÁDIO. **BRASIL: Governo Federal lança Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020**. Brasília, DF, 31 maio 2017, 21:31. Disponível em: <https://brasil61.com/noticias/brasil-governo-federal-lanca-plano-safra-da-agricultura-familiar-2017-2020-pran170559>. Acesso em: 27 abr. 2022.
- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3 ed. Revisada atual. Rio de Janeiro: FGV, 2013.
- ALMEIDA, Magdalena Maria de. História oral e formalidades metodológicas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 11., 2012, Rio de Janeiro. **Anais[...]**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012. Disponível em: https://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1332442488_ARQUIVO_ABHOHistoriaoraleformalidadesmetodologicas.pdf. Acesso em: 27 mar. 2023.
- ALVES, Maria Cristina Santos de Oliveira. A importância da história oral como metodologia de pesquisa. *In*: SEMANA DE HISTÓRIA DO PONTAL, 4.; ENCONTRO DE ENSINO DE HISTÓRIA, 3., 2016, Ituitaba, MG. **Anais [...]**. Ituitaba, MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2016. Disponível em: mariacristinasantosdeoliveiraalves.pdf (ufu.br). Acesso em: 02 jul. 2023.
- ANDRADE, Neide Aparecida Riza. **O empoderamento feminino sob a perspectiva de mulheres do meio rural que participam da feira do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar na Cidade de Ituiutaba-MG**. 2021. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/34166>. Acesso em: 02 jul. 2023.
- BACEN. Banco Central do Brasil. **Institucional**. 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/institucional>. Acesso em: 10 jan. 2020
- BATLIWALA, Srilatha. The meaning of women's empowerment: new concepts from action. *In*: SEN, Gita; GERMAIN, Adrienne; CHEN, Lincoln C. (orgs.). **Population policies reconsidered: health, empowerment and rights**. Boston: Haward Universtity Press, 1994, p. 127-138.
- BENIGNO, Gabriel Oliveria Loiola; VIEIRA, Diego Mota; OLIVEIRA, Jessica Eloisa de. Desigualdade de gênero nos estados brasileiros e análise dos *stakeholders* do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. **Revista Administração Pública**, v. 55,

n. 2, mar./ abr. 2021. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/0034-761220190398>. Acesso em: 6 jun. 2023.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Abrindo a caixa preta**: o financiamento da agricultura familiar no Brasil. 2003. 227 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/293005>. Acesso em: 06 jun. 2023.

BNDES. Banco Nacional do Desenvolvimento. **Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. 2023. Disponível em:
<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 22 jan. de 2023.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, 159 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Presidente anuncia Plano Safra 2023/2024 com financiamento de R\$ 364,22 bilhões. **MAPA**, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/presidente-anuncia-plano-safra-2023-2024>. Acesso em: 16 jul. de 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Safra 2021-2022**: mais tecnologia, menos juros. Brasília: MAPA, 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. **Modelos, Grupos e Status da DAP**. Brasília, DF, 06 set. 2019, 11:31. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/mda/dap/modelos-grupos-e-status-da-dap>. Acesso em: 21 fev. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em:
<https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2020.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2009/2010**: mais agricultura familiar para os brasileiros. (Cartilha). MDA. Programa Nacional da Agricultura Familiar. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2008/2009: mais alimentos**. (Cartilha). MDA. Programa Nacional da Agricultura Familiar. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2007/2008**: desenvolvimento e inclusão social colhidos juntos. (Cartilha). MDA. Programa Nacional da Agricultura Familiar. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2006/2007**. 2006.

BRASIL. **Avaliação do Plano Plurianual do Ministério do Desenvolvimento**

Agrário. Brasília. 2005. (Relatório)

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Safra da Agricultura Familiar 2005/2006:** R\$ 9 bilhões de reais para agricultura familiar. (Cartilha). MDA. Programa Nacional da Agricultura Familiar. 2005a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Manual do Plano Safra para Agricultura Familiar – 2004/2005.** (Cartilha). Programa Nacional da Agricultura Familiar. 2004.

BRASIL. **Lei nº 10.186, de 12 de fevereiro de 2001.**

Dispõe sobre a realização de contratos de financiamento do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e de projetos de estruturação dos assentados e colonos nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária, aprovados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, bem como dos beneficiários do Fundo de Terras e da Reforma Agrária - Banco da Terra, com risco para o Tesouro Nacional ou para os Fundos Constitucionais das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10186.htm. Acesso em: 27 abr. 2023.

BRITO, Marisa de Sousa. **Políticas públicas para a agricultura familiar: análise do Pronaf nas comunidade de Balsas – Maranhão.** Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Palmas, 2020. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2352>. Acesso em: 23 maio 2023.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani Marisa. O papel dos mediadores no acesso das mulheres do Pronaf Mulher. **Revista Antropológicas**, v. 23, n. 1, p. 89-112, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/view/23746/19392>. Acesso em: 23 abr. 2023.

BUTTO, Andréa; FARIA, Nalu; HORA, Karla; DANTAS, Conceição; NOBRE, Miriam (orgs.). **Mulheres rurais e autonomia:** formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 132 p.

BUTTO, Andréa; HORA, Karla Emmanuela R. Mulheres e Reforma Agrária no Brasil. *In:* BUTTO, Andréa; LOPES, Adriana L. (orgs.). **Mulheres na Reforma Agrária:** a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008, p. 19-38. Disponível em: https://arca.furg.br/images/stories/producao/mulheres_na_reforma_agraria.pdf. Acesso em: 23 abr. 2023.

BUTTO, Andréa. **Situação das mulheres trabalhadoras rurais e as políticas públicas no Brasil.** *In:* BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul. Brasília: NEAD. 2006, p. 46-116.

CALADO, Camila; SILVA, Valéria. Agricultura, gênero e reprodução social: Modos de vida das mulheres rurais em contextos de expansão do agronegócio. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 79–107, 2020. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27532. Acesso em: 15 jul. 2022.

CALDERÓN BACA, Vilma; PEREIRA BERMUDEZ, Jhosmar Miguel. **Microcreditos y el empoderamiento socioeconómico de la mujer de zonas rurales**: financiera Credinka agencia Anta – región Cusco- periodo 2015-2016. Universidad Nacional de San Antonio Abad Del Cusco. 2016. Monografía (Graduação em Administração) – Universidad Nacional de San Antonio Abad del Cusco, Peru. 2016. Disponível em: <https://renati.sunedu.gob.pe/handle/sunedu/2691674>. Acesso em: 28 maio 2023.

CARMO, Jânio Gomes do; CLEMENTE, Evandro Cesar. A contribuição do Pronaf para o desenvolvimento rural: uma análise dos seus efeitos e desdobramentos para os assentados rurais nos municípios de Teodoro Sampaio e Caiuá – SP. **Revista Tamoios**, São Gonçalo – RJ, v. 14, n.1, p. 31-50, jan./ jun. 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/tamoios/article/view/32171>. Acesso em: 28 maio 2023.

CARVELLI, Cláudia da Luz; ALMEIDA, Aline Thainá da Silva. **Relatório Técnico 657 - R486**. A contabilidade como ferramenta gerencial em pequenas propriedades rurais: Projeto de Assentamento Vale Verde em Gurupi – Tocantins . Centro Universitário UnirG, Gurupi - Tocantins, 2011.

CARVELLI, Cláudia da Luz; PARENTE, Temis Gomes. O Pronaf Mulher no empoderamento das mulheres assentadas na região Sul do Tocantins. *In: O PRONAF MULHER NO EMPODERAMENTO DAS MULHERES ASSENTADAS NA REGIÃO SUL DO TOCANTINS*, 11.; *WOMEN'S WORLDS CONGRESS*, 13., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**, Florianópolis: UFSC, 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1495545360_ARQUIVO_MM_FGClaudiaL.Carvelli.pdf. Acesso em: 06 jun. 2023.

CARVELLI, Cláudia da Luz; SANTOS, Moacir José dos. Efetivação das políticas públicas no assentamento rural Vale Verde. **Revista Cereus**, Gurupi, v.8, n.2, p. 63-82, maio/ ago. 2016. Disponível em: <http://ojs.unirg.edu.br/index.php/1/article/view/1096/444>. Acesso em: 28 mai. 2023.

CHAMBERS, Robert. Participatory Rural Appraisal (PRA): Challenges, Potentials and Paradigm. **World Development**, v. 22, n.10, p. 1437-154, 1994. Disponível em: <http://sergiorosendo.pbworks.com/f/Chambers%2Bon%2Bthe%2Bchallenges%2Band%2Bpotential%2Bof%2BPRA.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2022.

COELHO, Leonardo. Poder do Estado: papel e conceitos. **Politize!**, Florianópolis, 27 maio 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/poder-do-estado/>. Acesso em: 06 jun. 2023.

COLLINS, Patrícia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n.1, p. 99-127, jan./ abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/MZ8tzzsGrvmFTKFqr6GLVMn/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 12 set. 2017.

COLLIS, Jills; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em Administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DEERE, Carmen Diana. Objetivos de desenvolvimento sustentável, igualdade de gênero e a distribuição de terra na América Latina. Dossiê Desenvolvimento, Poder, Gênero e Feminismo. **Cadernos Pagu**, n. 52, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/R8fNrVJ5VTcwb4NVdCkNV5q/abstract/?lang=pt#> . Acesso em: 22 jan. 2023.

DEERE, Carmen Diana; LÉON, Magdalena. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

DELGADO. Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidade. **Revista História Oral**, n. 6, p. 9-25, 2003. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/62>. Acesso em: 10 fev. 2020.

DEUS, Elmiro de. Governo do Tocantins destaca protagonismo da mulheres no agronegócio tocantinense. **Governo do Tocantins**, 08 mar. 2023, 11:17. Disponível em: <https://www.to.gov.br/noticias/governo-do-tocantins-destaca-protagonismo-das-mulheres-no-agronegocio-tocantinense/2wpvqf7qkk4l>. Acesso em: 02 jul. 2023.

DIAS, Maria Odília Leite da Silva. Teoria e Método dos Estudos Feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. **Uma questão de Gênero**. Rio de Janeiro, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

DINIZ, Débora; GEBARA, Ivone. **Esperança feminista**. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

DUARTE, Ana Maria Timbó. **Mulheres na reforma agrária e políticas de crédito**: avaliação do Pronaf Mulher em assentamentos de Monsenhor Tabosa-CE . 2010. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas) – Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2532/3/2010_Dis_ATDuarte.pdf. Acesso em: 8 jul. de 2023.

FAO NO BRASIL. **Novo relatório da FAO**: igualdade para mulheres em sistemas agroalimentares pode acabar com a insegurança alimentar de 45 milhões de pessoas. 13 abr. 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1636863/>. Acesso em: 06 jun. 2023.

FEBRACE. Feira Brasileira de Ciências e Engenharia. **O que é o Diário de Bordo?** [S. l.], 2021. Disponível em <http://febrace.org.br/projetos/diario-de-bordo/>. Acesso em: 04 abr. 2019.

FILIPAK, Alexandra; SAPIENSA, Larissa; ALEIXO, Sany Spínola. A política de crédito rural e a autonomia econômica das mulheres: um estudo de caso do Pronaf

Mulher. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2012, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2012. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373460399_ARQUIVO_FazendoGenero10AlexandraFilipak2.pdf. Acesso em: 04 abr. 2022.

FREITAS, Sônia Maria de. **História oral**: possibilidades e procedimentos. 2. ed. São Paulo: Humanitas, 2006. Disponível em: <http://www.memoria-historia.com.br/artigos%20e%20textos/historia-oral.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2022.

FORMAÇÃO com mulheres rurais: estratégias para efetivação de políticas públicas de gênero no campo. *Sempreviva Organização Feminista*. São Paulo: SOF, 2006. 192 p.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução: Raquel Ramallete. 35. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GAMA, José Batista da. **O Pronaf e o Programa de Aquisição de Alimentos**: instrumentos de desenvolvimento da agricultura familiar no município de Petrolina-PE. 2008. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008. Disponível em: <https://www.novos cursos.ufv.br/posgrad/ufv/posextensaorural/www/wp-content/uploads/2012/02/Jos%C3%A9-Batista-da-Gama.pdf>. Acesso em: 25 set. 2021.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sérgio. As duas “caras” do Pronaf: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? *In*: CONGRESSO SOBER, 18, 2005. **Anais[...]**, Ribeirão Preto, SP, 2005.

GONZALEZ, Leila. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984. p. 223-243. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 25 set. 2021.

GUANZIROLI, Carlos. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 45, n. 2, p. 301-328, abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/HQCrZnGyMHfPZ6NSpGw5Xhk/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. de 2023.

GUBERT, Flávia Piccinin Paz; HANZEN, Márcia; RECALCATTI, Jonas Felipe; COLTRE, Sandra Maria. Empoderamento Feminino na Agricultura Familiar. **Revista Fitos**, Rio de Janeiro, n.14, p. 23-30, 2020. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/44961/flavia_piccinin_paz_et_all.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em: 14 jan. de 2022.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, [S. l.], n. 8, p. 1–28, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i8.1443. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443>. Acesso em: 15 jul. 2022.

HERNÁNDEZ, Carmen Osorio. **Política de crédito rural com perspectiva de gênero**: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais? 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16405/000696957.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 14 jan. 2022.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Agricultura, Pecuária e Outros**. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria.html>. Acesso em: 22 fev. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 31 out. 2020.

INCRA, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/assentamentos.html>. Acesso em: 24 jun. 2020.

KABBER, Naila. The conditions and consequences of choice: reflections on the measurement of women’s empowerment. **United Nations Research Institute for Social Development Discussion Paper**, n. 108, ago. 1999. Disponível em: <https://www.files.ethz.ch/isn/28994/dp108.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2022.

KABBER, Naila. **Revered Relities: Gender Roles, Social Relations: The Political Sub-Text of Gender Training**. Institute of Development Studies, Sussex (Discussion Paper), 1994.

LAGARDE, Marcela. El género: la perspectiva de género. In: LAGARDE, Marcela. **Género y feminismo: desarrollo humano y democracia**. Espanha: Ed. Horas y Horas, 1996, p. 13-38.

LEÓN, Magdalena. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundos em los estudios de género. **La Ventana**, n. 13, p. 94-106, 2001. Disponível em: <http://148.202.18.157/sitios/publicacionesite/ppperiod/laventan/Ventana13/ventana13-4.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2023.

LIMA, Elida Lourenço de. **Uma análise do perfil das rendeiras de Pesqueira - PE que utilizam microcrédito como subsídio**. 2015. 63 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/4420>. Acesso em: 25 jan. 2023.

LIMA, Leopoldo Oliveira de; MEDEIROS, Marcos Barros de; SILVA, Maria José Ramos. Identificação das dificuldades de acesso ao Pronf pelos agricultores familiares no nordeste brasileiro. **Extramuros**, Petrolina, v. 7, n. 2, p. 06-25, 2019.

Disponível em:

<https://www.periodicos.univasf.edu.br/index.php/extramuros/article/view/1015/744>.

Acesso em: 25 jan. 2023.

LORDE, Audre. Os usos da raiva: mulheres respondendo ao racismo. **Portal Geledés**, 19 maio 2013. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/os-usos-da-raiva-mulheres-respondendo-ao-racismo/>. Acesso em: 28 set. 2017.

MANÉ, Binto. **Os dilemas da consolidação de segurança alimentar e nutricional nas zonas rurais da Guiné-Bissau**: o papel do PMA no fortalecimento da segurança alimentar das populações rurais, especialmente das mulheres. 2021. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Instituto de Humanidades e Letras dos Malês dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/xmlui/handle/123456789/2470>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MARTELO, Emma Zapata. **Microfinanzas y empoderamiento de las mujeres rurales**. Plaza y Valdés, México, 2003.

MASSOTE, Vinícius Assis. **Complexidade econômica, pobreza multidimensional e instabilidade macroeconômica no Brasil**: uma investigação para os estados brasileiros. 2022. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2022. Disponível em: https://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/15169/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O_ComplexidadeEcon%c3%b4micaPobreza.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. Anais do Museu Paulista: **História e Cultura Material**, v. 13, n. 1, p. 133-174, jan. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/anaismp/a/fGFrcB87WgdfKt8QDkrBvvh/?lang=pt#>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MELLO, Myriam Marta Soares de. **Avaliação das mulheres agricultoras sobre os efeitos do PRONAF nas suas condições de vida**. 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa – MG, 2017. Disponível em: <https://locus.ufv.br//handle/123456789/11631>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. Mulheres rurais – invisíveis e mal remuneradas. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Gênero, agricultura familiar e reforma agrária no Mercosul**. Brasília: MDA, p. 46-87, 2006. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/bitstream/handle/11324/19339/CDBR17069093p.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Um encontro com as fontes em História Oral.

Estudos Ibero-Americanos, [S. l.], v. 32, n. 1, 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1304>. Acesso em: 15 jul. 2022.

MOSEDALE, Sarah. Assessing women's empowerment: towards a conceptual framework. **Journal of International Development**. v. 17, n. 2, p. 243-257, 2005. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1002/jid.1212>. Acesso em: 23 mar. 2022.

MOTTER, Kiara Zancanaro. **Avaliação da eficiência do Pronaf B e seus resultados na qualidade de vida em Minas Gerais**. 2013. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG. 2013. Disponível em: <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/1985/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2022.

MOURA, Nayara Aparecida de; SANTOS, Simone Maria dos. O Feminismo de primeira onda no interior de Minas Gerais pelas mãos de Maria de Lourdes Teixeira. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru-PE, v.1, n. 2, maio/ ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/debatesinsubmissos/article/view/237093>. Acesso em: 14 jul. 2022.

MUNARETTO, Lorimar Francisco; CORRÊA, Hamilton Luiz; CUNHA, Júlio Araújo Carneiro da. Um estudo sobre as características do Método Delphi e do Grupo Focal, como técnicas na obtenção de dados em pesquisas exploratórias. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**, Santa Maria, v. 6, n.1, p. 9-24, jan./mar, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reaufsm/article/download/6243/pdf/41467>. Acesso em: 23 mar. 2022.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Mulheres quilombolas destacam-se com produção agrícola sustentável no Tocantins**. 22 out. 2019. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/84450-mulheres-quilombolas-destacam-se-com-produ%C3%A7%C3%A3o-agr%C3%ADcola-sustent%C3%A1vel-no-tocantins>. Acesso em: 16 jul. de 2023.

NAKAMURA, Mariany Toriyama; CRIPPA, Gilulla. Fontes orais e o método de análise fotográfica oral: perspectivas de atuação do profissional da informação. **Discursos Fotográficos**, [S. l.], v. 6, n. 9, p. 77-101, 2010. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/6635>. Acesso em: 23 mar. 2023.

NERI, Marcelo. **Mapa da Nova Pobreza**. Rio de Janeiro, RJ: FGV Social, jun. 2022. Disponível em: https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/Texto-MapaNovaPobreza_Marcelo_Neri_FGV_Social.pdf. Acesso em: 25 jan. de 2023.

NASCIMENTO, Renan Loureiro Xavier; SOUZA, Camilo Cavalcante de; OLIVEIRA, Marcos Antonio das Neves de. **Caderno de Caracterização Estado do Tocantins – Área de Gestão Estratégica**. Brasília, DF: Codevasf, 2021. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/acesso-a-informacao/institucional/biblioteca-geral-do-rocha/publicacoes/outras-publicacoes/caderno-de-caracterizacao-estado-do->

tocantins.pdf. Acesso em: 25 jan. 2023.

NUSSBAUM, Martha. **Las mujeres y el desarrollo humano el enfoque de las capacidades**. Barcelona: Herder editorial, 2012.

OLIVEIRA, Munique Daniela Maia; PARENTE, Temis Gomes. O processo de (des)empoderamento das mulheres na Associação dos Artesãos de Porto Nacional. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 12-26, jan./ abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/30009>. Acesso em: 11 jul. 2022.

OLIVEIRA, Nilton Marques de; PIFFER, Moacir; STRASSBURG, Udo. O Indicador de Desenvolvimento Regional no Território do Tocantins. **Interações**, Campo Grande/MS, v. 20, n.1, p.3-20, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/TKSrGtkYJSMQjGZYQsQ9pVp/?format=pdf>. Acesso em: 11 jul. 2022.

OLIVEIRA, Nilton Marques de. **Desenvolvimento regional e territorial do Tocantins**. Palmas,TO: EDUFT, 2019. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1295>. Acesso em: 11 jul. 2022.

ONU. **Mulheres Rurais**. [S. l.], 19 abr. 2018. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/noticias/mulheresrurais-mulheres-com-direitos-retorna-com-novos-parceiros-e-atividades/>. Acesso: 09 abr. 2019.

ONU Mulheres Brasil. **Empresas**. [S. l.], 2017. Disponível em: onumulheres.org.br/referencias/principios-empoderamento-das-mulheres. Acesso em: 19 jan. de 2022.

PARENTE, Temis Gomes; COELHO, Eliene Campelo. Microcrédito e (des)empoderamento das mulheres beneficiárias no Banco do Povo em Palmas /TO. **Revista Observatório**, [S. l.], v. 5, n. 2, p. 480-512, 2019. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/6274>. Acesso em: 14 jul. 2022.

PARENTE, Temis Gomes; GUERRERO, Olaya Fernández. O desempoderamento das mulheres dos reassentamentos rurais em Porto Nacional (TO, Brasil). **História Oral**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 173-197, 2012. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/237>. Acesso em: 14 jul. 2022.

PATAI, Daphne. **História oral, feminismo e política**. São Paulo: Letras e Voz, 2010.

PATINO, Cecilia Maria; FERREIRA, Juliana Carvalho. Critérios de inclusão e exclusão em estudos de pesquisa: definições e por que eles importam. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, v. 44, n. 2, p. 84-84, mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/jbpneu/a/LV6rLNpPZsVFZ7mBqzjXkXD/?lang=pt#>. Acesso em: 14 jul. 2022.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PORTELLI, Alessandro. **The death of Luigi Trastulli and other stories: form and meaning in oral history.** Albany: State University of New York Press, 1997.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala.** Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Marluce Côrrea. Os desafios das mulheres no agro. **Agromulher**, [S. l.], 05 fev. 2021. Disponível em: <https://portal.agromulher.com.br/os-desafios-das-mulheres-no-agro/>. Acesso em: 06 jun. 2023.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Rearticulando gênero e classe social.** In: COST, Albertina; BRUSCHINNI, Cristina (orgs.). Uma questão de gênero. São Paulo: Rosa dos Tempos. Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215.

SANTOS, Cleonice Elias dos. **O crédito rural para as mulheres do semiárido no norte-mineiro: um estudo do Pronaf no município de Porteirinha/MG, no período de 2005 a 2018.** 2020. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território) – Universidade Federal de Minas Gerais, Montes Claros, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/36394>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SANTOS, Jacinto Pereira; PEREIRA, Shara Emanuella Alves de Souza; VERONESE, Elizabeth Steagall Mariano; IZARIAS, Luan Gervazio. Uso de imagens dos satélites CBERS 2 e IRS P6 para identificação e quantificação de áreas desmatadas no município de Gurupi –TO. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 15., 2011, Curitiba. **Anais [...].** Curitiba: INPE, 2011, p. 2863-2869. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/268417712_Uso_de_Imagens_dos_satelites_CBERS_2_e_IRS_P6_para_identificacao_e_quantificacao_de_areas_desmatadas_no_municipio_de_Gurupi_-TO. Acesso em: 28 mai. 2023.

SANTOS, Jeany Castro dos. **“O olho que tudo vê”:** uma análise do corpo e da cidade na perspectiva de gênero em Palmas - TO. 2021. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/3571/1/Jeany%20Castro%20dos%20Santos%20-%20Disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2022.

SAMBUICHE, Regina Helena Rosa; KAMINSK, Ricardo; PERIN, Gabriela; MOURA, Iracema Ferreira de; JANUÁRIO, Elisângela Sanches; MENDONÇA, Danilo Barros; ALMEIDA, Ana Flávia Cordeiro de. Programa de Aquisição de Alimentos e Segurança Alimentar: modelo lógico, resultados e desafios de uma política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar. **Texto para Discussão.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília; Rio de Janeiro: Ipea, jun. 2019. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9319/1/TD_2482.pdf. Acesso em: 23 jan. de 2023.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antonio; MATTEI, Lauro Francisco. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 12-41, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5729/572966561004/572966561004.pdf> . Acesso em: 14 jul. 2022.

SCOTT, Joan Wallach. Os usos e abusos do gênero. Tradução: Ana Carolina Eiras Coelho Soares. **Projeto História** , São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/15018>. Acesso em: 14 jul. 2022.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. Família escola e mídia: um campo com novas configurações. **Educação e Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 107-116, jan./jun. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/SRCvv4JKqZHgjNLVNYrFwYF/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SEAGRO Secretaria da Agricultura e Pecuária. **Agricultura Familiar**. [2002?]. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seagro/agricultura-familiar/6da2iujvhgjl>. Acesso em: 25 jan. 2023.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta; Revisão técnica: Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Alessandra Maria da. **O Pronaf como meio de empoderamento da mulher rural – uma análise da participação feminina e da influência da mediação no estado do Espírito Santo**. 2019. Tese (Doutorado em Produção Vegetal) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes – RJ 2019. Disponível em: <https://uenf.br/posgraduacao/producao-vegetal/wp-content/uploads/sites/10/2019/07/Tese-Alessandra-Maria-da-Silva.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2023.

SILVA, Aleksander Bôvo; OLIVEIRA, Nilton Marques; ALVES, Erisvaldo Oliveira. Mensuração dos Indicadores Sociais e Econômicos da Microrregião do Bico do Papagaio – TO. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v. 15, n. 38, p. 200-216, maio/ago. de 2021. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/actageo/article/view/5569>. Acesso em: 26 jan. 2023.

SIMANGO, Adelino Francisco. **Impactos da segurança de posse de terra na produtividade dos pequenos agricultores em Moçambique**. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia Agrária) – Faculdade de Agronomia e Engenharia Florestal, Universidade Eduardo Mondlane, 2018. Disponível em: <http://www.repositorio.uem.mz/bitstream/258/198/1/2018%20-%20Simango%2C%20Adelino%20Francisco.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2023.

SIQUEIRA, Ana Elizabeth Souza Silveira de; SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Empoderamento de Mulheres Agricultoras: possibilidades e limites de um Projeto de Desenvolvimento rural no Seminário Baiano. *In*: REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES GÊNERO – REDOR, 18., 2014, Recife. **Anais [...]**. Recife: Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014. p. 3773-3783. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/2240/879>. Acesso em: 21 fev. 2022.

SOARES, Mariah; OLIVEIRA, Raquel. Agronegócio tocantinense conta com a persistência e a determinação de mulheres rurais de sucesso. **Governo do Tocantins**. 04 mar. 2020, 17:13. Disponível: <https://www.to.gov.br/noticias/agronegocio-tocantinense-conta-com-a-persistencia-e-a-determinacao-de-mulheres-rurais-de-sucesso/5klqs59lj1qk>. Acesso em: 21 fev. 2022.

SOUSA, Diego Neves de; SOUSA, Michele Silva Costa; RODRIGUES, Waldecy. Análise das políticas públicas para a agricultura familiar: o que tem feito o governo do Tocantins? **DESAFIOS** - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins, [S. l.], v. 7, n. 4, p. 3-15, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/8764>. Acesso em: 15 jul. 2022.

SPANEVELLO, Rosani Marisa; FAGUNDES, Caroline Casa; MATTE, Alessandra; BOSCARDIN, Mariele. Contribuições do acesso ao crédito rural: uma análise entre mulheres no norte do Rio Grande do Sul. **Revista Grifos**, v. 30, n. 51, p. 2012-235, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5729/572966561012/html/>. Acesso em: 23 jan. de 2023.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAVARES, Darlene Mara dos Santos; MATIAS, Thaís Gabriela Cruz; FERREIRA, Pollyana Cristina dos Santos; PEGORARI, Maycon Sousa; NASCIMENTO, Janaina Santos; PAIVA, Mariana Mapelli de. Qualidade de vida e autoestima de idosos na comunidade. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, v. 21, n. 11, p. 3357- 3564, nov. 2016, Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/CxVzN3sV5tZnBWM6kQrp5hH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 jul. 2022.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e histórias das mulheres**. Dourados, MS: UFGD, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/1051/1/alguns-apontamentos-sobre-historia-oral-genero-e-historia-das-mulheres-losandro-antonio-teseschi.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e da Modernização da Gestão Pública. **Atlas do Tocantins**: subsídios ao Planejamento da Gestão Territorial. Palmas, 2012. Disponível em: http://zoneamento.sefaz.to.gov.br/TO_AtlasTocantins2012_1/Atlas_do_Tocantins_20

12.pdf. Acesso em: 08 mar. de 2019.

TOCANTINS. Secretaria de Planejamento e Orçamento. **Perfil Socioeconômico Municipal**. 2021. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seplan/versao-2021/5k0ko4wx6z7b>. Acesso em: 12 fev. 2023.

UFMG. Biblioteca Prof. Lydio Machado Bandeira de Mello. **O que é pesquisa documental?** [S. l.], 03 jun. 2021. Disponível em: <https://biblio.direito.ufmg.br/?p=5114#:~:text=A%20pesquisa%20documental%20%C3%A9%20um,rico%20complemento%20%C3%A0%20pesquisa%20bibliogr%C3%A1fica>. Acesso em: 27 jun. 2022.

VENERA, Raquel Alvarenga Sena; SILVEIRA, Juliana Kunz. Jovens histórias de vida: a produção de subjetividades juvenis a partir de experiências no mundo do trabalho. *In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL*, 8., 2015, Joinville. **Anais [...]**. Joinville, SC: UNIVILLE, 2015, p. 195-206. Disponível em: http://www.historiaoral.org.br/resources/download/1445975336_ARQUIVO_ANAISE_VENTONOVO.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

VERGARA, Roberta Mara de Oliveira; FONSECA, Samuel Ferreira da; OLIVEIRA, Nilton Marques. Região Imediata de Dianópolis - Tocantins: interpretando suas atividades produtivas. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 14, n. 01, p. 47 – 68, abr. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/57702>. Acesso em: 28 jun. 2023.

VIANNA, Márcio de Albuquerque. **A agricultura familiar em Seropédica-RJ: gestão social, participação e articulação dos atores do polo de conhecimento local em agropecuária**. 2017. 226 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2017. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/handle/jspui/4551>. Acesso em: 28 jun. 2023.

WRITZL, Darlan Nei. **Distribuição de recursos do PRONAF: análise a partir de indicadores socioeconômicos e características do meio rural gaúcho**. 2021. Monografia (Bacharel em Administração) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo, 2021. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4738>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ZAPATA, Emma. **Microfinanzas y empoderamiento de las mujeres rurales**. México: Plaza y Valdés, 2003.

ZORZI, Analisa. **Uma análise crítica da noção de empoderamento com base no acesso das agricultoras ao Pronaf-Mulher em Ijuí-RS**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/15005>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ANEXO A – Comprovante de Cadastro da pesquisa na Plataforma Brasil**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: A POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL PRONAF MULHER: EMPODERAMENTO E/OU DESEMPODERAMENTO DAS MULHERES DO ESTADO DO TOCANTINS BENEFICIÁRIAS DO CRÉDITO DOS ANOS DE 2013 À 2019

Pesquisador: Cláudia da Luz Carvelli

Área Temática:

Versão: 4

CAAE: 39772620.8.0000.5518

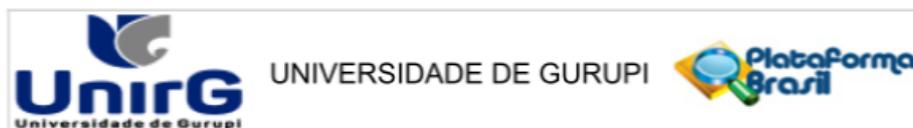
Instituição Proponente: Fundação UNIRG/ Faculdade UNIRG

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.444.652

ANEXO B – Parecer do CEP aprovando a pesquisa



Continuação do Parecer: 4.444.652

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1652815.pdf	03/12/2020 15:49:06		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLECLAUDIACARVELLI.pdf	03/12/2020 15:48:39	Cláudia da Luz Carvelli	Aceito
Folha de Rosto	FRCLAUDIA.pdf	26/11/2020 19:36:49	Cláudia da Luz Carvelli	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	CEPCLAUDIACARVELLI.pdf	25/11/2020 20:26:52	Cláudia da Luz Carvelli	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

GURUPI, 07 de Dezembro de 2020

Assinado por:
Vinicius Lopes Marinho
 (Coordenador(a))

ANEXO C – Roteiro da Entrevista

1. Município que reside
2. Escolaridade
3. Contratação do crédito Pronaf
4. Renda antes da contratação do crédito rural
5. Renda depois da contratação do crédito rural
6. Linha de crédito do crédito rural Pronaf
7. Situação da residência antes da contratação do crédito rural
8. Acesso as instituições de crédito
9. Acesso aos serviços, centros de saúde, mídia, instituições de treinamento, etc
10. Como teve conhecimento do crédito rural
11. Finalidade para aquisição do crédito rural
12. Idade quando acesso o crédito rural
13. Condições familiares quando da contratação do crédito rural
14. Atuação na comunidade em que vive
15. Benefícios com a contratação do crédito rural
16. Tem controle e acesso ao crédito rural
17. Acredita que houve mudanças em seu comportamento
18. Participa da tomada de decisões na comunidade que vive
19. Se sente capaz de influenciar as tomadas de decisões da comunidade e na família
20. Prática de esportes, cuidados com o corpo
21. Mudanças na vida com possibilidades de futuro melhor
22. Sente liberdade após a contratação do crédito rural

ANEXO D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezada Senhora, a aluna do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Campus de Palmas, abaixo identificada, solicita sua colaboração no sentido que a senhora faça parte de uma pesquisa. Junto com este convite para sua participação voluntária estão explicados a seguir todos os detalhes sobre o trabalho que será desenvolvido para que a senhora entenda sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

Título: (Des)empoderamento das mulheres rurais do estado do Tocantins a partir do acesso à política pública de crédito rural “Pronaf”

Pesquisador responsável: Cláudia da Luz Carvelli

Objetivo do estudo: Analisar se a política de crédito Pronaf Mulher tem promovido o empoderamento das mulheres do estado do Tocantins beneficiárias do crédito nos anos de 2012 - 2021.

O estudo se justifica por: o Pronaf Mulher foi idealizado para ser um instrumento que pudesse gerar o fortalecimento da cidadania e a redução das desigualdades sociais, como o intuito de fortalecer e aumentar os ganhos financeiros da mulher do campo, como também possibilitar oportunidades de ocupação produtiva e melhorar a qualidade de vida de seus familiares, podendo contribuir para o empoderamento econômico-social das mulheres rurais. Esta ação tem constituído uma forma de reconhecimento das mulheres, pelo estado brasileiro, sobre sua situação desprivilegiada na sociedade. Os possíveis riscos e desconfortos que a pesquisa poderá trazer a senhora são: Toda pesquisa com seres humanos envolve risco, e nessa pesquisa são mínimos, além do mais, a pesquisa é da área sociais aplicadas, área na qual, se reduz ainda mais esses riscos. E são admissíveis pesquisas cujos benefícios a seus participantes forem exclusivamente indiretos, desde que consideradas as dimensões física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual desses. E nesse caso, se buscará um local mais adequado para realizar a coleta dos dados para minimizar esses riscos.

Os benefícios que a senhora deverá esperar com a sua participação, mesmo que não diretamente são: 1) Analisar o perfil das beneficiárias do crédito rural Pronaf. Sabe-se que a mulher é de grande importância na propriedade rural e o acesso ao crédito é uma forma de investimento que não só ajudará no sustento da família, mas sobremaneira, tornar-se independente, reconhecida por sua capacidade em empreender. 2) Identificar quais os princípios de empoderamento as mulheres beneficiárias do crédito rural Pronaf estão ou não identificadas, visto que o ingresso no ambiente de trabalho possibilita a igualdade de gênero. 3) Verificar se a linha crédito Pronaf foi acessado pelas mulheres em todas as regiões do estado, com o intuito de identificar se houve a promoção do desenvolvimento, uma vez que o crédito rural objetiva atender as necessidades das mulheres rurais. Nessa pesquisa preliminar foi possível identificar no estado do Tocantins, os municípios que

contrataram o Pronaf Mulher: Araguatins, com 7 (sete) contratação; Augustinópolis, com 3 (três) contratos; Buruti do Tocantins, com 4 (quatro) contratos; Sítio Novo do TO, com 13 (treze) contratos, Arapoema, com 1 (uma) contrato; Juraína, com 3 (três) contratos; Dois Irmãos do TO, com 2 (dois) contratos; Almas, com 2 (dois) contratos; Novo Jardim, com 1 (um) contrato; Dianópolis, com 23 (vinte três) contratos; Ponte Alta do Bom Jesus, com 38 (trinta oito) contratos e Taguatinga com 2 (dois) contratos, com um total e 99 (noventa nove) contratos) no estado. Para a coleta de informações, pretende-se selecionar mulheres beneficiárias do crédito rural aleatórias nos 12 (doze) municípios que contrataram o crédito rural, através da realização de entrevistas semiestruturadas, conduzidas por um protocolo. A entrevista questionará sobre as características de cada dimensão e de indicadores do empoderamento. Além disso, pretende-se realizar um processo de observação direta nos espaços de atividades de formação e discussão das mulheres.

Enquanto durar a pesquisa, e sempre que necessário, a senhora será esclarecida sobre cada uma das etapas do estudo telefonando ou nos procurando a qualquer momento durante as 24 horas do dia nos telefones e/ou endereços abaixo descritos, onde nós estaremos disponíveis para quaisquer esclarecimentos.

A senhora é absolutamente livre para, a qualquer momento, desistir de participar, sem que isso lhe traga qualquer penalidade ou prejuízo. Fica claro que as informações conseguidas através da sua participação nesta pesquisa poderão contribuir para (elaboração de monografia e/ou artigo científico e/ou fim a que a pesquisa se destina). Nós pesquisadores garantimos sua total privacidade, não sendo expostos os seus dados pessoais e/ou sua família (nome, endereço e telefone). Quanto a imagens pessoais resultantes de sua participação neste estudo, serão colhidas de forma a preservar a integridade total (sua e/ou da família) sem risco de discriminação e/ou estigmatização. Assumimos o compromisso de trazer-lhe os resultados obtidos na pesquisa assim que o estudo for concluído e aproveitamos para informar que a sua participação nesta pesquisa é totalmente voluntária não havendo qualquer previsão de indenização ou ressarcimento de despesas, que correrão sob nossa responsabilidade. Esperando tê-lo informado de forma clara, rubricamos todas as páginas do presente documento que foi elaborado em duas vias sendo uma delas destinada ao senhor. *Obs: em caso de denúncia por descumprimento do TCLE, procurar o CEP/UNIRG: Avenida Rio de Janeiro, 1585, Centro. Fone: (63) 3612-7645 ou e-mail cep@unirg.edu.br*

Cláudia da Luz Carvelli	Rua 70-C n. 350 Setor Nova Fronteira, Gurupi – TO Fone: (63) 99969-9180
-------------------------	--

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado (a) dos objetivos, riscos e benefícios da pesquisa acima de maneira clara e detalhada e que compreendi perfeitamente tudo o que me foi

informado e esclarecido sobre a minha participação na pesquisa. Estando de posse de minha capacidade psíquica e legal, concordo em participar do estudo de forma voluntária sem ter sido forçado e/ou obrigado e sem receber pagamento em qualquer espécie de moeda. Assino este documento em duas vias com todas as páginas por mim rubricadas.

_____ de _____ de _____.

Nome completo:

Registro Geral:

ANEXO E – Autorização para Publicidade de Entrevista em Pesquisa Acadêmica

Eu, _____, CPF _____, titular dos dados pessoais fornecidos durante a entrevista realizada em ____ / ____ / ____, compreendo e concordo com o uso e a publicidade desses dados na pesquisa acadêmica intitulada **(Des)empoderamento das mulheres rurais do estado do Tocantins a partir do acesso à política pública de crédito rural “Pronaf”**, conduzida por Cláudia da Luz Carvelli, na qualidade de pesquisadora responsável, vinculado a Universidade Federal do Tocantins.

Entendo que os dados coletados, incluindo informações sobre minha identidade, experiências e opiniões, serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos, como parte da pesquisa mencionada. Estou ciente de que minha identidade será mantida em sigilo, e os dados pessoais serão tratados de forma a preservar minha privacidade, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e outras regulamentações aplicáveis.

Autorizo, portanto, a divulgação dos resultados da pesquisa, que podem incluir a publicação de trechos ou resumos das entrevistas, em artigos acadêmicos, apresentações, relatórios e outros meios de comunicação relacionados à pesquisa. Esta autorização é concedida de forma voluntária e está sujeita a revogação a qualquer momento, mediante solicitação por escrito ao pesquisador responsável. Entendo que meu consentimento é fundamental para a condução desta pesquisa acadêmica e que minha participação é voluntária.

Data: ____ / ____ / _____

Assinatura: _____